

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Programa de Pós-Graduação em História

Vitor Lacerda

**O UDENISMO E MINAS GERAIS: SUJEITOS, PROCESSOS E CULTURAS
POLÍTICAS (1943-1966)**

FRANCA

2017

Vitor Lacerda

**O UDENISMO E MINAS GERAIS: SUJEITOS, PROCESSOS E CULTURAS
POLÍTICAS (1943-1966)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Teresa Maria Malatian, como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de Pesquisa: História e Cultura Política

FRANCA

2017

Lacerda, Vitor.

O udenismo e Minas Gerais : sujeitos, processos e culturas políticas (1943-1966) / Vitor Lacerda. – Franca : [s.n.], 2017.
133 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Teresa Maria Malatian

1. Cultura politica. 2. União Democrática Nacional (Brasil).
3. Minas Gerais. I. Título.

CDD –981.51

Vitor Lacerda

**O UDENISMO E MINAS GERAIS: SUJEITOS, PROCESSOS E CULTURAS
POLÍTIICAS (1943-1966)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Teresa Maria Malatian, como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de Pesquisa: História e Cultura Política

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

Prof.^a Dr.^a Teresa Maria Malatian (UNESP/FCHS)

1º Examinador(a):

Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araújo (UNESP/FCHS)

2º Examinador(a):

Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio (UFES)

Franca, _____ de _____ de 2017.

AGRADECIMENTOS

Tomando para mim as palavras de Santo Agostinho, “Graças a ti, minha doçura, minha esperança e meu Deus, graças a ti por teus dons; que eles fiquem, porém, sob tua guarda. Assim me guardarás também a mim, e se aumentarão e aperfeiçoarão os dons que me deste, e eu estarei contigo, porque também me deste a existência” (*Confissões*, livro I, cap. XX).

À Prof.^a Teresa Maria Malatian pelas discussões proporcionadas na disciplina que ministrou e pela orientação precisa e paciente. Em sua pessoa estendo meus agradecimentos aos professores da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” que me provocaram positivamente de muitas formas.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior) pelo financiamento da pesquisa, de extrema importância para a realização desta.

Ao Prof. Wagner da Silva Teixeira por ter instigado o gosto por este objeto, por ter me incentivado a prosseguir em sua investigação e pelo exemplo sempre coerente de professor-historiador. Em sua pessoa estendo meus agradecimentos aos professores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

A primeira parte dessa pesquisa foi feita em simultâneo com minha atividade docente em escolas de ensino fundamental e médio, portanto agradeço a inspiração e o ânimo que me proporcionaram os alunos com os quais ensinei e aprendi.

A segunda parte, todavia, foi feita no Seminário Arquidiocesano de Uberaba, de forma que agradeço ao sr. reitor, Pe. Vanderlei Izaumi, e àquele que me incentivou incansavelmente na persecução desse trabalho, meu amigo Pe. Marcelo Lázaro. Estendo também esses agradecimentos aos meus irmãos, pelo convívio fraterno e suporte humano.

Finalmente, à minha família: meus pais Pedro e Marilda e meu irmão Artur, sem os quais nada faria sentido.

LACERDA, Vitor. *O Udenismo e Minas Gerais: sujeitos, processos e culturas políticas (1943-1966)*. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

RESUMO

O presente trabalho pretende compreender o processo de constituição e consolidação da cultura política udenista através de Minas Gerais, de seus sujeitos políticos e dos processos históricos vivenciados no país e neste estado da federação entre os anos de 1943 e 1966, marcos que representam respectivamente o ano de publicação do *Manifesto dos Mineiros* e da aplicação do Ato Institucional nº. 2 que pôs fim aos partidos políticos até então vigentes, dentre os quais a própria União Democrática Nacional (UDN). Para tanto, foram analisados os Diários da Assembleia e os Diários do Executivo, respectivamente os anais do Poder Legislativo mineiro e do governo estadual bem como entrevistas e memórias de parlamentares do partido situados no recorte temporal estabelecido. Esta proposta foi motivada pela indicação bibliográfica que aponta a centralidade de Minas Gerais na história do partido e pelas referências cruzadas que indicavam a participação de udenistas na realização do Golpe Civil-Militar de 1964 e no fato deste movimento ter sido deflagrado em Minas Gerais. Finalizada a pesquisa, foi possível constatar as relações entre o udenismo e a mineiridade, que teria lhe servido como espécie de vetor e fator de identificação para um setor dentro do partido, denominado de *liberais históricos*; estabelecer as inter-relações entre o processo histórico nacional e regional a partir de seus sujeitos e suas práticas políticas; e entender o envolvimento de Minas, e, especialmente, dos udenistas, no contexto político imediatamente anterior e posterior ao Golpe Civil-Militar de 1964.

Palavras-chave: Cultura política. Udenismo. Mineiridade.

LACERDA, Vitor. *The udenism and Minas Gerais: subjects, processes and political cultures (1943-1966)*. 2017. 133 f. Dissertation (MA History) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

ABSTRACT

The present work intends to understand the process of constitution and consolidation of the udenism as a political culture through Minas Gerais, its political subjects and the historical processes experienced in the country and in this state of the federation between the years of 1943 and 1966, milestones representing respectively the year of the publication of the *Manifesto dos Mineiros* and of the application of the Institutional Act no. 2 that put an end to the political parties, among them the União Democrática Nacional (UDN). For this purpose, the Diaries of the Assembly and the Executive Diaries were analyzed, respectively the annals of the Legislative Power of Minas Gerais and of the state government, as well as interviews and memoirs of the party's parliamentarians located within the established time frame. This proposal was motivated by the bibliographical indication that points to the centrality of Minas Gerais in the history of the party and by the cross references that indicated the participation of udenistas in the accomplishment of the Civil-Military Coup of 1964 and in the fact that this movement was set off in Minas Gerais. After the research, it was possible to verify the relations between the udenism and the mineirity, which would have served as a kind of vector and identification factor for a sector within the party, called “historical liberals”; to establish the interrelations between the national and regional historical process from its subjects and their political practices; and to understand the involvement of Minas, and especially the udenistas, in the political context immediately before and after the Civil-Military Coup of 1964.

Keywords: Political culture. Udenism. Mineirity.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos Constituintes (por partido e região)	47
TABELA 2 – Representação Partidária na Assembleia Legislativa de Minas durante a Terceira República (1947-1967)	49
TABELA 3 – Poder Executivo Mineiro durante a Terceira República (1947-1967)	50
TABELA 4 – 1ª Legislatura da ALMG (1947-1951)	53
TABELA 5 – Mesa Diretora da 1ª Legislatura (1947-1951)	57
TABELA 6 – Mesa Diretora da 2ª Legislatura (1951-1955)	57
TABELA 7 – Mesa Diretora da 3ª Legislatura (1955-1959)	58
TABELA 8 – Mesa Diretora da 4ª Legislatura (1959-1963)	58
TABELA 9 – Mesa Diretora da 5ª Legislatura (1963-1967)	58
TABELA 10 – Presidência das Comissões Permanentes da Assembleia de Minas	60
TABELA 11 - 2ª Legislatura da ALMG (1951-1955)	69
TABELA 12 – Eleições Mineiras em 1955	86
TABELA 13 - 3ª Legislatura da ALMG (1955-1959)	87
TABELA 14 – 4ª Legislatura da ALMG (1959-1963)	88
TABELA 15 – Proporção Partidária de candidatos beneficiados por recursos da ADEP nas eleições parlamentares (deputados federais e estaduais) de 1962 em Minas	98
TABELA 16 – 5ª Legislatura da ALMG (1963-1967)	99
TABELA 17 – Relação Partidária dos membros da Ação Democrática Parlamentar (ADP) na Assembleia Legislativa de Minas	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O MANIFESTO DOS MINEIROS: ANTEVISÃO DO UDENISMO	15
1.2. O udenismo como cultura política	22
1.3. O Manifesto dos Mineiros: apontamentos historiográficos	28
1.4. O Manifesto da Mineiridade: cultura e política	33
2. ENTRECORTES ENTRE MINEIRIDADE E UDENISMO: AÇÕES PARLAMENTARES UDENISTAS NA ASSEMBLEIA DE MINAS	45
2.1. Reinício das atividades parlamentares: a redemocratização	45
2.2. Funcionamento da Assembleia de Minas	55
2.3. O udenismo nas ações parlamentares estaduais.....	64
2.4. Da oposição silenciada às vitórias na década de 1960.....	85
3. DESCE DAS MONTANHAS O GOLPE: A RUPTURA DEMOCRÁTICA	90
3.1. Projeto de classe da burguesia mineira: o IPES-MG e os “Novos Inconfidentes”	90
3.2. As conspirações para o golpe: Magalhães e IPES-MG	102
3.3. Da passividade forçada ao fim: o Ato Institucional n. 2.....	112
CONCLUSÃO.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo desvelar as relações políticas encontradas nas práticas de sujeitos históricos inseridos na União Democrática Nacional (UDN) durante o período em que vigorou este partido na história nacional buscando suas origens ainda durante o Estado Novo com a publicação do *Manifesto dos Mineiros* em 1943 até a extinção do sistema partidário então vigente pelo Ato Institucional n. 2 em 1966. Apesar de ora retornar ao Estado Novo e ora avançar nos primeiros anos da Ditadura Militar, o centro da ação política do partido se deu durante o que se denomina Terceira República (1945-1964). Essa nomenclatura parece ser mais adequada por não atribuir juízos imediatos ao período republicano que se pretende definir. Ainda que daí se deduza um critério cronológico que estabelece um determinado juízo sobre fatos da história nacional que teriam sinalizado o começo ou o fim de um novo período, acredita-se que a própria produção historiográfica se encarrega de convencionar essas balizas que lhe guiam o percurso da pesquisa. De forma que, se é possível estabelecer como a Primeira República o período compreendido entre a proclamação da República em 1889 até a Revolução de 1930 e de Segunda República o período imediatamente posterior compreendido entre 1930 e 1945, situa-se a seguir o espaço temporal no qual se localiza o objeto. Esses critérios cronológicos, evidentemente, se pautam pela tentativa de estabelecer algo que confira homogeneidade ao período recortado em relação aos demais, podendo, inclusive, confluir diversos aspectos convergentes.

Neste sentido, algumas características da Terceira República são indicativas no esforço de contextualizar o *udenismo*: a) a vigência do pluripartidarismo nacional, ainda que se possa identificar traços das antigas disputas regionais sobretudo na política estadual e municipal; b) a disputa entre dois projetos políticos antagônicos, isto é, um de caráter *liberal-conservador* defendido pela UDN e sua expressão como cultura política, o *udenismo*, e outro de caráter *nacional-estatista*, hegemônico durante o Estado Novo, e, apesar de confrontado pela experiência democrática iniciada em 1945, ainda capaz de exercer inegável influência nas massas alçadas à categoria de eleitorado; c) as tensões provocadas do cruzamento entre uma experiência democrática que se tentava estabelecer através de um ordenamento jurídico inédito no Estado brasileiro (a Constituição de 1946) conjugada com a progressiva mobilização popular e uma tradição política autoritária identificada, por exemplo, nas tentativas de interrupção institucional em 1950, 1954, 1955, 1961 e definitivamente em 1964; d) e o processo de urbanização e industrialização inserido ora simultaneamente e ora prioritariamente no modelo

de substituição de importações ou no desenvolvimento associado com abertura ao capital internacional mediante um cenário que se manteve majoritariamente agrícola ao longo de todo o período – a população urbana somente ultrapassa a rural no Brasil a partir da década de 1970 – através do modelo econômico agrário-exportador¹.

Nesses termos, busca-se compreender o fenômeno do *udenismo* como um conjunto de práticas e representações daqueles que compunham, votavam ou simpatizavam com o partido. Estabelece-se igualmente a premissa que o *udenismo*, mediante a análise bibliográfica sobre o tema e o produto da análise documental, poderia ser entendido como uma cultura política – conceito que possui trajetória histórica própria. Surgido nas ciências políticas norte-americanas nas décadas de 1950 e 1960 e apropriado pela historiografia nas décadas de 1980 e 1990 na academia francesa, diante do fenômeno do “retorno do político” (após a primazia do enfoque cultural, por exemplo), produto de reflexão e mesmo de refinamentos pela historiografia brasileira possibilitando, assim, novos olhares sobre o político. Poder-se-ia definir o conceito de cultura política como: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro²”.

Ao se localizar o *udenismo* em Minas Gerais, é possível estabelecer logo no início da pesquisa a centralidade dos políticos do estado na condução nacional do partido e a existência de algo em sua *imagem* pública que os destacava no conjunto da classe política e que, segundo se pressupõe, poderia ter sido incorporado à própria *imagem* do partido. Ao se perceber essa influência da identidade regional na formação da autoimagem do político mineiro, o que se convencionou denominar de *mineiridade*, estabelece-se um entrecruzamento que fez ser privilegiado como recorte os deputados estaduais mineiros componentes da bancada da UDN na Assembleia de Minas, através da análise de sua produção discursiva e de suas ações parlamentares contidas nos *Diários da Assembleia*, acervo documental localizado no arquivo histórico da Assembleia Legislativa de Minas, em Belo Horizonte. De forma complementar, recorreu-se também às publicações da *Coleção Memória Política de Minas*, organizada na década de 1990 pela Assembleia de Minas, com especial enfoque às entrevistas realizadas com ex-parlamentares mineiros da UDN – fossem deputados federais ou estaduais – e a publicações

¹ IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 21.

de membros do partido associados a Minas, sobretudo memórias, biografias e livros de análise política.

No primeiro capítulo discutiu-se o processo de crise do Estado Novo a partir dos primeiros anos da década de 1940 buscando identificar os fatores externos e internos que confluíram para o seu fim. Se a 2ª Guerra Mundial e a vitória dos Aliados, com o apoio logístico e militar do Brasil, representou importante fator externo na consolidação da democracia liberal como um paradigma para o Ocidente, internamente uma série de eventos sinalizavam o desgaste do regime inaugurado por Getúlio Vargas em 1937. Desses eventos deu-se particular atenção à publicação, em 1943, do *Manifesto dos Mineiros*, um documento produzido no seio das elites políticas mineiras, contrárias àquela organização política e clamando pelo que entendiam como democracia.

Estabelecido o cenário de crise – fértil contexto para o estabelecimento de novas culturas políticas – se fez mister apresentar e discutir este conceito e sua aplicabilidade ao *udenismo*. Para tal, a partir do suporte bibliográfico, mostrou-se imprescindível estabelecer os grupos que existiam no interior do partido (os “liberais históricos”, os “realistas” e os “lacerdistas”) e os vetores materiais e simbólicos que permitiram sua sedimentação política. Finalmente, diante da premissa de que uma cultura política não se estabelece isolada de outras culturas políticas, mas que se fundamenta justamente em referência e oposição a outras, se identificou como sendo as subculturas políticas do udenismo o *liberalismo*, o *bacharelismo*, o *moralismo* e o *antigetulismo* gradualmente agregando a si o *anticomunismo*.

Sobre o *Manifesto dos Mineiros*, documento central para a compreensão do protagonismo dos mineiros no processo de construção institucional e simbólico do partido, visto que muitos de seus signatários se tornariam fundadores e membros ativos da UDN, buscou-se apresentar um conjunto de produções historiográficas que o apresentasse sobre diferentes pontos de vista. Trata-se do livro de Orlando Cavalcanti denominado *Os Insurretos de 1943*, cuja publicação se deu em 1945; da transcrição do depoimento de alguns signatários do Manifesto realizado pelo núcleo de História Oral da Fundação Getúlio Vargas / CPDOC realizada em 1981; do verbete escrito por Maria Victoria Benevides para o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930* e publicado em 1984; e finalmente um artigo acadêmico publicado em 2006 por Otávio Dulci denominado *O Manifesto dos Mineiros*.

Esta primeira parte se encerra com a análise do *Manifesto dos Mineiros*, a partir de apontamentos sobre sua natureza, isto é, o contexto específico de sua produção, o perfil de seus

autores e signatários e os objetivos implícitos e explícitos que nele se pode identificar. De seu conteúdo também se procurou entender sua relação com o surgimento do *udenismo* como cultura política pelo cruzamento com a *mineiridade*.

Inicia-se o segundo capítulo na análise da legislação eleitoral que conduziu o processo político na Terceira República oriunda de um decreto-lei emitido pelo ministro da Justiça do Estado Novo, Agamenon Magalhães, que configurou o sistema partidário em bases nacionais e, pelo sistema de sobras, permitiu que o Partido Social Democrático, organizado a partir dos quadros políticos-burocráticos do Estado Novo e de parcelas significativas das oligarquias regionais, se beneficiasse sobremaneira na sua representação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte.

Os trabalhos legislativos que conduziram a confecção da Constituição de 1946 também é objeto de reflexão, com duplo enfoque: as inferências que se pode fazer do perfil dos deputados constituintes considerados por partido e por estado bem como a participação dos deputados udenistas na Constituinte diante da limitação de sua bancada, que convertia a tribuna do Congresso em júri do Estado Novo na medida em que se frustrava com sua incapacidade de pautar por seu “ímpeto liberal” aquela legislação magna.

Precede a discussão sobre as eleições estaduais de 1947 e a formação da Primeira Legislatura da Assembleia de Minas a tentativa de estabelecer, ainda durante a Segunda República, as origens dos principais partidos que se formaram em Minas após a redemocratização, a saber: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Republicano (PR) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A vitória de Milton Campos para o governo do estado e a identificação de uma prática político-eleitoral e, posteriormente, na organização de uma maioria parlamentar são indícios importantes dos elementos que caracterizaram o *udenismo*.

Segue-se a apresentação da organização administrativa da Assembleia de Minas, isto é, de seu funcionamento interno bem como a introdução de dois elementos próprios do poder legislativo: a Mesa Diretora, da qual se destaca a Presidência da Assembleia, e as comissões permanentes, importante veículo legislativo que produz os pareceres técnicos para os projetos de lei em tramitação na Assembleia. Demonstrou-se a representatividade partidária nesses espaços e das conclusões advindos foi possível agregar outro fator que ajuda a entender, por exemplo, o *bacharelismo* e o *moralismo* udenistas.

Aliás, o segundo capítulo se encerra reiterando as subculturas políticas do udenismo e demonstrando, pelas ações parlamentares dos deputados udenistas mineiros, como elas estavam conjugadas em sua ação. Sobre o *liberalismo* udenista se retoma o trabalho de Benevides (1981) que ilumina suas contradições. Sobre o *bacharelismo*, aspecto a nosso ver importante na imagem da UDN e de seus membros, se pode distingui-lo na origem – os muitos bacharéis que compunham o partido – e na ação – através de uma retórica emplumada e jurídica. Quanto ao *moralismo*, foi possível localizar em Minas a sagacidade dos udenistas pela caça dos escândalos de corrupção e a relação deste aspecto com a condição de oposição deferida a UDN pelas sucessivas derrotas eleitorais e pela marca de ter sido repetidamente uma segunda força “impotente” no Congresso Nacional e na Assembleia de Minas.

O terceiro e último capítulo, por sua vez, surge do fato do golpe civil-militar de 1964 ter sido deflagrado em Minas, do protagonismo creditado ao então governador udenista do estado, Magalhães Pinto, em sua consecução, e da legitimidade parlamentar que teria sido conferida ao golpe, se não só, sobretudo por parlamentares udenistas dentro e fora de Minas Gerais. Foi incorporada aos sujeitos históricos que influíram neste evento que pôs fim à Terceira República a burguesia nacional e estrangeira com enfoque sobre a insipiente burguesia mineira. Para tal foi indispensável a contribuição da pesquisa realizada por Starling (1986) que indica precisamente a atuação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) na arregimentação do empresariado mineiro e gradualmente sua organização de modo a influir no processo de desgaste e derrubada do presidente João Goulart.

Procurou-se confrontar os principais grupos que compõem o que se entende pelo “civil” componente no termo golpe civil-militar, isto é, o capital multinacional-associado e seus interesses de classe para a estrutura econômica do país, a classe político-partidária, motivada por paixões e ambições que lhe são próprias e várias, e setores da sociedade civil, provocados até as últimas consequências em seu anticomunismo.

Finalmente segue-se a reorganização do estado nacional após a vitória do golpe e a progressiva frustração dos udenistas que se sentiriam “traídos” pela “Revolução” por conta dos excessos, sobretudo aqueles de natureza jurídico-formal, que caracterizaram este período. Na medida que a euforia se convertia em frustração, levada ao auge com a decretação do fim do sistema pluripartidário pelo Ato Institucional n. 2, alguns udenistas formulam uma autocrítica que pode indicar sua compreensão regressiva dos acontecimentos anteriores e posteriores ao golpe.

1. O MANIFESTO DOS MINEIROS: ANTEVISÃO DO UDENISMO

A outra mulher, aquela que é tão cara ao Brasil e aos troncos históricos das famílias que construíram a glória e o exemplo dessas montanhas: Minas Gerais. Quando Minas se enfraquece, o Brasil definha. Minas é a união, é a liga inquebrantável que une as fissuras dos Brasis: o do Norte, sertão agreste, e o do Sul. Minas não tem mar, porque o mar é salgado. Minas é doce. Suas águas são as águas da unidade nacional.

(José Sarney, discurso de recepção a Affonso Arinos de Melo Franco (filho) na Academia Brasileira de Letras, em 26 nov. 1999).

1.1. A Crise do Estado Novo: o contexto do Manifesto

O processo histórico que culminou no fim do Estado Novo e levou o Brasil a partir de 1945 a uma experiência democrática tem sido interpretado de diferentes formas pela historiografia brasileira. Inserido neste processo, interessa especialmente a publicação em 1943 do *Manifesto dos Mineiros*, que será o ponto de partida para compreender as relações entre o udenismo e a mineiridade. Para tanto, se partirá daquilo que se encontra na bibliografia sobre o período, a conjuntura do processo de redemocratização no qual se inseriu o *Manifesto dos Mineiros* e a fundação da União Democrática Nacional e nos quais se julga ser possível detectar alguns elementos que se agregariam à cultura política udenista.

Parece ser comum indicar que o sinal tomado como ponto de partida para se afirmar o desgaste do Estado Novo – a ditadura instituída pelo presidente Getúlio Vargas desde 1937 com a anuência do Exército – está relacionado à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados em 1942. A participação dos soldados brasileiros no conflito que se arrastava na Europa foi ampla e euforicamente noticiada pelos jornais brasileiros, ainda sob a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda. De forma que o apoio brasileiro a países com tradição democrática como os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha justamente contra países assumidamente fascistas como a Alemanha e a Itália instituiu o argumento-comum na bibliografia sobre o período – e mesmo nos livros didáticos em geral – de que esta contradição aparente teria sido o elemento catalisador do desgaste do regime ditatorial. Sobre esse tema

afirma Skidmore que “os brasileiros tinham-se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país³”. A valorização deste fator externo também aparece em Casalecchi quando este faz parecer inevitável o advento da democracia no Brasil por ocasião da vitória dos Aliados na Segunda Guerra: “Getúlio procura ampliar as suas bases de sustentação e preparar-se para a ‘abertura democrática’, presente a partir do momento em que o Brasil passa a participar da Segunda Guerra contra o fascismo⁴”.

Considera-se impreciso caracterizar conceitualmente o Estado Novo como fascista – nos moldes do fenômeno surgido na Europa – sendo antes este sistema político inaugurado no Brasil em 1937 uma forma de autoritarismo nos termos apresentados por Bobbio:

Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. (...) Mas o Autoritarismo não é o totalitarismo fascista; e quando para ele conflui ou dele se torna um simples componente, perde sua natureza mais íntima. Na ideologia fascista, o princípio hierárquico já não é instrumento de ordem, mas instrumento de mobilização total da nação para desenvolver uma luta sem limite contra as outras nações. Neste sentido, no fascismo, a ideologia autoritária cessa e torna-se outra coisa⁵.

Assim, por mais que se possa indicar que era o Estado Novo um regime autoritário sobre o qual o fascismo europeu exerceu certo fascínio, tratavam-se de experiências políticas distintas. Isso, todavia, não impediu que a oposição liberal, procurando descredibilizar o governo de Getúlio Vargas, na medida que a Segunda Guerra caminhava no sentido de uma vitória dos Aliados, se esforçassem para associar o fascismo externamente derrotada com o Estado Novo que pretendiam internamente derrotar.

A entrada brasileira no conflito relacionou-se ademais à barganha feita com os norte-americanos que culminou no financiamento por parte destes da Companhia Siderúrgica Nacional e também com a indignação popular causada pelo afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães em 1942. Essa aparente contradição de se lutar contra o fascismo na Europa enquanto se vivia por aqui uma experiência autoritária está aparente tanto na obra de Skidmore, que como americanista possui a tendência de relacionar os

³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 72.

⁴ CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 14.

⁵ BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Coordenação de tradução de João Ferreira. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 94 e p. 97.

acontecimentos no Brasil àqueles próprios do cenário norte-americano⁶, como na obra de Arinos, que repete a narrativa já presente no *Manifesto dos Mineiros* (1943) da inevitabilidade da democracia como advento da vitória aliada na guerra.

Como também escreveu Carone: “Pouco a pouco a contradição externa rompe esta estrutura institucional-repressiva. (...) Da neutralidade à participação ativa na guerra o caminho é curto: neste momento é que uma corrente liberal e os comunistas – marginalizados pelo sistema ditatorial – forçam para que a nova opção se torne um fator concreto⁷”.

E Macedo afirma que “apesar das indefinições, uma certeza se confirmava: a ditadura não mais se sustentava. Na conjuntura internacional de derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial, as ideias liberal-democráticas voltaram a ser valorizadas, fato que interferiu diretamente no alinhamento das correntes políticas brasileiras⁸”.

Do ponto de vista global Bobbio diz que “depois da Segunda Guerra Mundial e das consequências que dela derivaram, a ideologia autoritária acha-se frente a um mundo hoje muito estranho para poder lançar raízes profundas. Não faltam regimes autoritários de tipo conservador; mas é difícil que eles encontrem sua justificação numa ideologia autoritária explícita e decisiva⁹”.

É importante destacar que as vitórias das tropas brasileiras na Europa e mesmo dos Aliados em geral não eram apresentadas nos jornais brasileiros sob uma chave de leitura que confrontava a democracia ao fascismo. E não parece que o choque gerado pela participação brasileira no conflito tenha se dado na relação do Estado Novo com as massas. Antes, repercutiu muito mais entre as elites liberais destronadas em 1930 (ou em 1937) no sentido de animá-las ao combate – o que aconteceria por meio do *Manifesto dos Mineiros* – e nos quadros burocráticos do regime varguista. Sobre o enfraquecimento do pensamento liberal após 1930, Campello Souza diz que “a timidez, portanto, do liberalismo dos anos 30, especialmente o campo que cedeu ao pensamento autoritário na questão dos partidos políticos, é entendida perfeitamente se atentarmos para o fato de viver ele, no contexto brasileiro, as tensões da

⁶ O autor destaca em várias ocasiões as reações tanto da Secretaria de Estado dos EUA como dos embaixadores norte-americanos em relação aos eventos ocorridos no Brasil. No contexto de decadência do Estado Novo, ele destaca um discurso proferido pelo Embaixador Adolph Berle Jr. sobre sua expectativa de que as eleições marcadas para dezembro de 1945 se concretizassem. Este fato é raramente citado na historiografia brasileira sobre o período.

⁷ CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976, p. 64.

⁸ MACEDO, Michelle Reis de. “Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros, o movimento queremista e a transição democrática de 1945”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 112.

⁹ *Ibid*, p. 97.

passagem da política de ‘notáveis’ para a política de massas, da evolução dos partidos meramente representativos de seções da classe dominante e dos estratos altos da sociedade para as grandes organizações partidárias fundadas em interesses socioeconômicos¹⁰”. Quanto aos quadros burocráticos estado-novistas, esclarece-nos Capelato que haviam muitos importantes funcionários de tendência germanófila e que “quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, os favoráveis ao Eixo foram substituídos do poder¹¹”. As consequências paralelas de uma animação do ideário liberal até então em declínio nas elites opositoras ao regime e de uma mudança incisiva nos quadros governamentais, sobretudo daqueles mais autoritários, permite esclarecer qual foi, de fato, a influência da participação brasileira naquele grande conflito armado.

Os fatores internos também parecem obedecer certa homogeneidade na bibliografia existente. Dentre estes, o *Manifesto dos Mineiros*, publicado em outubro de 1943, destaca-se pelo seu caráter vanguardista. O documento, todavia, é interpretado pela historiografia muito mais em função de seus autores e de sua repercussão do que propriamente de seu conteúdo, cuja análise sistemática não parece ter sido objeto primeiro da análise historiográfica¹².

De forma que a interpretação geralmente encontrada na historiografia sobre o período é aquela que afirma que o *Manifesto dos Mineiros* foi o primeiro sinal do desgaste do Estado Novo. Entretanto, é preciso relativizar pontuando que o documento não foi divulgado nem noticiado pela imprensa – ainda sob censura – e que muitos de seus signatários, produtos da “inteligência” mineira, nas palavras de Arinos, foram aposentados ou demitidos como consequência deste sutil enfrentamento. Sua consagração como as “Teses de Abril¹³” do processo de redemocratização brasileiro parece ter sido antes uma produção propriamente historiográfica. Casalecchi neste sentido é categórico: “A transição do autoritarismo para a democracia tem o seu primeiro grande momento no *Manifesto dos Mineiros* de outubro de 1943¹⁴”. Neste mesmo sentido Barros afirma que: “O Manifesto dos Mineiros, por isso mesmo,

¹⁰ SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976, p. 65.

¹¹ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano, vol.2: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 135.

¹² Mais adiante dedicaremos maior atenção aos autores e projetos que escreveram sobre o Manifesto dos Mineiros como objeto de pesquisa.

¹³ As Teses de Abril foram uma série de diretivas publicadas pelo líder revolucionário russo Vladimir Illitch Lenin em abril de 1917 após seu exílio na Suíça e que é comumente interpretado como instruções programáticas aos bolcheviques e um documento que haveria de influenciar a Revolução Russa em outubro de 1917. Comparativamente, o Manifesto dos Mineiros também é interpretado pela historiografia apresentada como um documento decisivo para o processo de (re)democratização do Brasil em novembro de 1945.

¹⁴ Ibid, p. 13.

tem sido visto como o primeiro ato efetivo de oposição, ainda que, como tal, relativamente brando¹⁵”.

A partir do Manifesto a narrativa obedece uma sequência semelhante a um jogo de dominó onde uma peça causa noutra uma reação que se prolonga em cadeia. Em janeiro de 1945 ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Escritores com manifestações de ilustres nomes da literatura brasileira como Manuel Bandeira e Oswald de Andrade contrários à ditadura em que se vivia. Em fevereiro, o candidato derrotado por Getúlio nas eleições indiretas de 1934, José Américo, teve sua entrevista com diversas críticas ao regime publicadas no jornal carioca *Correio da Manhã* demonstrando um aparente desgaste na capacidade do regime de censura à imprensa. Ao final daquele mesmo mês, Getúlio decretou um Ato Adicional à Carta de 1937 convocando eleições para dezembro daquele mesmo ano.

Logo em março, anunciou-se a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, líder tenentista na Revolução de 1930 e considerado herói nacional pelo mesmo grupo – agora proporcionalmente maior não só em quantidade, mas também mais regionalmente disperso e com componentes políticos diversos – que em 1943 publicara o *Manifesto dos Mineiros*. Março também foi marcado pela repressão de manifestações estudantis organizadas principalmente pela União Nacional dos Estudantes favoráveis à redemocratização em várias grandes cidades do país.

Em abril de 1945 aconteceram: a) a fundação da União Democrática Nacional¹⁶ e o lançamento da candidatura presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes pelo mesmo partido; b) o lançamento da candidatura presidencial do Ministro da Guerra do Estado Novo, General Eurico Gaspar Dutra; c) e a concessão de anistia a todos os presos políticos, dentre os quais o conhecido líder comunista Luís Carlos Prestes.

Em maio se deu a fundação do Partido Social Democrático congregando em seu núcleo elementos políticos e administrativos da estrutura ditatorial e também poderosas oligarquias estaduais. Também se realizou neste mês o grandioso comício do Partido Comunista Brasileiro endossando a necessidade do estabelecimento de instituições democráticas no país.

¹⁵ BARROS, Orlando de. “O Manifesto dos Mineiros”. In: PENNA, Lincoln de Abreu (org.). *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 163.

¹⁶ Segundo Benevides (1981) a escolha do nome União Democrática Nacional teria sido sugerida por Caio Prado Júnior, que insistia na escolha do termo “democrática”. Apesar disso, nunca teria feito parte do partido, se restringido a algumas conversas conspiratórias contra o regime ditatorial.

Em agosto, a candidatura udenista do Brigadeiro permaneceu dando mostras de vigor e otimismo, bem como uma clara denotação de articulação política anterior ao decreto que convocava eleições, ao publicar sua plataforma de governo – um rascunho do projeto liberal-conservador que estaria incorporado na ação político-parlamentar da UDN. Neste mesmo mês surgiu também, de forma comprovadamente espontânea conforme demonstrada pela historiografia recente¹⁷, o movimento popular chamado “queremista” devido ao seu slogan “Queremos Getúlio!”. Tratado pela imprensa favorável à candidatura do Brigadeiro primeiramente como manobra política encenada pelo aparato ditatorial e, após crescer em proporção, como sinal da efetividade da propaganda sobre as classes trabalhadoras, o movimento sofreu todo tipo de descrédito e foi explicado até recentemente sob o signo do populismo¹⁸.

Em 3 de outubro ocorreu o maior comício queremista, que passara a receber da parte do presidente cessante reação dúbia que incomodava as elites liberais: Getúlio não estimulava diretamente o movimento, mas também não se esforçava em fazê-lo terminar. Os acontecimentos que se seguiram ao 3 de outubro são interpretados pela bibliografia mais ortodoxa, corroborado sobretudo por testemunhos das elites liberais, como uma possível tentativa do ditador de aplicar o mesmo golpe que dera em 1937 em reverso, isto é, de agora conduzir ele próprio o processo de redemocratização por cima de seus opositores.

Em 10 de outubro publicou um decreto adiantando as eleições municipais e estaduais para o mesmo dia das eleições presidenciais. Esse gesto ousado foi interpretado pela oposição como uma tentativa de manipular o resultado eleitoral a favor dos candidatos do Presidente que, por contarem com a máquina pública, estariam em vantagem. A gota d'água, todavia, seria a nomeação de Benjamin Vargas, irmão de Getúlio, como Chefe de Polícia do Distrito Federal. Tratava-se, na visão das elites, claramente de uma tentativa de Vargas de forçar seu controle sobre o processo eleitoral corrente. O que se seguiu daí foi a comprovação da tese de Campello Souza de que o Exército substituiria o papel que no Império fora do Poder Moderador e que na Primeira República coubera aos grandes estados da federação, isto é, de árbitro político nos

¹⁷ FERREIRA, Jorge. “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano, vol.3: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁸ Enquanto uma considerável parte da historiografia utilizou-se do conceito de populismo para explicar as relações políticas do período a bibliografia marxista compreendeu o queremismo e o apoio da classe trabalhadora ao Ditador como uma incompletude da formação da consciência de classe pelos trabalhadores naquele momento histórico. Outro grupo encabeçado dentre outros por Jorge Ferreira procurou delinear as relações de reciprocidade simbólicas e materiais estabelecidas entre o trabalhismo estado-novista personalizado em Vargas e a classe trabalhadora de forma a entender esse fenômeno e conseqüentemente o evento denominado “queremismo”.

momentos de crise institucional. Em 29 de outubro de 1945 o Presidente Getúlio Vargas foi deposto pelo Exército e o governo foi, conforme defendia a UDN, entregue ao Poder Judiciário na pessoa do Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares – que formou, em seu curto governo de um mês, um ministério majoritariamente udenista. Menos de um ano depois, a Assembleia Nacional Constituinte aprovaria a Constituição de 1946.

Curiosamente, é frequente um vácuo de acontecimentos entre a publicação do *Manifesto dos Mineiros* em 1943 e o Congresso Brasileiro de Escritores em janeiro de 1945 nesta cronologia sobre a transição democrática. Uma exceção notória a essa constatação é a obra de Arinos que demonstra a movimentação que vinha sendo feita nos bastidores no sentido de articular um grupo político de oposição à ditadura. Referindo-se ao ano de 1944 diz que “Em carta a Nelson de Melo, participante da luta na Itália, Virgílio [de Melo Franco, irmão mais velho do autor] informa: ‘O Juarez, o Prado Kelly e eu, aqui no Rio, e o Juraci e o Ari Parreiras no Norte, depois de repetidas investidas, acabamos vencendo a resistência do Eduardo [Gomes], o qual nos permitiu lançar a sua candidatura, nos domínios do nosso *underground*¹⁹”.

Esta narrativa compõe o que se poderia chamar de ortodoxia sobre o processo de redemocratização no Brasil. Evidentemente que variam alguns detalhes²⁰, mas se pode apontar que estes fatos são uma constante na bibliografia consultada que, por sua vez, destaca-se pelo protagonismo que confere às elites liberais que ao final aparentam surgir vencedoras contra todas as artimanhas de que dispusera Getúlio. Em oposição a esta vertente temos outra que procura relativizar esse constructo narrativo e centralizar a interpretação num processo que foi pautado pela disputa entre dois projetos políticos: o liberal, capitaneado pela UDN, e o trabalhista, ainda sob o protótipo do movimento queremista. Macedo pronuncia-se afirmando que “

para elas [as elites], a transição para a democracia deveria ser negociada pelo alto, com a saída da elite do Estado Novo e a entrada de uma outra, a da UDN, no controle do Estado. O novo sistema a ser implantado deveria se basear nos preceitos do liberalismo clássico, sobretudo no tocante aos direitos civis e políticos, com as devidas limitações à participação popular. Mas o queremismo impediu que a transição democrática fosse um mero acordo entre elites. Em pleno momento de crise da

¹⁹ QUADROS, Jânio; ARINSO, Afonso (org.). História do Povo Brasileiro vol. 6. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais S. A., 1968, p. 89.

²⁰ Dentre esses detalhes que surgem ocasionalmente nesta bibliografia, mas não constitui elemento comum, destacamos a ação da Sociedade Amigos da América e a visita de um enviado diplomático pelo Estados Unidos pressionando o retorno do Brasil à normalidade democrática após a Conferência de Ialta em fevereiro de 1945.

ditadura, trabalhadores e populares reivindicavam a permanência do ditador no poder²¹.

Finalmente, buscou-se apresentar o processo de redemocratização a partir da leitura de uma parcela da historiografia de forma a estreitar dois acontecimentos que estiveram diretamente relacionados e que serão analisados ainda neste capítulo: a publicação do *Manifesto dos Mineiros* (1943) e a fundação da União Democrática Nacional (1945).

1.2. O udenismo como cultura política

Se fosse considerado que a história dita científica foi um fruto do século XIX, pelo desenvolvimento de um arcabouço teórico-metodológico e pelo próprio espírito científico que marcou aquele século, destaca notar que se tornou científica tendo como objeto privilegiado o Estado-Nação, substituto imediato de uma história régia que até então gozava desta posição. De forma que se convencionou chamar de história política todo um conjunto de produção historiográfica que foi marcada direta ou indiretamente pelo Estado que se pretendia explicar. Este protagonismo foi colocado em cheque a partir do que Burke²² sacramentou, não sem certo exagero, como sendo a “Revolução Francesa” da historiografia, isto é, o advento da *École des Annales* no pós-guerra.

Nas últimas décadas, entretanto, a história política tem passado por intenso processo de revigoramento de seus instrumentais após este período de descrédito imposto pela forte inserção da história cultural, social e econômica na escrita da história. Todo este processo foi analisado na obra organizada pelo historiador francês René Rémond (publicada na França em 1988 e traduzida para o português em 1996). Ele afirma que “era provavelmente inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo²³”. Mas isso haveria de mudar também, em certa medida, com a rediscussão por uma parte da historiografia francesa do conceito de cultura política, tornando-o mais plausível enquanto referencial teórico e reforçando a crítica aos seus principais pontos fracos, percebidos em sua elaboração original

²¹ Ibid, p. 128.

²² BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

²³ RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996, p. 14.

pelas ciências sociais norte-americanas, e apontados por Berstein como sendo “a ideia de que existiria uma cultura política nacional de cada povo” e “o pressuposto de uma hierarquia destas culturas políticas nacionais²⁴”.

Mas tudo leva a crer que a crise da história política passou. Isto porque se dispôs a rediscutir sua metodologia e seus objetos de modo a atender uma demanda acadêmica e social diferente daquela na qual esteve mergulhada anteriormente. A academia francesa teve importante destaque na missão de repensar os desígnios do político na história, ao reforçar o diálogo com as outras áreas do conhecimento, tomando-lhes de empréstimo métodos, conceitos, vocabulários, problemáticas, fontes, etc. O refinamento conceitual do que seria o conceito da cultura política e de suas utilidades para a ciência histórica insere-se neste processo.

O historiador francês Serge Berstein foi um dos responsáveis pela apresentação teórica e introdução às possibilidades historiográficas advindas do estudo de culturas políticas. Afirma que “se a cultura política responde melhor à sua expectativa é porque ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos²⁵”.

Parte-se inicialmente da concepção de que o udenismo se apresenta como uma cultura política nos moldes referidos por Berstein, isto é, de algo que “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro²⁶”. Preocupando em fazer a caracterização dessa representação, recorre-se a Benevides e seu trabalho referencial sobre a União Democrática Nacional e sua trajetória política, que contribuiu ao enumerar através de sua análise empírica aspectos variados do que constituiria os elementos centrais do udenismo.

Na progenitura do partido ela percebe os diversos grupos políticos – liberais autênticos, oligarquias destronadas em 30, dissidentes do Estado Novo, esquerdas – que se alinham ao final do Estado Novo formando uma frente ampla, determinada a pôr fim ao governo autoritário de Vargas e que, depois de alcançado o objetivo comum, daria origem até mesmo a antagonismos políticos, como foi o caso da Esquerda Democrática, primeira dissidência deste grupo amplo e heterogêneo que formou a espinha dorsal da União Democrática Nacional.

²⁴ BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política” In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 353.

²⁵ Ibid, p. 350.

²⁶ Ibid, p. 353.

Enquanto força política institucionalizada na forma de um partido que congrega sujeitos distintos e cria subgrupos internos com prioridades e formas de atuação próprias, a autora também foi capaz de listar com propriedade os diversos subgrupos que coexistiam (não necessariamente todos num mesmo período histórico) dentro do partido: 1) a “Banda de Música” e sua raivosa bancada no Congresso, disposta sempre a fazer oposição através de seus ensaiados discursos, na obstrução de votações e por meio de denúncias sobre supostas corrupções governamentais (este grupo surgiu a partir de 1950, por meio da oposição ao governo eleito de Getúlio); 2) a “Bossa Nova”, caracterizada por uma maior simpatia a algumas pautas à esquerda, e que congregava tanto membros de uma geração mais jovem dentro do partido que não viveram a Primeira República quanto aqueles que admitiam bandeiras mais progressistas (este grupo ganhou força a partir da década de 1960); 3) os “Chapas Brancas” que representavam o grupo mais fisiológico; 4) o “Clube da Lanterna” que se confunde com o próprio “lacerdismo” pela liderança exercida por Carlos Lacerda, deputado e governador da Guanabara pela UDN e proprietário do periódico “A Tribuna da Imprensa, e que pretendia a aproximação de autoridades udenistas, proprietários de grandes veículos de comunicação reunidos na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e militares vinculados sobretudo à Aeronáutica; e 5) os “liberais históricos”, ilustres fundadores do partido tais como Milton Campos, Afonso Arinos e Virgílio de Melo Franco – conjunto que contava com uma presença numerosa de mineiros alguns dos quais signatários do Manifesto e que, portanto, merece um enfoque especial.

Quanto ao udenismo em Minas Gerais, é preciso compreender a força do *Manifesto dos Mineiros* (1943) enquanto instrumentalização de uma cultura política insipiente e que ainda não passara por um processo de apropriação pela sociedade, mas que surgia num momento de crise institucional do Estado Novo, o que segundo Berstein trata-se da conjuntura mais fértil para o surgimento de uma nova cultura política, isto é, a crise. Este autor afirma: “O nascimento das culturas políticas não se deve ao acaso nem à contingência. Elas surgem em resposta aos problemas fundamentais enfrentados pela sociedade em que elas emergem e para os quais apresentam soluções globais. Assim é que as vemos surgir durante as grandes crises que afetam o grupo²⁷”.

Para além disso, o udenismo dispôs de variados vetores que puderam catalisar o processo de difusão dessa cultura política em formação no espírito dos indivíduos e grupos da

²⁷ BERSTEIN, Serge. “Culturas Políticas e Historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília et. alli, (orgs.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 38.

sociedade: dispunha do apoio de amplos setores das Forças Armadas (principalmente da Aeronáutica por conta da figura heroica do Brigadeiro Eduardo Gomes) sobretudo por seu apelo ao resgate dos valores tenentistas da “Revolução de 1930”, de amplos setores da imprensa (como o *Estado de S. Paulo*²⁸, em São Paulo, a *Tribuna da Imprensa*, no Rio, ou o *Correio do Dia* em Minas), e de grupos importantes da sociedade civil que se identificavam tanto com a imagem quanto com o projeto liberal-conservador que o partido inspirava – principalmente setores conservadores nas classes médias e no campo²⁹.

Quanto à espinha dorsal do que constituía a prática política do udenismo, elenca-se o *liberalismo*, o *bacharelismo*, o *moralismo* e o *antigetulismo*. Entende-se o liberalismo como um de seus componentes principais e que, segundo Benevides, se tratava de um “liberalismo econômico professado no antiestatismo, paralelo ao liberalismo político negado na exclusão da participação popular e traído no golpismo de inspiração elitista e militarista³⁰”. Assim, ao invés de se preocupar com o estudo do liberalismo em si, a autora se propôs muito mais a entender o liberalismo da UDN, de modo a evitar, ainda segundo ela, um “purismo estéril”. O antiestatismo, isto é, a crença de que a solução para os problemas estaria, por via de regra, naquilo que os liberais chamam de mercado ou de setor privado, marcou a política econômica udenista com traços claros desde o *Manifesto dos Mineiros*. Neste ponto, o confronto com o projeto varguista de desenvolvimento econômico tendo por principal agente o Estado, aconteceria durante toda a Terceira República. Exemplo disso são os embates no Congresso sobre como deveria se dar a exploração do petróleo brasileiro, o que dividiu opiniões e culminou na Campanha do *Petróleo é Nosso* e na criação de uma empresa estatal – a Petrobrás – com monopólio sobre esta exploração. Assim, ainda que Benevides defenda que não se pode dizer com clareza qual era o projeto econômico da UDN, ela concorda em dizer que, por conta da ação política dos udenistas mais atuantes, e pela oposição quase natural a praticamente tudo que estava vinculado a Vargas, criou-se uma clara concepção antiestatista dentro da UDN.

Dando prosseguimento, o bacharelismo e o moralismo foram práticas políticas permanentemente reelaboradas no decorrer da Terceira República por conta dos anos sucessivos em que o partido esteve condicionado à oposição parlamentar como também pelo estigma de ser um dos três maiores partidos representados no Poder Legislativo mas incapaz de

²⁸ Conforme aponta Benevides (1981, p. 229) “segundo a revista *Visão* (9/8/76), ‘pouco antes da Revolução (de 64), Herbert Levy defendia o lançamento de um jornal do partido e era combatido pelos que diziam que a UDN já tinha um jornal, o *Estado*. ‘Essa opinião é errada’, argumentou Herbert Levy, ‘o *Estado* é que tem um partido, a UDN”.

²⁹ “O partido com a cabeça na cidade e o corpo no campo”. Afonso Arinos de Melo Franco.

³⁰ *Ibid.*, p. 149.

legislar sozinho, seja por conta das sucessivas coligações PSD-PTB, seja por suas posições intransigentes. A formulação de discursos longos e bem construídos retoricamente seria o modo encontrado por parte dos deputados e vereadores udenistas no Brasil para, mesmo diante de bancadas majoritárias às suas, tentarem emplacar uma vitória numa votação importante ou numa moção polêmica. A alcunha recebida pela UDN pela opinião pública – o “Partido da Eterna Vigilância” – por ter como mote que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, também serve de indício para sua postura moralista, que para além de ter sido formada pela trajetória na oposição (a quem sempre coube denunciar escândalos de corrupção e de desonestidade na administração pública), também servia como mecanismo eleitoral ao desqualificar os adversários e associar-se a uma espécie de puritanismo administrativo.

Assim, é possível indicar a convicção de que, ainda que o bacharelismo e o moralismo compusessem, ao lado do liberalismo, “a vulgata ideológica, tal como é expressa através da cultura política, (...) o núcleo duro da coesão das formações políticas, aquele que garante solidamente, para além dos acontecimentos conjunturais e dos acasos do quotidiano, a perenidade dos partidos³¹”, como afirma Berstein, essas subculturas políticas se distinguem em seu processo de incorporação e automatização política por parte dos sujeitos que as punham em prática através do exercício do poder.

O termo “subculturas políticas” aparece primeiramente nos cientistas políticos norte-americanos Almond e Verba³² como artifício para enquadrar casos em que mais de uma cultura política coexistiam no mesmo espaço nacional; isso porque pensavam o conceito circunscrito na nação (alemão, inglês, francês, etc). Apesar de contestados, como discutido anteriormente, pela parcela da historiografia francesa que rediscutiu o conceito a partir da teoria-metodologia da História, o termo “subculturas políticas” subsiste se não como agente de hierarquização certamente pela sua capacidade de categorização. Assim, quando se faz a referência às subculturas políticas do udenismo, não se entende que estejam condicionadas ou subordinadas ao udenismo mas, de outra forma, que participam e agregam-se nele.

O liberalismo serviu para o udenismo como um norteador e um formador de posições nos temas mais variados, ainda que muitas vezes fugissem do interesse direto do agente político que detinha o poder ou dos interesses que ele representava. O liberalismo, para muitos desses sujeitos, enquanto discurso que numa relação dialética se converte em ação, foi automatizado

³¹ Ibid., p. 91.

³² ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

em sua *práxis* política a partir da UDN. Os limites desse liberalismo seriam sua permanente postura golpista, contestatória e de receios quanto à participação popular, o que nos leva a crer que se tratava, portanto, de um *liberalismo restrito*. O bacharelismo, por sua vez, já compunha, mesmo antes do udenismo, a cultura política desses sujeitos que a partir da redemocratização se voltaram ao udenismo, por representar, tradicionalmente, uma cultura política vinculada a um grupo de notáveis e/ou das elites. E o moralismo foi quase que uma postura sintomática à condição de partido relegado à oposição e que via as novas formas de enriquecimento, como já discutimos, com desconfiança e excessivo pudor.

Quanto ao conceito de cultura política, é preciso cuidado com as categorizações ou associações simplistas entre práticas percebidas e os mais diversos “ismos”. Partiu-se da concepção de que qualquer cultura política é fruto de seu próprio tempo histórico e que se constitui a partir da congregação de velhas culturas e de novas propostas e que, por isso mesmo, não pode ser percebida enquanto prática como uma faceta única para se entender o comportamento político. Quando Berstein discute a necessidade de que se deflagre, num determinado contexto histórico, uma crise para que a partir das reações a ela possa se criar certa cultura política, logo se percebe que toda cultura política surge marcada por limites históricos que a caracterizam profundamente. Uma vez surgida perante o confronto com o Estado Novo e aquele que o personalizava, Getúlio Vargas, a UDN se marcou por ser profundamente anti-getulista e anticomunista – por conta da própria conjuntura externa marcada pela Guerra Fria, mas também graças à crescente radicalização política que se pode verificar no decorrer da Terceira República.

Para a UDN, talvez mais do que para qualquer outro partido que tenha existido naquele período, assumir uma postura “anti” possuía múltiplos significados visto que tendo se “especializado” em fazer oposição, parte de sua própria afirmação e identidade como partido dependia diretamente daquilo a que se opunha. Acredita-se que o desaparecimento do partido e do que seria uma cultura política udenista, em grande medida se deu, não apenas porque o fim do regime de constitucionalidade democrática impôs obstáculos intransponíveis para sua existência, mas igualmente pelo fato de que a “Revolução Redentora de 1964” enfrentou definitivamente, e por meios violentos, a ameaça daquilo que a UDN mais combatia no momento: o comunismo. Se se compara a UDN a uma banda, aquilo a que ela se opunha era sua outra parte constitutiva e formadora, o público. O golpe de 1964 esvaziara todas as plateias de modo que a banda foi paulatinamente perdendo sua razão de ser.

1.3. O Manifesto dos Mineiros: apontamentos historiográficos

O *Manifesto dos Mineiros*, documento produzido no seio das elites políticas mineiras e publicado em outubro de 1943, teve uma repercussão limitada a um círculo bacharelesco por conta da perseguição perpetrada pelo Estado Novo o que acabou por contribuir com sua divulgação e que possibilitou um discurso no qual muitos de seus signatários se converteram em “mártires da liberdade” ou em “novos inconfidentes”. Sua importância é citada indiretamente em muitas obras que tratam deste período histórico e, conforme apresentou-se anteriormente, seu *locus* na narrativa historiográfica do período encontra certa uniformidade.

Assim, se pode destacar algumas publicações que tem o *Manifesto dos Mineiros* como objeto central e buscar compreender em cada uma delas especificidades que auxiliam esta análise. Trata-se do livro de Orlando Cavalcanti³³ denominado *Os Insurretos de 1943*, cuja publicação se deu em 1945; da transcrição do depoimento de alguns signatários do Manifesto realizado pelo núcleo de História Oral da Fundação Getúlio Vargas / CPDOC³⁴ realizada em 1981; do verbete escrito por Maria Victoria Benevides³⁵ para o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930* e publicado em 1984; e finalmente um artigo acadêmico publicado em 2006 por Otávio Dulci³⁶ denominado *O Manifesto dos Mineiros*. Buscar-se-á uma análise pormenorizada de cada um destes textos seguido de uma síntese que possa introduzir outra discussão posterior sobre o Manifesto em si.

O momento de publicação d’*Os Insurretos de 1943* é categórico: 1945. Em meio ao turbilhão dos acontecimentos políticos que desencadeariam nas eleições de dezembro daquele mesmo ano, o jornalista Orlando Cavalcanti escreveu este memorial sobre o *Manifesto dos Mineiros* com objetivos abertamente eleitorais. O texto é muito mais parecido com uma ode à bravura daqueles que enfrentaram tão “perversa” Ditadura do que propriamente uma análise “neutra” como parecem acreditar ser possível os jornalistas. De forma que sua estrutura narrativa é cautelosamente construída: partindo da exaltação da inteligência e bravura dos signatários, muitos dos quais já se apresentavam como candidatos à Câmara dos Deputados naquele ano, e conseqüentemente da Assembleia Nacional Constituinte; passando pelos

³³ CAVALCANTI, Orlando. *Os Insurretos de 1943*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

³⁴ MANIFESTO DOS MINEIROS. *Transcrição do depoimento de seus signatários*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC-História Oral, 1981.

³⁵ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. “Manifesto dos Mineiros”. In: ABREU, Alzira Alves De, e outros (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1984.

³⁶ DULCI, Otávio Soares. “O Manifesto dos Mineiros”. In: *Revista Nossa História*. Ano 3, n. 30, abril 2006, Ed. Vera Cruz.

argumentos contra o “regime discricionário” de Vargas, nenhum dos quais posto sob contestação, mas devidamente corroborados na medida em que a própria narrativa os automatizava como naturais; compondo, dentre todos os autores analisados que tratam direta ou indiretamente do Manifesto e seus signatários, a mais criteriosa descrição das perseguições sofridas por aqueles que enfrentaram o Estado Novo, discorrendo sobre as demissões dos que trabalhavam em empresas privadas com contratos com o governo e das aposentadorias sumárias para os que eram funcionários públicos; conclui finalmente tão elegante prosa com arremate certo, isto é, de que a vitória do Brigadeiro Eduardo Gomes seria a consagração daqueles “insurretos” de 1943. Para isso, conclamava seus leitores:

Digamos, pois, no limiar da campanha redentora, em meio à claridade que começa, como o depositário de nossas esperanças de hoje, como o vanguardeiro de nossos anseios republicanos, aquele bravo Tenente do Forte, ao tombar ferido na tarde histórica de 1922: PARA A FRENTE! PARA A FRENTE! PARA A FRENTE!³⁷

Este primeiro relato dos acontecimentos relativos à publicação do *Manifesto dos Mineiros* tem, evidentemente, valor muito mais por seu caráter informativo-descritivo do que propriamente por uma análise teórico-metodológica do documento. Todavia, para além de informar a respeito de vários detalhes factuais, como as perseguições sofridas por muitos signatários, o que não poderia ser encontrado em documentos oficiais do Estado Novo, também corrobora o argumento comum na historiografia do período a respeito do apoio generalizado que a campanha udenista de Eduardo Gomes recebeu de jornalistas e da imprensa, o que criava, em todos, uma clara – e depois comprovadamente falsa – expectativa de vitória.

As entrevistas realizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) se inserem no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral, em vigência desde sua criação, em 1975. Faz parte de uma série de entrevistas com os signatários do *Manifesto dos Mineiros*, realizadas em 1977 sob a coordenação da pesquisadora Lúcia Hippolito. Por ocasião deste projeto foram entrevistados dezessete signatários do Manifesto. Foram eles: Afonso Arinos de Melo e Franco, Alberto Deodato, Aluisio Ferreira de Sales, Antônio Carlos Vieira Christo, Antônio Neder, Augusto Couto, Caio Mário da Silva Pereira, Carlos Horta Pereira, Dario Almeida Magalhães,

³⁷ Ibid, p. 68.

Francisco de Assis Magalhães Gomes, João Evangelista do Amaral Castro, João Frazen de Lima, José Bonifácio Lafayette de Andrada, José de Magalhães Pinto, Paulo Pinheiro Chagas, Pedro da Silva Nava e Sílvio Barbosa.

Como é próprio das transcrições de entrevistas num direcionamento metodológico voltado para a utilização de relatos orais, elementos pessoais estão presentes na maioria das entrevistas, como as lembranças da cidade natal e o início na vida pública. Todavia, foi possível captar, para além das particularidades de cada um dos entrevistados, alguns elementos que parecem comuns dentro de uma análise do conjunto das entrevistas.

Neste sentido, pareceu interessante que aqueles mineiros, trinta e quatro anos após a publicação do Manifesto, em plena Ditadura Militar, fizessem questão de reforçar a ausência de militares no conjunto dos noventa e dois signatários. Compreende-se que isso poderia indicar, como afirmam os próprios entrevistados, a preocupação que muitos tinham na época de redação e publicação do documento de garantir-lhe caráter legalista, pois interpretavam que o envolvimento de oficiais das Forças Armadas poderia comprometer seu caráter democrático. Para além disso, e como indicam os manuais sobre a utilização de fontes orais, o produtor de uma narrativa memorialística por mais que se esforce em recriar elementos do passado, tem como ponto principal de referência o presente de onde profere tal enunciação. Desta forma, parece também que a insistência de vários entrevistados em apontar o não-envolvimento dos militares no lançamento do Manifesto – ou mesmo de tornar este detalhe um elemento comum – indicaria uma resistência desses “udenistas históricos” duplamente traídos pela Revolução de 1930 e pela “Revolução de 1964” em macular “a vocação democrática e liberal dos mineiros” (outra opinião que se faz constante) com a participação de setores militares. Para isso, julga-se que em 1977 já se realizara um processo de reelaboração da imagem desses setores no seio dessas elites políticas mineiras do passado.

Outro fator comum na fala dos entrevistados foi aquele que reforçava seus vínculos identitários regionais ao afirmarem que o Manifesto teria sido um produto de uma vocação histórica do liberalismo mineiro. O sociólogo Otávio Dulci ao refletir sobre a identidade mineira – também apresentada como mineiridade – em sua relação com a prática política que lhe estaria conjugada, diz que “mais importante é salientar que essa imagem é cultivada, em primeiro lugar, pela própria elite política de Minas. Esta se vê como portadora de tais atributos, difunde

sua autoimagem e elabora formulações a respeito³⁸”. A força dessa identidade regional tantos anos após a publicação do documento revela simultaneamente o valor desse elemento regional na sua composição original, visto ter sido destacado por seus signatários mesmo tantos anos passados de sua publicação, e também qual era a representação que essas elites faziam de si mesmas tanto no momento em que o Manifesto foi escrito como posteriormente no momento de realização das entrevistas. Essa autoimagem parece ser exatamente aquela que reforçava o papel histórico que tiveram na condução do Brasil rumo a uma democracia liberal – ainda que posteriormente este esforço teria sido confrontado com o trabalhismo a tal ponto que a ruptura democrática se tornou a saída possível compreendida por aquelas elites para ascender ao poder.

Uma informação valiosa que os depoimentos indiretamente permitem deduzir infere que teria sido Virgílio de Melo Franco o grande entusiasta e possível redator de ao menos uma parte do documento. A entrevista de Pedro Nava³⁹, médico e escritor, para além de mostrar esse protagonismo de Virgílio que ora se encontrava no Rio e ora em Belo Horizonte angariando assinaturas para o Manifesto e fazendo sua divulgação, permite também entender o porquê de ter sido compreendido pela historiografia do período muito em função de quem e quando foi escrito do que propriamente do que é dito no texto:

Pedro da Silva Nava: Não tive nenhum conhecimento de negociação para a elaboração do Manifesto dos Mineiros. Quando tive conhecimento, ele já estava pronto na sua versão definitiva, e o conhecimento veio por intermédio de Virgílio de Melo Franco, que me chamou ao Banco Alemão Transatlântico dizendo que precisava falar comigo. Eu era extremamente ligado a ele, muito amigo, e fui imediatamente. Ele disse: “Tenho um papel para você ler”. Li mal-e-mal e assinei imediatamente. A leitura razoável, bem-feita e detalhada que fiz do Manifesto foi depois de tê-lo assinado⁴⁰.

O verbete de Benevides, por sua vez, realiza uma análise metodológica do Manifesto por meio do estudo de seus antecedentes, de suas motivações, de suas consequências, da trajetória política de seus signatários e finalmente de seu conteúdo ideológico. Dentro desses

³⁸ DULCI, Otavio Soares. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia”. In: *Ciências Sociais Hoje* (1984). São Paulo: Cortez, 1984, p. 13.

³⁹ “Trabalhou na secretaria de saúde e assistência do estado de Minas Gerais (1921); membro da Academia Brasileira de História das Ciências; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; membro honorário e membro correspondente de diversas associações médicas francesas e portuguesas; membro titular da Academia Nacional de Medicina (1957); estagiário no Instituto Português de Reumatologia (1958); membro honorário da Société Nationale Française de Médecine Physique; estagiário nos hospitais Lariboisière, Ténon, Pitié de Paris (1958); membro honorário da Sociedade Chilena de Reumatologia; chefe de clínica médica da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (1961).” (Cf. CPDOC / FGV)

⁴⁰ MANIFESTO DOS MINEIROS. *Transcrição do depoimento de seus signatários*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC-História Oral, 1981, p. 239

princípios, reconhece que a despeito do teor brando do documento, sua importância se dá naquele contexto histórico por conta de quatro pontos: 1) por ter sido a primeira manifestação coletiva e organizada de uma parcela das elites brasileiras contra o Estado Novo; 2) pelo seu caráter regional, por ser um documento produzido exclusivamente por mineiros, o que segundo a autora reforçaria a tese de que os regionalismos ainda perduravam no Brasil (aqui acrescenta-se também o caráter regional do próprio teor do texto, que reproduz em seu corpo a própria mineiridade); 3) a repercussão gerada pelas perseguições do governo ditatorial a muitos signatários, contribuindo para o desgaste do Estado Novo; e 4) sobretudo na articulação dos sujeitos políticos que participariam do movimento de redemocratização em 1945 e na fundação da União Democrática Nacional.

O artigo produzido por Dulci contribui à literatura sobre o Manifesto na medida em que o compreende como uma antevisão do projeto liberal de democracia que se imporia a partir da deposição de Vargas e sobretudo com a promulgação da Constituição de 1946. Com esta chave de leitura, isto é, de projetos de democracia que entrariam em disputa a partir de 1945, o autor relembra as disputas em torno da celebração do centenário em 1942: deveria celebrar-se a vitória de Caxias sobre a Revolta Liberal de 1842 – como propôs o Estado Novo – ou a revolta em si, como pretendiam as elites liberais mineiras que haveriam de lembrar este evento e seus personagens no decorrer do próprio Manifesto? Se a conquista da democracia liberal significava a legitimação da vocação política dessas elites rumo a um direcionamento político-econômico para o Brasil em que estariam asseguradas as liberdades individuais e no qual o Estado seria um coadjuvante da condução econômica; o trabalhismo varguista cada vez mais se impunha como um contraponto que incluía as massas através de amplas políticas públicas e concessões simbólicas (como a carteira de trabalho e as celebrações do 1º de maio).

Pode-se concluir afirmando que, nos aspectos gerais, portanto, uma parte da bibliografia específica sobre o *Manifesto dos Mineiros* corrobora a visão também presente em produções historiográficas mais amplas quanto ao papel histórico do documento no processo de redemocratização. Todavia, não se questiona, por exemplo, ter se tratado de um documento produzido no âmbito das elites intelectuais e políticas de Minas Gerais ou de sua importância como articulador de um núcleo político de oposição e conspiração ao Estado Novo que culminou em 1945 no lançamento da campanha presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes e na articulação da União Democrática Nacional. Não se questiona que o conteúdo do Manifesto possui por características: o aspecto histórico que constantemente se utilizava de fatos e personagens para legitimar demandas políticas e inserir os signatários numa tradição que lhes

conferia identidade e coesão; o aspecto regional – a mineiridade, que apresentava como naturalizados alguns elementos da identidade mineira que estariam por sua vez em comunhão com o próprio espírito nacional e ocidental, visto que naquele momento o Brasil se encontrava participante da Segunda Guerra Mundial; e um aspecto liberal, que antecipava em 1943 elementos do que se converteria no projeto político udenista mediante a ação partidária da União Democrática Nacional – ainda que diante de oposições externas (o trabalhismo) e contradições internas (conservadorismo) ao próprio partido no período político subsequente.

1.4. O Manifesto da Mineiridade: cultura e política

O documento originalmente batizado de “Carta ao Povo Mineiro” e que posteriormente ficou conhecido como *Manifesto dos Mineiros* foi publicado em 24 de outubro de 1943 por um conjunto de noventa e dois signatários. A data não fora escolhida por acaso, ao contrário, constituía outro elemento provocante ao regime ditatorial vivido então no Brasil – o Estado Novo – na medida em que lembrava o outro 24 de outubro, que pusera fim à República Oligárquica em 1930, e do qual tomaram parte, não só os mineiros, mas as elites liberais que o documento posterior pretendia fazer eco.

Assinaram o documento: Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Achilles Maia, Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso Pena Júnior, Alaor Prata, Alberto Deodato, Alfredo Carneiro, Viriato Catão, Alfredo Martins de Lima Castelo Branco, Aloísio Ferreira de Sales, Álvaro Mendes Pimentel, André de Faria Pereira, Antônio Carlos Vieira Cristo, Antônio Neder, Artur Bernardes, Artur Bernardes Filho, Artur Soares de Moura, Astolfo Resende, Augusto Couto, Augusto de Lima Júnior, Belmiro Medeiros da Silva, Bilac Pinto, Bueno Brandão, Caio Mário da Silva Pereira, Caio Nelson de Sena, Cândido Neves, Carlos Campos, Carlos Horta Pereira, Carmelindo Pinto Coelho, Dalmo Pinheiro Chagas, Daniel de Carvalho, Dario da Almeida Magalhães, Darci Bessoni de Oliveira Andrade, Edgar de Oliveira Lima, Edmundo Meneses Dantas, Mendes Pimentel, Fausto Alvim, Feliciano de Oliveira Pena, Flávio Barbosa Melo Santos, Francisco de Assis Magalhães Gomes, Galba Moss Veloso, Geraldo Resende, Gilberto Alves da Silva Dolabela, Gudesteu Pires, Heitor Lima, Sandoval Babo, João do Amaral Castro, João Edmundo Caldeira Brant, João Franzen de Lima, João Romero, Joaquim de Sales, Jonas Barcelos Correia, José de Magalhães Pinto, José Maria Lopes Cançado, José Maria Leão, José do Vale Ferreira, Lincoln Prates, Luís Camilo de Oliveira Neto, Mário Brant,

Maurício Limpo de Abreu, Milton Campos, Múcio Continentino, Nelson de Sena, Otávio Murgel de Resende, Odilon Braga, Ovídio de Andrade, Paulo Pinheiro Chagas, Pedro Aleixo, Pedro Batista Martins, Pedro da Silva Nava, Raul de Faria, Ronan Rodrigues Borges, Salomão Vasconcelos, Sílvio Marinho, Tristão da Cunha e Virgílio de Melo Franco.

Interessa destacar alguns apontamentos sobre o perfil dos signatários: é possível perceber duas gerações dentre aqueles que assinaram o Manifesto. Primeiro, aqueles que tiveram o auge de suas carreiras políticas durante a Primeira República (1889-1930) e que foram alijados do poder seja em 1930 ou em 1937 – uma geração de homens nascidos no século XIX. A geração mais jovem, por sua vez, filha do século XX, vivenciou e animou-se com a Revolução de 1930 enquanto gozava do vigor da mocidade e indignou-se posteriormente com o advento do Estado Novo. Esta geração formaria os sujeitos políticos que atuariam sobretudo durante a Terceira República (1945-1964). De forma demonstrativa, o signatário mais velho foi o ex-presidente da República Artur Bernardes, então com 68 anos; dentre os mais jovens, aproximadamente um terço dos signatários tinha entre 30 e 35 anos, sendo os mais jovens Carlos Horta Pereira e Caio Mário da Silva Pereira, ambos com 30 anos. Como aponta Berstein “estabelecida a importância explicativa da noção de geração (que reconduz às considerações históricas), é claro que um partido político vê coexistirem em seu interior gerações diferentes, cujas experiências são múltiplas e, por conseguinte, cujos polos de referência são diversos⁴¹”.

Ainda que também seja possível localizar vários dos que assinaram o Manifesto nas mais diversas sub-regiões do estado de Minas, parece-nos que Belo Horizonte era o ponto de convergência entre eles, isto é, onde se conheceram, se encontravam e debatiam suas ideias. Da Zona da Mata ao Triângulo, uma parcela das elites mineiras parecia convergir ao que o Manifesto lhes representava, seja por laços ideológicos, familiares, políticos ou mesmo de amizade. Isto porque os cursos de Medicina, Engenharia e sobretudo Direito da Universidade Federal de Minas Gerais converteram-se no ponto de encontro da geração mais jovem de signatários. Para dar mostras a essa diversidade geográfica, citamos Belmiro Medeiros da Silva, de Juiz de Fora, na Zona da Mata; Darci Bessoni de Oliveira Andrade, de Montes Claros, no Norte de Minas; Paulo Pinheiro Chagas, de Oliveira, no Oeste de Minas; Alaor Prata, de Uberaba, no Triângulo Mineiro; e uma destacada maioria de signatários provenientes ou radicados na capital mineira, Belo Horizonte. A figura de Virgílio de Melo Franco parece neste caso como central para o desenvolvimento do que acabaria sendo o Manifesto. Um dos

⁴¹ Ibid, p. 73.

possíveis redatores, conforme já avaliamos anteriormente, também surge como mediador das duas gerações presentes dentre os signatários, por ser ponto comum nas entrevistas de vários signatários para o projeto de História Oral da FGC / CPDOC. Sobre a redação do documento Barros⁴² consta ter havido pelo menos três versões, cabendo a Afonso Arinos a redação definitiva. Impresso em Barbacena, com uma tiragem de 50 mil exemplares, logo começou a coleta de assinaturas em Minas e no Rio de Janeiro.

Haviam também dentre aqueles que assinaram o *Manifesto dos Mineiros* muitos dos que viriam a se tornar fundadores da União Democrática Nacional em agosto de 1945. Uma vez que a Lei Agamenon⁴³ estipulava que os partidos políticos tivessem como pré-requisito uma base nacional, o registro da UDN contou com assinaturas provenientes de vários estados federativos. Ainda assim, dos setenta e três fundadores, seis haviam sido signatários do Manifesto, a saber: Belmiro Medeiros, Tristão da Cunha, Luiz Camillo de Oliveira Neto, Joaquim de Salles, Nelson de Sena e Virgílio de Melo Franco. Os futuros governadores de Minas pela UDN, Milton Campos e Magalhães Pinto, também foram signatários. Destacamos também futuros deputados e senadores udenistas que assinaram o documento: Aduino Lúcio Cardoso, Afonso Arinos de Melo Franco, Alberto Deodato, José Maria Lopes Cançado, Mário Brant, Pedro Aleixo, dentre outros.

Quanto aos espaços que instigaram uma rede de sociabilidades a partir da qual foi possível a interlocução dos sujeitos políticos que protagonizaram a confecção do Manifesto, Barros destaca: a solenidade de abertura da Sociedade Amigos da América em 1º de janeiro de 1943 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro “integrada por profissionais liberais, jornalistas, empresários e alguns militares (...). A Sociedade tinha como objetivo principal incentivar as boas relações com os Estados Unidos, e cooperar com tudo o que interessasse às Nações Unidas na situação da guerra⁴⁴”; e a realização no começo de agosto de 1943 no Rio de Janeiro do I Congresso Jurídico Nacional, convocado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros no qual “Pedro Aleixo, chefe da delegação mineira, propôs uma moção pela restauração das liberdades públicas, com apoio das delegações do Rio e da Bahia, em aberto conflito com outras

⁴² BARROS, Orlando de. “O Manifesto dos Mineiros”. In: PENNA, Lincoln de Abreu (org.). *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 165.

⁴³ Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945 organizado pelo Ministro da Justiça Agamenon Magalhães que estabeleceu a base da legislação eleitoral porvir: seus pontos principais são a estipulação de que os partidos políticos só poderiam ser registrados a nível nacional, de modo a evitar a repetição do sistema partidário da Primeira República; a possibilidade de candidatura múltipla, isto é, um mesmo candidato apresentar-se a cargos diferentes em estados federativos diferentes; e eleições presidenciais quinquenais nas quais o vice-presidente era eleito à parte, ao contrário do sistema de chapas, atualmente vigente.

⁴⁴ Ibid, p. 164.

delegações que eram favoráveis à ditadura” tendo sido “das discussões advindas da participação dos mineiros no I Congresso Jurídico que partiu a proposta de redigir um manifesto reivindicando a normalização política do país⁴⁵”.

Outra característica observada que não poderia passar despercebida relaciona-se com a relativa maioria de advogados e juristas dentre o conjunto daqueles que emprestaram seu nome para publicação do documento em questão. Deste grupo existem aqueles que cursaram a Faculdade de Direito mas se enveredaram para a política partidário-eleitoral – udenista – como o caso de José Maria Lopes Cançado, Pedro Aleixo, Afonso Arinos, João Franzen de Lima e outros; aqueles que estiveram à disposição da máquina partidária udenista como técnicos na área jurídica como Darci Bessone de Oliveira Andrade que foi Advogado-Geral de Minas Gerais no Governo de Milton Campos e Procurador-Geral de Belo Horizonte no Governo de Américo Renné Gianetti; aqueles que acabaram por seguir carreira jurídica como juizes, desembargadores e ministros de Tribunais Superiores, como o caso de André de Faria Pereira (juiz), Antônio Carlos Vieira Christo (juiz), Lincoln Prates (desembargador MG), Octávio Murgel de Resende (ministro STM) e Antônio Nedes (ministro STF); e finalmente os que se mantiveram na qualidade de pesquisadores e docentes no ambiente acadêmico mineiro, como o caso do jurista Caio Mário da Silva Pereira.

Para além de influenciar no conteúdo jurídico com o qual o Manifesto seria redigido e dar uma pista sobre ser a Faculdade de Direito em Belo Horizonte o ponto de encontro de muitos dos signatários, esse elemento também provoca no sentido de reforçar o argumento que compreende o *Manifesto dos Mineiros* como uma antevisão do udenismo enquanto conjunto de práticas políticas próprias a uma parcela específica de sujeitos vinculados direta ou indiretamente à União Democrática Nacional.

Ao se dedicar ao propósito de enumerar quais seriam as características que comporiam tais práticas políticas do udenismo, Benevides salienta que “a UDN foi, também, entre denominações várias, ‘o partido dos bacharéis’, frequentemente congelada no formalismo pelo qual o princípio da legalidade surge como a inspiração primeira⁴⁶”. Complementa ao afirmar também que este bacharelismo que se constituiu na prática política de seus membros, sobretudo na esfera parlamentar, “significa, também, o gosto excessivo pelo beletismo político, pela retórica – a palavra, o discurso, a metáfora, como dotados de significado mais importante do

⁴⁵ Ibid, p. 164.

⁴⁶ Ibid, pp. 258-259.

que os fatos, ou conhecimento científico, sobretudo econômico⁴⁷”. Carvalho ao analisar estatisticamente a estrutura ocupacional dos políticos mineiros no processo de redemocratização aponta que 86% da bancada estadual udenista era formada de advogados e que este número aumentava para 91% quando se tratava da bancada federal⁴⁸. O ex-governador mineiro Tancredo Neves, que no interstício da publicação do Manifesto até a redemocratização gozava de pouco mais de trinta anos, em entrevista realizada a posteriori também deu mostras dos efeitos que o udenismo tinha sobre a classe jurídica em Minas: “A UDN, logo na sua formação, exerceu sobre todos os espíritos da intelectualidade mineira, mas sobretudo nos espíritos dos advogados uma grande fascinação. A UDN encarnou a bandeira da resistência à ditadura. (...) Sobretudo porque, aqui em Minas, era formada por homens de grande autoridade intelectual, de grande projeção moral⁴⁹”.

Esse conjunto de informações permite compreender com maior clareza a qual tipo de elite se refere a bibliografia de maneira geral quando denomina os signatários ora como elites políticas ora como elites liberais. Não se tratava de uma elite econômica, ou classe dominante, no sentido estrito do termo dentro de uma compreensão marxista, isto é, detentoras dos meios de produção. O que não implica que o projeto político a ser desenvolvido a partir do *Manifesto dos Mineiros* não atendia sobretudo os interesses dessas elites econômicas. O oposto também não se aplica na medida em que não são classe trabalhadora e nem pretendem representá-la como grupo específico – neste sentido vale apontar que os termos “trabalhadores” ou “classe” sequer compõem o vocabulário do Manifesto. A prevalência de profissionais liberais entre os signatários permitiria que fossem situados, a partir de uma definição sociológica despretensiosa, como classe média, ainda que não se possa afirmar que eles se identificassem assim. Por isso o termo elites políticas, a despeito de ser propício, precisa também ser relativizado: apesar dos signatários se reconhecerem como sujeitos políticos e muitos já terem até mesmo ocupado posições políticas importantes, se encontravam num período de disputa pelo poder. Em outras palavras, nenhum tipo de hegemonia se tinha estabelecido.

Essas elites políticas inscritas em Minas Gerais publicaram o referido Manifesto dentro de um contexto já analisado no qual o Brasil inseria-se a nível global contra países fascistas como Alemanha e Itália na Segunda Guerra Mundial e objetivava apresentar a crítica ao regime

⁴⁷ Ibid, p. 259.

⁴⁸ CARVALHO, Orlando de. “A estrutura ocupacional da política mineira”. In: *Sociologia*, vol. XV, n. 4. São Paulo: outubro de 1953.

⁴⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves: a Trajetória de um Liberal. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 125.

autoritário vigente no país e congregar os interlocutores do documento – as próprias elites – dentro de um mesmo projeto. Essa limitação da interlocução estabelecida pelo Manifesto pode ser compreendida, para além da censura ainda em vigor, da própria visão que seus produtores tinham do processo histórico no qual estavam inseridos. Nesse sentido Arinos afirma: “Era natural que a inteligência tomasse a iniciativa do movimento, visto que as reivindicações concernentes às liberdades políticas interessam sempre mais às classes cultas que às massas populares, preocupadas especialmente com as dificuldades do dia a dia⁵⁰”. Sobre a recepção do Manifesto, Tancredo diz que “teve pouca repercussão porque a primeira circulação do Manifesto foi praticamente clandestina. Eu me lembro que eu via referências do Manifesto. Levei quase um ano para obter um exemplar. O Manifesto foi importante depois. Durante o período que ele foi lançado, ele teve circulação muito restrita⁵¹”.

A análise sobre o conteúdo do texto pode ser dividida em quatro partes: a) a presença de elementos de política externa; b) elementos históricos com destaque aos personagens, documentos e fatos citados; c) elementos da mineiridade como identidade regional; e d) elementos do que se converteria posteriormente no projeto liberal-conservador durante a Terceira República (1945-1964).

A interpretação que as elites políticas mineiras que assinaram o Manifesto faziam da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e que parecia distinta da visão transmitida pelos órgãos de imprensa sob controle ditatorial se dava dentro de um contexto global de luta entre a democracia liberal – representadas pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha – contra o fascismo ítalo-alemão. Desta forma, são desferidos diversos ataques ao fascismo como forma de governo, o que indiretamente também servia para atacar o Estado Novo no Brasil sem em nenhum momento dirigir-se textualmente ao regime em que aqui se vivia ou mesmo à pessoa do presidente Vargas. O fascismo é associado às palavras “totalitário”, “aberração política”, “despotismo”, “mal”, “absolutismo” e “inimigo”. Referindo-se a democracia, por outro lado, afirmam categoricamente que “fora da democracia não há salvação possível, para a paz e para as liberdades que enobrecem e exaltam a espécie humana”. Associam-se igualmente a toda uma tradição liberal ocidental ao referirem-se diretamente à virtude como princípio dos regimes democráticos conforme apresentado por Montesquieu e afirmam ter sido a Revolução Francesa “um imenso acontecimento”.

⁵⁰ QUADROS, Jânio; ARINSO, Afonso (org.). *História do Povo Brasileiro vol. 1*. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais S. A., 1968, p. 86.

⁵¹ *Ibid*, p. 108.

Compreendem que os modelos britânicos e norte-americanos – os que logo consagraram-se vencedores do grande conflito mundial – são paradigmáticos e que deviam ser almejados pelo Brasil. O fato de se basearem, para isso, na Carta do Atlântico, documento assinado em agosto de 1941 pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt e pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill e nas Recomendações Preliminares para os Problemas Pós-Guerra, formuladas pela Comissão Jurídica Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA) fornecem pistas sobre o peso da conjuntura externa no sentido de pressionar o presidente Vargas rumo a uma democracia. O que restava saber era qual forma de democracia se configuraria. Aquela proposta no Manifesto, inspirada nos países anglo-saxões, de cunho liberal? Ou outra surgida do trabalhismo varguista, que tinha como característica a condução do desenvolvimento econômico por um Estado nacionalista e a criação de um aparato de políticas públicas protetivas? Evidentemente que esses projetos em disputa se confrontariam durante o processo de redemocratização e se estenderiam durante a experiência democrático-eleitoral subsequente.

O conteúdo do texto é igualmente repleto de referenciais históricos tomados dentro de um processo de hermenêutica que logicamente reforça a linguagem discursiva na qual todos os personagens e eventos citados constituiriam uma importante tradição da qual os signatários seriam herdeiros e continuadores. Sobre a função discursiva desses elementos históricos no texto, Arruda indica que “as condições históricas de Minas, geradoras de um ritmo lento do tempo e criadoras de todo um universo social que tende para a preservação de laços societários imediatos, podem gerar, do ponto de vista dos agentes, certa tendência à valorização do passado, uma vez que não surgem novas situações históricas capazes de absorvê-los e integrá-los em outro tecido social⁵²”.

Propõe-se também que os elementos históricos que compõem o *Manifesto dos Mineiros* permitem de certa forma compreender a representação inicial ideal que aquele grupo que se tornaria a base para o udenismo fazia de si mesmo, ainda em 1943, e do próprio passado diante de um futuro aberto a possibilidades. É igualmente notável o posicionamento em relação aos valores políticos e morais que os signatários acreditavam terem se perdido sob o governo de Getúlio, mas que tinham suas raízes, muito claras e por eles lembradas, num passado mais distante: nos monarquistas liberais do Império como Teófilo Ottoni e Tavares Bastos, nos republicanos históricos como Benjamin Constant e Aristides Lobo e até nomes oriundos da

⁵² ARRUDA, Maria Armínia do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 207.

Primeira República como Rui Barbosa e Campos Sales. O *Manifesto dos Mineiros* não propõe uma revolução nos moldes clássicos e deixa-o claro logo de início: “Este não é um documento subversivo; não visamos agitar nem pretendemos conduzir. Falamos à comunidade mineira sem enxergar divisões ou parcialidades, grupos correntes ou homens”. Por se inspirar exatamente no passado – até mesmo com certo saudosismo – o Manifesto e o próprio udenismo apresentam uma concepção de tempo e de reconstrução da memória que se mostram preciosas. Para Arruda “a permanência dos dias passados no imaginário demonstra a incapacidade da teia social de gerar novos projetos⁵³”. O que se percebia, através do Manifesto era, portanto, uma reformulação de culturas políticas historicamente associadas às elites brasileiras – como o liberalismo, o bacharelismo e cada vez mais o anticomunismo – sob o signo da mineiridade, elemento próprio dos criadores do documento e futuros artífices da fundação da União Democrática Nacional.

Num tom de conversação em família – família numerosa, porém unida e solidária -, queremos recordar aos mineiros que o patrimônio moral como o espiritual não sobrevive ao desleixo. Os bens materiais arruinam-se e se perdem quando a diligência do dono não se detém sobre eles. As conquistas espirituais também se perdem quando o homem as negligencia, por lhe parecer assegurada a sua posse. (...) Fomos buscar a inspiração no passado, porque nele procuram assentar a constância de sua regência política os que, entre nós, por uma errônea interpretação da História, nele somente vislumbram algumas não contestadas vantagens da centralização administrativa e do Governo monocromático (...)⁵⁴.

A crítica, sutil nas palavras e veemente no propósito, ao governo de Vargas se apresenta num tom familiar que nos remete imediatamente a uma conversa de fim de tarde regada a café preto e pão de queijo acabado de sair do forno. O udenismo, em seu protótipo, se camufla da mineiridade. Mais adiante, especificamente nas eleições presidenciais de 1945, o Brigadeiro Eduardo Gomes haveria de ser escolhido como candidato oficial do partido relançando a histórica marca do Lenço Branco, resgatada dos liberais do Império sacralizados pelo udenismo nas figuras de Ottoni, Saldanha e Otaviano que em 1860 ergueram seus lenços em face à tirania e que, quase um século depois, inspirariam esses novos ícones do liberalismo brasileiro a realizar o que ficou conhecida como a Campanha do Lenço Branco, ainda que acabasse derrotada pelo candidato pessedista, general Eurico Dutra, com o apoio do presidente deposto Getúlio Vargas.

⁵³Ibid, p. 198.

⁵⁴ Manifesto dos Mineiros. Belo Horizonte: 1943, pp. 1-3.

O udenismo adquiriu sua força política simbólica inicial das aproximações e representações que fez do tempo histórico: das interpretações do passado, este marcado por uma vocação política democrática-liberal e pela ação decisiva dos mineiros; do julgamento crítico do presente, percebido na condenação do Estado Novo pela retirada das liberdades políticas e individuais e pelo “descaso moral e espiritual” que segundo os signatários podia ser percebido naquele momento; mas também das perspectivas de futuro, que pelo próprio caráter memorialístico dos manifestantes, significava retomar a vocação liberal-democrática de Minas e do Brasil depois de extirpados tanto os vícios regionalistas da Primeira República quanto os autoritarismos do Estado Novo. Afirma Berstein que “cada cultura política encontra no passado uma provisão quase inesgotável de dados-chave, textos seminais, fatos simbólicos e galerias de grandes personagens que são apresentados como modelos a seus fiéis⁵⁵”.

A forte conotação histórica assumida pelo *Manifesto dos Mineiros* também se relaciona com a mineiridade conforme analisado por diversos autores. Em Reis temos a conceituação da mineiridade como sendo “uma construção imaginária, com base na história, elaborada por uma elite política que se apropriou de fatos históricos regionais e, portanto, de particularidades de uma região de Minas, tornando-a universal, reconhecida por brasileiros e mineiros, para preservar-se no exercício do poder, mantendo seus privilégios⁵⁶”. Também Arruda preocupa-se em entender a mineiridade como mito⁵⁷ a partir da literatura dos viajantes do século XIX que criaram um perfil social do mineiro ao vislumbrar um recorte desta sociedade, isto é, suas elites, mas igualmente a partir de um conjunto literário posterior que viria a idealizar a figura do mineiro e mais propriamente através das linguagens desenvolvidas dentro do seio de suas elites ao longo do tempo, ao ponto da autora enfatizar que “a contínua assimilação mítica, no plano coletivo, reatualiza e revigora esse tipo de discurso [dos atributos da própria mineiridade], conferindo-lhe tal dimensão de veracidade que se torna difícil distinguir o imaginário do real, isto é, da própria sociedade⁵⁸”.

⁵⁵ Ibid, p. 34.

⁵⁶ REIS, Liana Maria. “Mineiridade: identidade regional e ideologia”. In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte: v. 9, n. 11, p. 89-97, 1º sem. 2007, p. 90.

⁵⁷ Sobre o mito como categoria conceitual a autora diz que “pensamos ser da essência dos mitos o caráter abstrato, ainda mais nítido quando repousa sobre a matéria-prima histórica das sociedades capitalistas, que criou uma crescente homogeneidade cultural, subsumindo o particular num processo de integração totalizador” e que se estabelece uma “homologia entre identidade e mito. Evidentemente a linha das gradações não é horizontal, mas entrecortada por pontos ascendentes e descendentes, numa toada composta por questões que a história põe e repõe, incessantemente para o homem” (ARRUDA, 1989, pp. 24-25).

⁵⁸ Ibid, p. 214.

Em artigo publicado em 1984, o sociólogo Otavio Soares Dulci buscou compreender os efeitos da mineiridade enquanto ideologia e como esta interferia na prática dos políticos mineiros que se veem portadores dos atributos da mineiridade. Confirmando a interpretação de Arruda que a mineiridade surge a partir de uma literatura setecentista e se reproduz continuamente em linguagens políticas diversas ao longo do tempo, o autor indica o ensaio *A Voz de Minas* de Alceu Amoroso Lima publicado em 1944 em pleno processo de redemocratização como sendo o grande clássico da mineiridade⁵⁹. Isto porque Lima oferece uma síntese do que seria a mineiridade como identidade sem necessariamente apresentar uma interpretação crítica que lhe acompanhe. Os objetivos do autor são, portanto, sacralizar uma identidade mineira através de elementos históricos que a exaltem e de elementos da geografia natural que a naturalizem para que finalmente chegasse à conclusão de que Minas tem uma missão⁶⁰ a cumprir em relação ao Brasil e mesmo ao mundo.

Dulci também indica que a mineiridade é reproduzida principalmente entre as elites políticas de Minas ao apontar que “a ‘mineiridade’ constituiu um bom exemplo de ideologia da classe dominante⁶¹”. Quanto às características que comporiam esta identidade quando relacionada à prática política, tanto Dulci quanto Arruda parecem concordar que o equilíbrio e a moderação; a compreensão de que Minas é a fiadora da unidade nacional; e a busca pela conciliação dos impasses seriam os eixos centrais dessa identidade. Para comprová-lo, utilizam-se de discursos proferidos e textos escritos por mineiros em diferentes momentos da história nacional convergindo para esses valores. Em outras palavras, Bernardo de Vasconcelos, Marquês do Paraná, Teófilo Ottoni, Milton Campos e Tancredo Neves se inscreveriam, independentemente da posição política que assumissem, na (re)produção desses elementos da mineiridade. Em tese, para Arruda “a mineiridade politicamente assimilada enseja um tipo de representação ideológica, que se manifesta no plano da prática dos agentes sociais⁶²”.

A mensagem do *Manifesto dos Mineiros* parece assim de certo modo encarnar direta ou indiretamente os elementos dessa mineiridade. A princípio se identifica com o espírito de

⁵⁹ “A sociologia mineira se baseia em três primazias: o primado da concentração sobre a irradiação; o primado da lentidão sobre a velocidade; e o primado da qualidade sobre o número”. LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. Rio de Janeiro, 1945, p. 111.

⁶⁰ “A Minas cabe, pois, a missão de preservadora do passado, de reformadora das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de *compensadora* de todos os desequilíbrios extremistas. Minas não é o Brasil. Mas está naturalmente fadada a ser o centro de gravidade do Brasil”. LIMA, Alceu Amoroso. *A Voz de Minas*, 1944.

⁶¹ DULCI, Otavio Soares. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia”. In: *Ciências Sociais Hoje* (1984). São Paulo: Cortez, 1984, p. 13.

⁶² *Ibid*, p. 230.

moderação e equilíbrio quando se dirige “ao espírito lúcido e tranquilo dos nossos coestaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro o inalterável senso de análise e julgamento”. Estas palavras do Manifesto estão em profunda conexão com a síntese que Tancredo faz da mineiridade, a saber: “De maneira que estas características do mineiro são muito importantes, porque mostra que é um homem que sabe ser cauteloso, prudente, morigerado nas horas necessárias, mas sabe também ser rebelde quando os acontecimentos lhe impõem esta tomada de atitude. Nunca fugiu à sua responsabilidade histórica nos momentos necessários⁶³”. Neste mesmo sentido afirma Arinos: “Impresso secretamente em uma tipografia em Barbacena, o documento era datado de Belo Horizonte, 24 de outubro, em lembrança da revolução de 1930, cujos princípios liberais intentava recordar e reviver. Moderado no tom, como é da tradição mineira, continha, no entanto, críticas mortais para o sistema dominante⁶⁴”.

Para Arruda “entre os elementos formadores da constelação mítica de Minas encontra-se a ideia de que os mineiros são portadores da missão de promover a unidade nacional” e que “ao definir-se sobretudo como mineiro, mas preocupado com os valores da nacionalidade, delineia outro componente essencial do mito, qual seja, a ideia de que Minas encarna o conjunto do país⁶⁵”. Pode-se associar este eixo da mineiridade incidida sobre o discurso político na conclusão do Manifesto, onde os signatários afirmam que:

Ao dar expressão às aspirações de Minas Gerais, dentro da comunhão brasileira, tivemos presente, acima dos pontos de vista regionais, as coordenadas que enquadram todo o vasto panorama dos anseios e das necessidades do Brasil, e esperamos que idênticos movimentos se processem em todos os demais Estados. Em verdade, Minas não seria fiel a si mesma se abandonasse sua instintiva inclinação para sentir e realizar os interesses fundamentais de toda a Nação⁶⁶.

A defesa de que o *Manifesto dos Mineiros* possuiria então elementos da mineiridade, não só por ter sido produzidos pelas elites políticas mineiras, mas também por congregar o que a bibliografia especializada no estudo do conceito compreendeu serem as principais características da mineiridade e pelas relações intrínsecas encontradas entre o documento e o udenismo, leva a acreditar que se estabelece uma relação entre o udenismo enquanto cultura

⁶³ Ibid, p. 106.

⁶⁴ Ibid, p. 86.

⁶⁵ Ibid, p. 215 e 217.

⁶⁶ Manifesto dos Mineiros. Belo Horizonte: 1943, p. 9.

política em formulação e a mineiridade como identidade de um grupo considerável de sujeitos políticos protagonistas no processo de redemocratização do Brasil. O objetivo dos capítulos seguintes será indicar, através da ação parlamentar dos deputados mineiros durante a Terceira República (1945-1964), os pontos de confluência do udenismo com a mineiridade.

2. ENTRECORTES ENTRE MINEIRIDADE E UDENISMO: AÇÕES PARLAMENTARES UDENISTAS NA ASSEMBLEIA DE MINAS

A União Democrática Nacional, em hora aspérrima para as franquias democráticas, também surgiu sob o signo do *Libertas quæ sera tamen* – consignado com altivez e bravura no memorável Manifesto dos Mineiros. O nosso Partido se honra tanto destes mineiros como se orgulha da gente inconfidente, porque, numa reincidência de amor à pátria, escreveu nas areias de Copacabana, com o sangue de Eduardo Gomes, a página imortal da resistência do Forte, e com Milton Campos viveu em Minas os dias de pureza e de glórias, tão lidimas e tão naturais, como aquelas sonhadas pelos inconfidentes denodados na apoteose de sua glória.

(Deputado Estadual Ernani Lemos – UDN, 23 abr. 1952).

2.1. Reinício das atividades parlamentares: a redemocratização

Após dez anos de interrupção do Poder Legislativo em todos os níveis da federação, inaugurou-se em 1947 (e após a promulgação da Constituição de 1946) a Primeira Legislatura deste novo período republicano brasileiro por meio de suas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas Estaduais e no Congresso Nacional. Ainda que institucionalmente o ineditismo deste novo período parlamentar seja confrontado pelo fato de que muitas Câmaras Municipais e Assembleias Estaduais voltaram a funcionar nos mesmos prédios que funcionavam quando da interrupção política imposta em 1937 e muitos regimentos foram desengavetados no sentido de serem “reciclados”, algo marcaria profundamente o jogo político a partir deste período: a nova configuração em partidos nacionais.

O Decreto-Lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945 organizado pelo Ministro da Justiça Agamenon Magalhães (por isso mais conhecido como Lei Agamenon) estabeleceu a base da legislação eleitoral para a Terceira República. Seus principais pontos são: a estipulação de que os partidos políticos só poderiam ser registrados a nível nacional, de modo a evitar a repetição do sistema partidário da Primeira República; a possibilidade de candidaturas múltiplas, isto é,

um mesmo candidato poderia apresentar-se a cargos parlamentares diferentes em estados federativos diferentes; e eleições presidenciais quinquenais nas quais o vice-presidente era eleito separadamente, ao contrário do sistema de chapas, atualmente vigente. Afirmam Dulci e Faria que

a política brasileira evoluiu do antigo conglomerado de partidos e chefias estaduais para uma estrutura de partidos nacionais, ainda que enraizados regionalmente, como é natural em uma federação. Essa dinâmica pode ser vista como resultado do processo de centralização desencadeado pela Revolução de 1930, cujo ápice foi o Estado Novo⁶⁷.

Quanto ao início da configuração partidária na Terceira República, seja num contexto nacional ou regional, pode-se perceber três contrastes: a) os partidos formados a partir da burocracia ditatorial precedente e que, portanto, foram beneficiados pela máquina estatal – neste segmento destacamos o PSD e o PTB: o primeiro surgido principalmente através da união de setores das elites estaduais e o segundo formado a partir da estrutura sindical estadonovista; b) os partidos formados por sujeitos políticos que, por razões diversas, se distanciaram de Getúlio em 1930 ou 1937 e congregavam parcelas de elites políticas afastadas do poder – aqui destacamos a UDN e o que Benevides denomina de seus “satélites” como o PR e o PL; c) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que foi (re)configurado a partir da Constituição de 1946, ainda que seu registro eleitoral fosse cassado posteriormente⁶⁸, forçando-o novamente à ilegalidade, e que vinha de uma experiência traumática de perseguição às suas lideranças, num contexto de início de Guerra Fria e de enfrentamento de um virulento imaginário anticomunista incutido na sociedade civil.

As eleições nacionais de dezembro de 1945 elegeram os deputados e senadores constituintes e o Presidente da República. A derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes foi a primeira de uma série de expectativas eleitorais frustradas das lideranças udenistas que supunham que seu esforço no sentido de pôr fim ao Estado Novo e criar uma ordem jurídica democrática consagraria seu grupo político naquelas eleições. Incapazes de traduzir em sua prática político-eleitoral a transição de uma “política de notáveis” para uma “política de

⁶⁷ DULCI, Otávio Soares; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005, p. 169.

⁶⁸ A decisão do Tribunal Superior Eleitoral foi em 7 de maio de 1947 com base no artigo 141 da Constituição que vedava o funcionamento de partidos no Brasil com afiliações estrangeiras. A cassação dos mandatos dos deputados comunistas só viria meses mais tarde, em 7 de janeiro de 1948, pela Lei 211 do Congresso Nacional.

massas” nos dizeres de Campelo Souza a derrota⁶⁹ do Brigadeiro para o general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, e que contava com o apoio público do ex-presidente Vargas, reforçava o discurso que se tornaria cada vez mais frequente no âmbito das elites liberais de que “as massas permaneciam sob o jugo da propaganda varguista” ou mesmo de que “o Brasil não estaria politicamente maduro o suficiente para uma experiência democrática”.

No âmbito da Assembleia Nacional Constituinte sua distribuição pode ser demonstrada pela tabela a seguir:

Tabela 1 - Distribuição dos Constituintes⁷⁰ (por partido e região)

Partidos	Norte (%)	Nordeste (%)	Centro-Oeste (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Total (%)
PSD	16 (76,1%)	59 (45,4%)	10 (62,5%)	63 (51,2%)	37 (77%)	185 (54,7%)
UDN	03 (14,3%)	55 (42,3%)	05 (31,3%)	21 (17,1%)	05 (10,4%)	89 (26,3%)
PTB	01 (4,8%)	01 (0,7%)	—	19 (15,4%)	02 (4,2%)	23 (6,8%)
PCB	—	04 (3,1%)	—	10 (8,2%)	02 (4,2%)	16 (4,7%)
PR	—	04 (3,1%)	—	07 (5,7%)	01 (2,1%)	12 (3,7%)
PSP	01 (4,8%)	06 (4,7%)	—	01 (0,8%)	—	08 (2,4%)
PDC/PL/ED	—	01 (0,7%)	01 (6,2%)	02 (1,6%)	01 (2,1%)	05 (1,5%)
TOTAL	21 (100%)	130 (100%)	16 (100%)	123 (100%)	48 (100%)	338 (100%)

Fonte: Sérgio Soares Braga, “Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946”, 1998, p. 48.

A maioria absoluta conquistada pela bancada pessedista tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados (fenômeno que se repetiria em muitas Assembleias Estaduais, como a de Minas) foi fruto da legislação eleitoral sobre a qual produz interessante reflexão Campelo Souza. Sua análise dessa legislação permite afirmar como a persistência de elementos do Estado autoritário e centralizador antecedente comprometeu a formulação jurídica eleitoral do período democrático pós-1945. Isso se deveu pela manutenção de uma tradição autoritária através da permanência de sujeitos políticos do período que se pretendia superar. Essa legislação criada através do esforço do ministro da Justiça do Estado Novo, Agamenon Magalhães, foi analisada

⁶⁹ Convém destacar, todavia, que o Brigadeiro Eduardo Gomes venceu, dentre outros lugares, na cidade de Belo Horizonte.

⁷⁰ BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946, vol. 1*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 48.

nestes aspectos: a) a concessão e cassação de registro partidário, em especial em relação à dificuldade de registro dos partidos em curto espaço de tempo, visto que precisariam ter bases nacionais, o que segundo a autora, privilegiou o PSD já constituído por meio das interventorias e o PTB por conta do sindicalismo corporativista, bem como a questão da cassação do registro do Partido Comunista; b) o registro de candidaturas que permitia que um mesmo indivíduo se candidatasse simultaneamente para senador e deputado federal num mesmo estado ou em mais de um estado, o que criava a anomalia eleitoral de candidatos muito populares eleitos por diversos estados da federação permitindo burlar o quociente eleitoral em favor de candidatos menores; c) o chamado “mecanismo das sobras” que concedia ao partido com o maior número de votos as sobras dos demais partidos que porventura não atingissem a marca do quociente eleitoral, o que claramente privilegiou o PSD, reforçando sua posição de partido majoritário na Constituinte de 1946⁷¹; d) o alistamento eleitoral *ex-officio* que deu margem nas primeiras eleições após a redemocratização a possíveis e questionáveis fraudes eleitorais; e) e finalmente, em relação à representação eleitoral aprovada pela Constituição de 1946, que não era plenamente proporcional para a Câmara dos Deputados, privilegiando os estados menos povoados da federação e custando aos estados mais populosos dezenas de cadeiras na Câmara.

No que diz respeito à atuação udenista na Assembleia Constituinte, vale ressaltar que o partido conseguira apresentar candidatos em todos os estados da federação e eleger representantes em todas as regiões do Brasil. Como pode ser apreendido pela tabela, contou também com uma representação considerável de aproximadamente um quarto da Constituinte, o que, apesar de significativo, não era capaz de fazer frente à maioria absoluta pessedista. Por isso Dulci afirma que “a UDN não foi capaz de encaminhar o processo no rumo de uma efetiva reconstrução política. Não possuía a necessária coesão para tanto e estava comprimida pela larga maioria situacionista⁷²”. A falta de coesão referida julgamos que se relacione com o caráter de movimento ou frente que ainda caracterizava o partido advindo do processo de embate pela redemocratização.

Tomando o mesmo objeto, mas com outro foco analítico, Souza debruça-se sobre os discursos dos deputados constituintes da UDN e conclui que

⁷¹ Essa cláusula foi alterada em 1950, quando se adotou o critério, ainda hoje em vigor, de distribuição das sobras por todos os partidos que superarem a barreira do quociente.

⁷² DULCI, Otávio. A UDN e o Anti-populismo no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG / PROED, 1986, p. 90.

os parlamentares udenistas que integraram a Constituinte de 1946 interpretaram o passado de forma totalmente diferenciada do discurso oficial que foi institucionalizado e sucessivamente filtrado pela historiografia. Esses parlamentares demonstram uma percepção do passado, presente e futuro marcada pela derrota, pelo trauma e pela expectativa de uma democracia sem Getúlio Vargas⁷³.

Neste mesmo sentido e tratando especificamente sobre a bancada udenista mineira, Dulci destaca que “em abril e maio, os sete deputados por Minas Gerais programaram uma série de discursos, designada como ‘Semana Mineira’, em que expuseram ‘o que foi no seu estado o governo do sr. Benedito Valadares (...) Bancadas de outros estados adotaram o mesmo padrão de conduta⁷⁴’. Assim, incapaz de pautar por si mesma a reconstrução jurídico-política no novo período republicano que se iniciava, a UDN, e como demonstrado, particularmente os deputados mineiros, tomando inclusive certa iniciativa, transformavam a bancada em tribunal, e eles próprios em juízes e algozes do Estado Novo que, conforme demonstrado por Campelo Souza, persistia em sua forma autoritária apesar da aura liberal com que a Constituição de 1946 pareceu se revestir. É razoável sintetizar com o pensamento de Dulci afirmando que, “por conseguinte, a Constituição de 1946 estabeleceu regras democráticas para a sociedade, mas expressou ao mesmo tempo os limites precisos nos quais elas deveriam funcionar⁷⁵”.

Em Minas Gerais, como pode ser apreendido nas tabelas abaixo, o poder político alternou-se entre a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo. O fiel da balança, em ambos os casos, parece ter sido exatamente o Partido Republicano (PR), cuja maior expressão em toda a federação se deu no estado de Minas.

Tabela 2 – Representação Partidária na Assembleia Legislativa de Minas durante a Terceira República (1947-1967)

Partido	N.º de Deputados	Porcentagem
PSD	118	31,5%
UDN	86	23%
PR	64	17%

⁷³ SOUZA, Mayara Paiva de. A Constituinte de 1946: a bancada udenista e a reinterpretação do tempo. Revista de História e Estudos Culturais, out. nov. dez. 2008, vol. 5, nº. 4, p. 12.

⁷⁴ Ibid, p. 90.

⁷⁵ Ibid, p. 91.

PTB	52	14%
PSP	18	5%
PTN	13	3,5%
PDC	07	2%
PRP	07	2%
PST	05	1,5%
PL	03	0.4%
PCB	01	0.1%
TOTAL	374	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 3 – Poder Executivo Mineiro durante a Terceira República (1947-1967)

Governador	Partido	Mandato
Milton Campos	UDN	1947 – 1951
Juscelino Kubitschek ⁷⁶	PSD	1951 – 1956
Bias Fortes	PSD	1956 – 1961
Magalhães Pinto	UDN	1961 – 1966

Fonte: Elaborado pelo autor.

As origens desta polarização entre UDN e PSD encontram-se nas reviravoltas políticas ocorridas a partir de 1936 tendo como polo divisor o interventor mineiro Benedito Valadares. Este atraiu a maior parte tanto do Partido Republicano Mineiro (PRM) quanto do Partido Progressista (PP). Aqueles que se alinharam ao eixo Vargas/Valadares foram incorporados à máquina política do Estado Novo em suas secretarias e ministérios bem como nas prefeituras (principalmente das cidades do interior)⁷⁷. Já aqueles – de ambos os partidos citados – que por razões diversas não compactuaram com a nova configuração política instaurada pelo golpe de 1937 foram forçados ao retorno para suas atividades profissionais em âmbito privado. Isso não

⁷⁶ O último ano do governo estadual de JK foi conduzido pelo vice-governador Clóvis Salgado (PSD) devido ao seu afastamento para concorrer às eleições presidenciais.

⁷⁷ Nesse período, por exemplo, foi enviado pela interventoria estadual para ser Prefeito de Uberaba entre os anos de 1936 e 1937 o advogado Menelick de Carvalho, natural de Juiz de Fora, que já tinha ocupado a Prefeitura desta cidade, entre 1933 e 1936, a Secretaria do Interior do Estado e a Companhia Mineira de Eletricidade. Isso demonstra um pouco da capacidade de realocação político-administrativa daqueles que estavam em sintonia com o Estado Novo.

os impediu, todavia, de estabelecer uma rede de sociabilidades⁷⁸ que permitiu, em parte, a resistência ao Estado Novo (através, por exemplo, do *Manifesto dos Mineiros*) e, em parte, a reorganização política pós-democratização.

Os que estiveram alinhados e conseqüentemente compuseram o *corpus* político do Estado Novo provenientes tanto do PRM quanto do PP ingressaram, em sua maioria, e com o advento dos partidos nacionais, no PSD, fundado em Minas sob a liderança do próprio Benedito Valadares. Conforme citam Dulci e Faria

Valadares, em página curiosa, recorda as circunstâncias da sua fundação [do PSD]: um grande encontro em Belo Horizonte, para o qual ele convocou os ex-deputados, ex-prefeitos, ex-vereadores, ex-secretários – enfim, tantos ex-ocupantes de cargos, que, diverte-se o narrador, ‘se não se tratasse de assunto tão importante, talvez desse a esse capítulo o título de *ex*⁷⁹.

Noutro viés, as minorias do PRM e PP convergiram num primeiro momento através de uma frente de oposição à ditadura estadonovista que culminou na fundação de dois partidos. A União Democrática Nacional (UDN) em Minas foi formada pelas antigas lideranças da parcela do PP que não comungaram com o regime ditatorial, que incluía Pedro Aleixo (presidente da Câmara dos Deputados antes do golpe de 1937), Odilon Braga (ministro da Agricultura) e os deputados estaduais Milton Campos e Bilac Pinto. A parcela do PRM que não convergiu para o eixo Vargas-Valadares, e que eram conhecidos como bernardistas, por serem capitaneados pelo ex-presidente da República e naquela altura já septuagenário Artur Bernardes, formou o Partido Republicano (PR). Convém destacar que tanto as lideranças udenistas quanto bernardistas (ou perristas) foram signatárias do *Manifesto dos Mineiros* e que, em Minas, o PR se caracterizou por uma prática de fisiologismo, tendo participado de todos os governos estaduais, fossem udenistas ou pessedistas, e compondo a bancada do governo na Assembleia.

Uma vez promulgada a Constituição em 1946 foram marcadas eleições para governadores e deputados estaduais para janeiro de 1947 e o quadro político mineiro passou por surpreendente reviravolta. Como afirmam Dulci e Faria “o PSD, que parecia imbatível para o Palácio da Liberdade, perdeu a eleição para uma aliança encabeçada pela UDN em torno da

⁷⁸ Termo compreendido aqui como “espaço de constituição de uma rede organizacional (que pode ser mais ou menos formal/institucional) e como um microcosmo das relações afetivas (de aproximação e/ou de rejeição)” (GOMES, 2004, p. 52-3). = GOMES, Angela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: _____. (Org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁷⁹ Ibid, p. 170.

candidatura de Milton Campos⁸⁰”. Isso ocorreu por conta de uma cisão ocorrida no seio do PSD mineiro. O presidente Dutra, que desde sua vitória havia concedido espaço em seu governo para a UDN, intencionava criar em Minas um governo de união, por isso impôs o nome do ex-presidente Venceslau Braz como candidato do PSD numa aliança que seria acrescida pela UDN, que nem cogitou essa possibilidade, e pelo PR. O candidato udenista ao governo estadual, Milton Campos, no discurso que apresentou sua candidatura ao eleitorado mineiro em Belo Horizonte assim se pronunciou:

Está na *Imitação de Cristo*: “Se conseguíssemos extirpar um vício de cada ano, depressa nos tornaríamos homens perfeitos”. (...) Na vida política, bem se pode sintetizar a resistência no sábio conceito de Alain, o claro mestre do radicalismo francês: “Se impedíssemos, a cada instante, que se levasse uma pedra à Bastilha, nós nos pouparíamos o trabalho de demoli-la”. Aí está a grande missão de um Partido democrático numa democracia em começo: extirpar um vício cada ano e imobilizar as mãos que carregam pedras para a Bastilha da reação. (...) A UDN mineira não quer carregar essas pedras que se começa a edificar a nova Bastilha. Por isso, diverge, impugna e protesta, em vez de colaborar nos conchavos. Prefere vir às urnas e apelas para o povo. (...) Ora, as candidaturas únicas, decorrentes de combinações e arranjos de grupos e dos partidos, têm como resultado, salvo em horas excepcionalíssimas, afastar o povo das deliberações. (...) E não há negar que a candidatura única, via de regra, é um logro ao eleitorado, porque eleger é escolher e não há escolha em face de um só.⁸¹

Se na UDN a indicação federal foi repelida, como se percebe no discurso de Milton Campos, no seio do PSD – partido do Presidente da República – gerou cisão na medida que alguns de seus partidários apoiaram o candidato indicado por Dutra enquanto outros apoiaram o candidato do líder estadual do partido – senador Benedito Valadares – e que acabaria por ser consagrado pela convenção estadual: Bias Fortes. Isso possibilitou que a UDN articulasse uma aliança entre o PSD Independente, derrotado na convenção, e o PR, o que seria, num período de reorganização eleitoral, o suficiente para eleger o udenista Milton Campos governador de Minas Gerais com uma maioria relativa na Assembleia de Minas advinda dos deputados do PR e desses pessedistas dissidentes (que no decorrer do mandato voltariam a seguir a liderança pessedista).

A UDN mineira sabia da dificuldade de se derrotar o PSD eleitoralmente, sobretudo por conta de sua difusão municipal, fortalecida por anos de interventorias, e nesse sentido a cisão

⁸⁰ Ibid, p. 173.

⁸¹ Primeiro discurso na campanha para o governo de Minas em 1946 in MELO FRANCO, Afonso Arinos de (org.). Coleção Documentos Brasileiros, vol. 154, Milton Campos: Testemunhos e Ensinamentos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, pp. 40-41.

do partido foi crucial para obtenção da vitória. O deputado estadual udenista Fabrício Soares afirma: “fomos para lá [na Convenção estadual do PSD, ocorrida em Belo Horizonte no Cine São Luís] fazer movimento a favor do Venceslau Brás. Tínhamos certeza de que, se fosse escolhido o Bias Fortes, haveria cisão. Foi exatamente o que aconteceu⁸²”.

Sobre as razões dessa dissidência, o deputado Tancredo Neves do PSD ortodoxo, que se manteve na oposição ao governo udenista eleito, acrescenta outros elementos aos já apresentados:

Houve também um fator afetivo muito importante. O deputado Martins Soares [do PSD Independente] era tio do governador Milton Campos e tinha por ele a maior estima, o maior apreço, e o Milton retribuía. Para evitar que o Milton ficasse com minoria na Assembleia, ele então, a preço de assegurar o apoio administrativo, levou os seus amigos, quase todos políticos do Sul e da Mata, e passaram a sustentar o governo Milton Campos, a troco de prestígio nos seus respectivos municípios⁸³.

O resultado eleitoral de 1947 induziu à seguinte configuração para a Primeira Legislatura da Assembleia de Minas – que acumulou as funções de Assembleia Constituinte, visto que a Carta de 1946 estipulava que as assembleias estaduais compusessem suas Constituições Estaduais neste período:

Tabela 4 – 1ª Legislatura da ALMG (1947-1951)

Partido	N.º de Deputados	Porcentagem
PSD (a + b)	29	40,3%
PSD ortodoxo (a)	18	25%
PSD independente (b)	11	15,3%
UDN	16	22,2%
PR	14	19,4%
PTB	06	8,3%
PTN	05	6,9%
PRP	01	1,4%

⁸² MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Fabrício Soares da Silva. Belo Horizonte: 1996. (Coleção Memória Política de Minas vol. 2), p. 83.

⁸³ Ibid, p. 200.

PDC	01	1,4%
PCB	01	1,4%
TOTAL	72	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Governo Milton Campos não contava com um legislativo que lhe era essencialmente favorável; o que caracterizou sua relação com a Assembleia nesta transição democrática foi a necessidade de compor um governo de coalização que integrasse, na medida do possível, visto que os interesses por vezes eram conflitantes, o PR e o PSD Independente à sua própria bancada. Contou com uma maioria relativa e que não transparecia, por exemplo, em debates mais calorosos como pode atestar o deputado udenista Fabrício Soares que participou desta legislatura: “como coligado, o PR era muito exigente. Tudo quanto se dava ao PR, ele achava pouco. (...) O PR cobrava caro, mas cumpria religiosamente seus acordos. (...) O PR votava com o governo, mas não o defendia. Terminava a votação, a bancada punha a pasta debaixo do braço e ia para a secretaria, advogar nomeações⁸⁴”.

Tinha ficado estabelecido pela Constituição Estadual de 1947 que seriam feitas reformas administrativas a cada cinco anos pela Assembleia contemplando principalmente a criação de novos municípios. Logo no primeiro semestre de 1948, já tendo passado pouco mais de um ano de governo, foi realizada a primeira reforma administrativa, e o PSD ortodoxo, na ocasião sob a liderança do deputado Tancredo Neves, soube catalisar a reunificação da bancada usando a reforma administrativa como ponto de tensão. Nas palavras do deputado

a reforma administrativa é um instrumento de governo perigoso porque, na medida em que você promove a emancipação de municípios, todos municípios surgem tão fracos que eles não têm alternativa a não ser viver na dependência do governo. De maneira que se tirasse, por exemplo, de um município pessedista, dois, três distritos, enfraquecia-se o PSD neste município e se criavam três municípios para girar na órbita de influência do governo estadual. Então, quando nós sentimos que a reforma administrativa tinha este sentido de golpe político, o PSD, por uma questão até de sobrevivência, se rearticulou⁸⁵.

A bancada pessedista reunificada, que deste momento em diante passou a ser chamada pela imprensa mineira de “rolo compressor”, deixou ainda mais frágil a “maioria” do governo

⁸⁴ Ibid, p. 102.

⁸⁵ Ibid, p. 202.

na Assembleia. Durante este período, os últimos três anos do governo Milton Campos, entre 1948 e 1951, talvez tenha se configurado a única ocasião neste período republicano no qual o governo estadual não tivesse uma maioria consistente na Assembleia Legislativa.

2.2. Funcionamento da Assembleia de Minas

Era modesta a estrutura de funcionamento da Assembleia neste período. Fabrício Soares, deputado por três legislaturas, de 1947 a 1958, assim a descreveu nessa fase:

A Assembleia tinha uma estrutura administrativa simples, modesta. Havia o corpo de taquígrafos (meia dúzia, ou um pouco mais); a Seção Administrativa, que cuidava do funcionamento da Assembleia; a Tesouraria, que pagava aos deputados e cuidava desse setor; o gabinete do Presidente da Assembleia, o do líder da Maioria e o do líder da Minoria (cada qual tinha um secretário, que era ao mesmo tempo seu datilógrafo), e dois ou três guardas civis, que mantinham a ordem interna. O corpo administrativo da Assembleia era realmente simples, modesto e até deficiente⁸⁶.

Em 1947 ficou estipulada na Constituição Estadual que o expediente legislativo funcionaria ordinariamente seis meses por ano, de 15 de março a 15 de setembro de cada ano. No período de recesso, a Casa seria representada por uma Comissão Permanente⁸⁷. Mas mediante o surgimento de uma demanda legislativa crescente e das crises políticas que marcaram o período, este tempo de expediente parlamentar foi sofrendo mudanças. Em janeiro de 1951 foi aprovada uma emenda⁸⁸ à Constituição Estadual que estipulava o funcionamento da Assembleia entre 15 de junho a 15 de dezembro, isto é, mantendo-se os seis meses anteriores, mas alterando os meses em questão. Em dezembro de 1956 uma nova emenda⁸⁹ modificou o expediente parlamentar para o período de 1º de março a 15 de dezembro, prolongando os meses

⁸⁶ MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Fabrício Soares da Silva. Belo Horizonte: 1996. (Coleção Memória Política de Minas vol. 2).

⁸⁷ A Comissão Permanente, que existiu até 1956, funcionava durante os recessos e era composta de 18 deputados. Ela se reunia uma vez por semana, em média, e tratava de assuntos diversos que chegavam à consideração da Assembleia. Recebia despachos do Governador, tais como vetos, totais ou parciais, apostos a determinadas leis remetidas à sua sanção. Era comum a discussão em seu âmbito de problemas ocorridos nos Municípios, em virtude das reclamações encaminhadas por diretórios partidários ou lideranças locais. Reinvidicações referentes à criação de novos municípios eram também vocalizadas, sobretudo nas épocas que precediam a periódica redivisão territorial do e administrativa do Estado, que acontecia de cinco em cinco anos. (cf. DULCI; FARIA, 2005, p. 193).

⁸⁸ Lei Constitucional nº. 1, de 24 de janeiro de 1951.

⁸⁹ Lei Constitucional nº. 5 de 24 de dezembro de 1956.

em que funcionava e extinguindo a Comissão Permanente já que o recesso não seria tão longo como antes. E, finalmente, em junho de 1963 foi mais uma vez alterado⁹⁰ o calendário estipulando que a Assembleia se reuniria entre 1º de fevereiro a 30 de junho, entrando em recesso durante o mês de julho e voltando a funcionar de 1º de agosto a 10 de dezembro.

Desde o reinício das atividades parlamentares estaduais advindas da redemocratização em 1947 a Assembleia Legislativa de Minas havia se instalado no mesmo prédio onde funcionara na década de 1930, na atual Praça Afonso Arinos, no centro de Belo Horizonte. Lá permaneceria até 16 de setembro de 1959 quando o prédio foi destruído por um incêndio causado por um curto-circuito. Devido à estrutura de madeira o fogo rapidamente se alastrou e o telhado sucumbiu. As chamas consumiram quase tudo: o plenário, as galerias, as salas da Maioria e da Minoria, a sala das comissões, os arquivos particulares dos deputados, a contabilidade e o serviço de pessoal e uma considerável parte da biblioteca e do mobiliário conforme depoimentos de funcionários que testemunharam o incêndio⁹¹. A Assembleia se transferiu para um prédio na Rua Tamoios que pertencera a Casa d'Italia, que fora confiscado durante a Segunda Guerra e que, naquele momento abrigava um Grupo Escolar. Em 1962, começou a construção de uma sede definitiva – o Palácio da Inconfidência – onde ainda nos dias atuais abriga-se o legislativo mineiro apesar de já ter sofrido inúmeras ampliações.

No que diz respeito à Mesa Diretora da Assembleia, Dulci e Faria afirmam que “era um órgão importante, mas menos decisivo que atualmente, pois a estrutura administrativa era muito menor, tanto na quantidade de seções quanto na de servidores. Politicamente, no entanto, ela tinha papel de relevo e a Presidência ostentava grande prestígio⁹²”. Já Tancredo Neves, assim se refere à importância de ser presidente da Assembleia: “É ele quem nomeia, ele quem demite, ele quem contrata, ele quem distribui os recursos para a maior agilização dos trabalhos da Assembleia. (...) O partido que tem um presidente, tem muito mais marcha de manobra na condução dos projetos no plenário. Isso facilita muito a obstrução⁹³”. O presidente da Assembleia também tinha condições de influir nos debates que ocorriam em plenário, principalmente aqueles mais acalorados, nos quais a disputa pela palavra era muito concorrida. Ele poderia deixar o debate correr livre, o que em geral era um estorvo para quem ocupava a

⁹⁰ Lei Constitucional nº. 7 de 20 de junho de 1963.

⁹¹ ANDRADE, Márcio Paulo (org.). *A Casa do Povo: histórias que os anais não registraram*. Belo Horizonte: ALMG, 1992.

⁹² Ibid, p. 194.

⁹³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo Neves: a Trajetória de um Liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 184.

tribuna visto que seria interrompido diversas vezes, como ele poderia insistir para que os deputados que quisessem fazer apartes o requeressem, antes de propriamente interromperem o deputado que ocupava a tribuna.

A Mesa Diretora era eleita anualmente sem nenhuma restrição para reeleições e era composta por sete deputados: o Presidente, o 1º e o 2º Vice-Presidentes, e do 1º ao 4º Secretário. Todavia se concentrava na Presidência da Assembleia a força institucional de pautar debates e projetos de lei, encaminhar moções e sanções e posicionar-se institucionalmente em momentos críticos. Com exceção da Primeira Legislatura (1947-1951) que contou com três presidentes de partidos diferentes, as outras quatro legislaturas subsequentes que compreendem este período republicano foram ocupadas por representantes do partido majoritário naquela legislatura, como podemos perceber nas tabelas abaixo:

Tabela 5 – Mesa Diretora da 1ª Legislatura (1947-1951)⁹⁴

Biênio	Presidente	Partido
47/48	Alberto Teixeira	PTN
48/49	Martins da Costa	PSD
49/50	Martins da Costa	PSD
50/51	Feliciano Pinto	PR

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 6 – Mesa Diretora da 2ª Legislatura (1951-1955)⁹⁵

Biênio	Presidente	Partido
51/52	Ribeiro Pena	PSD
52/53	Ribeiro Pena	PSD
53/54	Ribeiro Pena	PSD
54/55	Ribeiro Pena	PSD

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁹⁴ Durante esta legislatura a UDN esteve representada na Mesa Diretora com um 2º vice-presidente, dois 1º secretários e um 4º secretário

⁹⁵ Durante esta legislatura a UDN absolutamente não ocupa cargos na Mesa Diretora.

Tabela 7 – Mesa Diretora da 3ª Legislatura (1955-1959)⁹⁶

Biênio	Presidente	Partido
55/56	Ribeiro Pena	PSD
56/57	José Augusto	PSD
57/58	José Augusto	PSD
58/59	José Augusto	PSD

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 8 – Mesa Diretora da 4ª Legislatura (1959-1963)

Biênio	Presidente	Partido
59/60	José Augusto	PSD
60/61	José Augusto	PSD
61/62	Castro Pires	PSD
62/63	Pio Canedo	PSD

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 9 – Mesa Diretora da 5ª Legislatura (1963-1967)

Biênio	Presidente	Partido
63/64	Walthon Goulart	UDN
64/65	Walthon Goulart	UDN
65/66	Jorge Vargas	UDN
66/67	Bonifácio Andrada	UDN/ARENA

Fonte: Elaborado pelo autor.

No começo da Primeira Legislatura (1947-1951) a maioria pessedista era apenas aparente, visto que alguns deputados desta legenda se tornaram dissidentes por conta do desentendimento ocorrido durante o período eleitoral⁹⁷ conforme já discutido, e também pela capacidade do Executivo estadual, ocupado pela UDN, de integrar uma parte destes por meio do atendimento de suas demandas locais. No processo de redação da Constituição Estadual foi Presidente da Assembleia o deputado Alberto Teixeira, do pequeno PTN, talvez no único

⁹⁶ Durante esta legislatura a UDN esteve representada na Mesa Diretora no cargo de 1º vice-presidente.

⁹⁷ Em entrevista, Tancredo afirma que o número de deputados do PSD ortodoxo nesta legislatura seria de 18, restando 11 deputados do PSD Independente (Ibid, p. 183).

mandato em que, por função da Constituinte, o cargo de presidente estivesse em importância relativamente menor se comparado ao de Relator⁹⁸ e mesmo por conta do processo de reestruturação administrativa do próprio Poder Legislativo. Ele foi seguido na presidência da casa pelo deputado Martins da Costa do PSD Independente e finalmente pelo deputado Feliciano Pinto, do PR.

A partir da Segunda Legislatura (1951-1955) até o final da Quarta Legislatura (1959-1963) o PSD ocupou seguidamente a Presidência da Assembleia confirmando a hegemonia parlamentar assegurada pelas eleições e coligações com o PTB e eventualmente com o PR. Durante estes doze anos em que quatro deputados⁹⁹ pessedistas estiveram à frente da Assembleia a UDN apenas figurou na Mesa Diretora ocupando a 1ª Vice-Presidência durante as 3ª e 4ª Legislaturas.

Já na Quinta Legislatura (1963-1967) a vitória da UDN nas eleições estaduais tanto para o Palácio da Liberdade (Executivo) quanto para o Palácio da Inconfidência (Legislativo) garantiu que a Presidência do Assembleia permanecesse inteiramente udenista. Com a publicação em 1965 do Ato Institucional nº. 2 e supressão do pluripartidarismo, o então deputado udenista Bonifácio Andrada, presidente da casa, se vinculou à recém-criada Aliança Renovadora Nacional (Arena).

No que se refere às comissões permanentes, o Regimento da Assembleia (1947) estipulava dez comissões e outras duas foram criadas no decorrer do recorte temporal por nós estabelecido, isto é, até o fim da 5ª Legislatura em 1966: 1 – Constituição, Legislação e Justiça (uma das mais importantes do ponto de vista político, geralmente controlada pelo partido majoritário); 2 – Redação; 3 – Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; 4 – Agricultura, Indústria e Comércio; 5 – Educação e Cultura; 6 – Saúde Pública; 7 – Segurança Pública; - 8 – Trabalho e Ordem Social; 9 – Viação e Obras Públicas (em 1951 foi renomeada para Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas); 10 – Assuntos Municipais e Negócios Interestaduais (em 1951 foi simplificada para Assuntos Municipais e Interestaduais); 11 – Comissão de Serviço Público Civil (criada em 1952); e 12 – Comissão de Siderurgia e Mineração (criada em 1966). Eis a configuração, no período analisado, quanto a ocupação das presidências dessas comissões permanentes segundo os partidos políticos:

⁹⁸ O Relator da Constituinte mineira foi o deputado Tancredo Neves do PSD ortodoxo.

⁹⁹ Ribeiro Pena (1951-1956), José Augusto (1956-1961), Castro Pires (1961-1962) e Pio Canedo (1962-1963).

Tabela 10 – Presidência das Comissões Permanentes da Assembleia de Minas

	1ª Legislatura (1947-1950)	2ª Legislatura (1951-1954)	3ª Legislatura (1955-1958)	4ª Legislatura (1959-1962)	5ª Legislatura (1963-1966)	TOTAL
PSD	23	21	25	28	08	97 (45%)
PR	08	08	12	11	10	49 (24%)
PTB	05	07	04	04	08	28 (14%)
UDN	01	02	-	-	14	17 (8,5%)
PSP	-	01	01	-	03	05 (2,5%)
PRP	01	03	-	-	01	05 (2,5%)
PTN	02	-	-	01	-	03 (1,5%)
PST	-	01	02	-	-	03 (1,5%)
PL	-	-	-	-	01	01 (0,5%)
TOTAL	40	43	44	44	45	216 (100%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A presidência dessas comissões permanentes era decidida no começo de cada ano legislativo e era conduzida pela Mesa Diretora da Assembleia. Se por um lado a distribuição dos deputados nas diversas comissões estava condicionada à representação parlamentar da devida bancada, por outro, a presidência das mesmas era decidida em plenário, em votação secreta, podendo o partido com maioria na Assembleia, que geralmente também cedia espaço aos partidos aliados menores, controlar a maioria das comissões permanentes. Havia remanejamento dos membros das comissões anualmente – ainda que isso não fosse necessariamente uma imposição – segundo a vontade dos líderes de bancada e, em última instância, do Presidente da Assembleia. Os presidentes de cada comissão também poderiam ser reeleitos ano após ano e mesmo ocupar a presidência de mais de uma comissão permanente, ainda que nem a reeleição nem a ocupação de mais de uma presidência por um mesmo deputado fosse algo muito usual.

A tabela acima demonstra que, com exceção da Quinta Legislatura, o PSD sempre contou com mais de vinte presidências no decorrer de cada mandato o que se estendia aos seus aliados, agraciados proporcionalmente ao apoio parlamentar que provinha de suas bancadas. De forma que o PR, que durante todo esse período esteve aliado ao partido que vencias as eleições majoritárias estaduais, sendo contemplado tanto com cargos nas secretarias do estado quanto com posições na Mesa Diretora e nas comissões permanentes da Assembleia, e o PTB, que se aliara aos governos pessedistas e integrara as oposições (junto ao PSD) aos governos udenistas de Milton Campos e Magalhães Pinto, também mantiveram, ao longo deste período,

uma presença contínua na presidência das comissões permanentes. Por outro lado, embora a UDN estivesse representada em praticamente todas essas comissões, foram pouquíssimas as vezes em que ocupou a presidência de alguma comissão permanente até a Quinta Legislatura, onde conseguiu, pela primeira e única vez em sua existência eleitoral em Minas, constituir maioria na Assembleia.

As comissões mais importantes eram a de Constituição, Legislação e Justiça, uma vez que invariavelmente todos os projetos de lei eram encaminhados para sua apreciação e a comissão de Redação a quem cabia a apresentação final do texto dos projetos de lei. A importância dessas duas comissões deve-se mais ao fato da quantidade de projetos e resoluções que por elas passavam e conseqüentemente a capacidade que seus membros e, de maneira particular, seu presidente tinham de influenciar o andamento do expediente parlamentar do que necessariamente pela expressão político-social dos projetos analisados.

A comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas tinha uma importância relativa pois trabalhava no sentido de dar pareceres para a prestação de contas do governo estadual ao final de cada ano e indicar o orçamento do ano seguinte. Tratava-se desta forma de uma comissão estratégica que assegurava um orçamento favorável aos projetos do Poder Executivo e que podia evitar, no decorrer do ano parlamentar seguinte, que fossem enviados projetos de lei para abertura de crédito adicional, o que era sempre razão para críticas e questionamentos da parte da oposição.

Merece especial atenção à comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais que, apesar de não apreciar muitos projetos de lei, tinha capacidade de influenciar a política municipal, sobretudo nas Câmaras Municipais, por meio de respostas frequentes a questões técnicas, jurídicas e políticas encaminhadas por vereadores e prefeitos de todo o estado. Também foi esta comissão que se responsabilizou pelos pareceres referentes à disputa territorial com o estado do Espírito Santo que percorreu o governo de Milton Campos e Juscelino Kubitschek, sendo finalmente resolvida de forma conciliatória no final do governo deste último, trazendo inegável capital político não só para o governador que seria eleito presidente, mas para os próprios deputados estaduais envolvidos¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Todos os deputados da referida comissão foram reeleitos no pleito eleitoral ocorrido no ano seguinte à resolução da questão territorial com o Espírito Santo, com exceção do deputado Heli Figueiredo (PRP). Foram reeleitos à Assembleia para mais um mandato os deputados Chaves Ribeiro (PSD), presidente da comissão, e os deputados Oswaldo Pieruccetti (UDN), Synval Siqueira (PTB) e Gregoriano Canedo (PR).

As demais comissões, seja por não apreciarem uma quantidade considerável de projetos de lei, seja por tratarem de setores da administração pública muito dependentes do Poder Executivo (como saúde e educação), e mesmo pela capacidade de o governo estadual tomar medidas que independiam da aprovação da Assembleia através de decretos-lei¹⁰¹, tinham importância relativa e simbólica, o que não significa por sua vez que não eram disputadas¹⁰².

Todos os governos pessedistas contaram com ampla maioria na Assembleia e com o controle das principais e da maioria das comissões permanentes o que beneficiava a produção de pareceres favoráveis aos projetos de lei considerados estratégicos para a administração estadual e que, quando eram levados ao plenário para aprovação, já chegavam com uma argumentação jurídico-político que respaldava e unificava a base do governo. Acrescente-se a isso a celeridade para confecção de pareceres e encaminhamento para que a Mesa Diretora, igualmente controlada por aliados do governo, colocassem a matéria para deliberação em plenário. Aliás, pode-se depreender que uma das principais vantagens políticas de conseguir a presidência das comissões e da Mesa Diretora era justamente a capacidade de dar celeridade ou engavetar projetos de lei e resoluções conforme os interesses políticos em questão. Disso não se conclua precipitadamente que o encaminhamento de votações também não era influenciado por fatores externos como a imprensa, as organizações da sociedade civil e movimentos populares.

Assim, coube aos deputados udenistas encontrar maneiras alternativas de disputar o poder e garantir – quando controlava o Palácio da Liberdade – a aprovação da legislação necessária para seus interesses e impedir – quando na oposição – que se cumprisse a agenda adversária. O gosto pela argumentação retórica e jurídica constituiu-se instrumento comum que distinguia a bancada udenista das demais; e a isso credita-se o número considerável de bacharéis em Direito na bancada nacional e estadual do partido como também o continuum de uma cultura política bacharelesca no Brasil do qual os udenistas se consideravam herdeiros (como já apontado, inclusive na análise do *Manifesto dos Mineiros*).

¹⁰¹ Como exemplo, tomaremos a legislação produzida pelo governo udenista de Magalhães Pinto referente à educação pública: todas as principais ações legislativas foram feitas através de decretos-lei que sequer passaram pelo crivo da Assembleia como o Decreto-Lei n.º 6.465 de dezembro de 1961 que coibia abusos no ensino rural e o Decreto-Lei n.º 6.564 de maio de 1962 que obrigava os municípios a cumprirem uma série de obrigações legais relativas ao ensino rural. Essas matérias, dentro de nosso sistema político atual, dependem de aprovação pelo poder legislativo.

¹⁰² A nomeação de um Grupo Escolar num município pela comissão de Educação e Cultura é um exemplo de uma disputa simbólica ocorrida no interior da comissão e via de regra deferida pelo plenário. Enquanto deputados pessedistas poderiam indicar um nome de um professor falecido ou liderança vinculado ao partido naquela localidade os deputados udenistas poderiam propor o contrário, por exemplo.

Os longos e contextualizados discursos, o moralismo que se manifestava nas acusações frequentes de corrupção e de improbidade administrativa, tudo possível a partir do conhecimento apurado do regimento interno da Assembleia¹⁰³, permitia aos udenistas também influírem, a seu modo, no andamento do expediente parlamentar. No que se refere propriamente às comissões permanentes, a estratégia adotada logo na primeira legislatura conforme narrado pelo deputado Fabrício Soares (UDN) parece ter se repetido também nas legislaturas seguintes: “queríamos evitar que deputados mais radicais assumissem as Presidências das comissões e criassem problemas para o Governo e para nós. (...) éramos minoria, tínhamos compromisso com o Governo, tínhamos interesse que a Assembleia funcionasse bem. Assim, procurávamos assegurar que as Presidências das comissões ficassem com elementos não radicais¹⁰⁴”. Essa postura torna relativa a preponderância do PSD e seus aliados (sobretudo o PR mais fiel a seus próprios interesses fisiologistas que ao governo em si) na presidência das comissões demonstrando que a UDN também encontrava meios de influenciar no direcionamento das mesmas ainda que não estivesse diretamente à sua frente. Retomando o deputado Fabrício Soares: “(...) política, e principalmente a política mineira, é transigência. Não há política em Minas sem transigência¹⁰⁵”.

Afinal, eis que a fórmula de se excluir os elementos radicais de lados opostos e criar uma governança marcada pela moderação foi o que consagrou o Marquês de Paraná durante o período imperial. Figura histórica que consta no *Manifesto dos Mineiros*, como inspiração de mineiro e liberal, e que perpassa a retórica udenista como vemos em artigo publicado por Milton Campos n’*O Jornal* em 1927:

(...) o Marquês de Paraná. Caracterizou-o a moderação e disso fazia garbo. Sabia retroceder ou parar evitando os extremos imoderados. (...) O tato e o bom senso muito mineiros de Honório Hermeto fizeram-no encarregado de missões difíceis no Prata e em Pernambuco. Mas foi como chefe do Gabinete de 6 de setembro, desenvolvendo

¹⁰³ O Regimento previa que apenas os líderes de cada partido, da maioria, da minoria, do governo e da oposição tinham uso irrestrito da bancada, ainda que limitados por determinada quantidade de tempo. Os demais deputados poderiam se inscrever para discursar conforme agendamento prévio com a secretaria da Mesa Diretora. Era prática comum à bancada udenista quando na oposição que um deputado do partido, em geral o líder da bancada, começasse a discursar e conforme o tempo ia terminando fosse acrescido pelo tempo do líder da oposição, do líder da minoria e de uma série de deputados do partido inscritos que cediam seu tempo para que fossem feitos discursos que chegavam a mais de duas horas. Em geral aconteciam duas coisas: a Assembleia se esvaziava e quando chegava o momento de encaminhar as votações não se verificava quórum ou o debate se acalorava com os apartes dos deputados a favor do governo e prazo da sessão se encerrava.

¹⁰⁴ Ibid, pp. 103-104.

¹⁰⁵ Ibid, p. 163.

uma admirável política de conciliação, que ele prestou talvez o seu maior serviço à causa liberal (...) ¹⁰⁶.

Salvaguardado o longo espaço de tempo que separa os dois períodos históricos e consequentemente seus contextos sociais, partidários e políticos, o que nos resta é uma prática – vinculada à moderação – com a qual se associava a autoimagem que faziam de si mesmos os políticos mineiros, e sobretudo os udenistas, seja por serem ciosos do legado histórico que julgavam carregar, seja por fazerem uso dessa prática como estratégia política de disputa pelo poder num cenário onde ficaram confinados repetidas vezes – pelo escrutínio eleitoral – à oposição/minoria.

Procurou-se situar o udenismo e seus sujeitos em seu contexto histórico-político porque acredita-se que, sob muitos aspectos, as culturas políticas existentes e congregadas pelo udenismo das quais se falará a seguir se manifestaram latentes *por causa e a partir* desse cenário. Como não associar o *moralismo* ao estigma das derrotas eleitorais que condicionaram o partido à oposição fiscalizadora ¹⁰⁷? Como não situar o *bacharelismo* no profundo conhecimento dos deputados udenistas do funcionamento dos instrumentos legais que organizavam o ritmo parlamentar em seus projetos, comissões e pareceres? Como não associar à autoimagem da *mineiridade* a estratégia de favorecer deputados moderados e abertos à transigência de partidos rivais para presidir comissões aos seus próprios? Por outro lado, o pressuposto de que se trataria o udenismo de uma cultura política que teria vigorado entre os anos 1940 e 1960 no Brasil dependeria dessa contextualização cronológica visto que “parece inadequado usar cultura política tendo como referência experiências efêmeras, passageiras, pois se perde a força do conceito, que reside exatamente em revelar como certos comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um grupo ¹⁰⁸”.

2.3. O udenismo nas ações parlamentares estaduais

¹⁰⁶ MELO FRANCO, Afonso Arinos de (org.). Coleção Documentos Brasileiros, vol. 154, Milton Campos: Testemunhos e Ensinamentos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, pp. 6-7.

¹⁰⁷ Lembramos que o lema do partido era “O preço da liberdade é a eterna vigilância”.

¹⁰⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 22.

No período estudado a UDN foi o segundo maior partido em termos de representação parlamentar tanto no Congresso Nacional quanto na Assembleia de Minas. A este fato acrescenta-se que esteve, por via de regra, associada, no jargão parlamentar, à Minoria e à Oposição, visto que era um partido com considerável bancada, mas incapaz de constituir maioria pela via eleitoral (o que é sempre mais complicado num sistema pluripartidário) ou através de coligações partidárias – levando em consideração que PSD e PTB, respectivamente o primeiro e o quarto partido em representação parlamentar no período, coligaram-se ainda que não em todas as eleições majoritárias, seguramente a posteriori com o início do calendário legislativo. Quanto ao PR, como já foi dito noutra oportunidade, aliou-se a todos os governos estaduais, fossem pessedistas ou udenistas. Desta forma, é importante destacar que a prática política udenista circunscrita ao meio parlamentar foi marcada pela capacidade de disputar e exercer o poder frente a maioria absoluta representada pela aliança PSD-PTB.

A cultura política udenista circunscrita no espaço de tempo no qual o partido União Democrática Nacional foi gestado (cujo marco é o *Manifesto dos Mineiros*) e institucionalmente vigorou pode ser compreendida como uma aglutinadora de outras culturas políticas que encontraram em seu meio – parlamentar, eleitoral, discursivo, simbólico, iconográfico, etc. – profícua capacidade de reprodução e organização. Com o fim institucional do partido (através do Ato Institucional nº. 2 em 1965) não se pode dizer que o liberalismo, o bacharelismo, o moralismo e o anticomunismo deixaram de existir como culturas políticas ou se tornaram imóveis e condenadas à esclerose política, mas que, tendo perdido seu elo catalisador precedente – o udenismo – foram reconfigurados segundo a nova organização sócio-política inaugurada com o golpe civil-militar de 1964.

O propósito aqui é demonstrar através da revisão bibliográfica e das análises documentais realizadas a incidência dessas culturas políticas reunidas no que chamamos de udenismo a partir das ações parlamentares dos deputados estaduais udenistas na Assembleia Legislativa de Minas ao longo da Terceira República. Acredita-se, ainda, que a mineiridade como expressão cultural de uma identidade regional que também incide sobre o político, construiu uma autoimagem do político mineiro que igualmente foi incorporada pela prática política da época e, em especial, sobre os sujeitos políticos vinculados à UDN. Como afirma Berstein “esta osmose entre culturas políticas muito afastadas na origem implica que, longe de constituir um dado fixo, sinônimo da tradição política, estejamos em presença de um fenômeno

evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo¹⁰⁹”.

Para Benevides é possível caracterizar assim o perfil parlamentar udenista:

(...) é possível identificar, sem rigor excessivo, um certo perfil parlamentar do udenista pela insistência num padrão de intervenção no Congresso caracterizado pelos seguintes pontos: o combate histórico ao getulismo, a denúncia constante da corrupção administrativa, a oposição da ação estatal na economia, a ênfase nos “aspectos subversivos” de uma política de massas (greves, movimento sindical politizado, aumentos de salário mínimo, etc) e o combate ao comunismo, sob suas variadas formas, reais e supostas¹¹⁰.

Se essas ações descritas parecem indicar de fato o produto ordinário da prática parlamentar udenista, identificamos que a forma pela qual isso se dava era justamente essa cultura política amalgamada composta por elementos de liberalismo, bacharelismo, moralismo, elitismo e anticomunismo/antigetulismo que apesar de serem identificadas isoladamente, só se explicam conjuntamente. Para Benevides “o conjunto dessas características compõem o ‘perfil ideológico’ da UDN, sugerindo, sobretudo, que os impasses revelados na permanente questão da unidade/diversidade do partido, só podem ser abordados numa visão mais ampla de tudo aquilo que, difusamente, se apresentou como o udenismo¹¹¹”.

A obra referencial desta autora sobre o udenismo procurou não apenas reconstituir a trajetória partidária da UDN a partir do desvelamento de fontes preciosas e inéditas no contexto historiográfico, a saber os arquivos internos do partido e uma série de entrevistas, mas também tomou como objeto o liberalismo brasileiro e, de forma mais específica, o que ela concluiu como sendo as limitações e ambiguidades deste liberalismo.

Assim, ao invés de se preocupar com o estudo do liberalismo em si, a autora se propõe muito mais a entender o liberalismo da UDN. Neste ponto, o confronto com o projeto varguista de desenvolvimento econômico tendo por principal agente o Estado, aconteceria durante toda a Terceira República. Ainda que Benevides defenda que não se pode dizer com clareza qual era o projeto econômico da UDN, ela concorda em dizer que, por conta da ação política dos

¹⁰⁹ Ibid, p. 355.

¹¹⁰ Ibid, p. 172.

¹¹¹ Ibid, p. 267.

udenistas mais atuantes, e pela oposição quase natural a praticamente tudo que estava vinculado a Vargas¹¹², criou-se a concepção antiestatista dentro da UDN.

Em Minas, o que mais poderia se assemelhar ao que foi o antigetulismo em nível nacional foi o governo de Juscelino Kubitschek (PSD) que para além de aliado e sucessor de Getúlio na presidência, inaugurou o período oposicionista da UDN na Assembleia e foi marcado, como no cenário nacional, por uma oposição sistemática ao seu projeto de desenvolvimento energético e industrial para o estado a partir do aumento generalizado de impostos. Enquanto o governo udenista de Milton Campos que lhe precedeu se caracterizou pela austeridade orçamentária e uma política fiscal branda e ineficiente, se comparada por exemplo a de outros estados da federação como São Paulo e Goiás, o governo Kubitschek criou novos impostos, tornou mais complexo o sistema de arrecadação e aumentou alguns percentuais que já existiam e investiu na burocracia fiscal através das coletorias estaduais e dos postos de fiscalização. Isto fazia parte de sua estratégia para cumprir seu programa eleitoral que havia prometido o desenvolvimento da malha rodoviária estadual e da produção de energia elétrica e industrial. Os deputados udenistas fizeram cerrada oposição a esta política fiscal e tentaram de todas as formas impugna-la, sem êxito diante de uma maioria absoluta da aliança PSD-PTB-PR na Assembleia e da popularidade crescente do governador.

No quesito do desenvolvimento econômico, o governo Milton Campos enfrentou desafios consideráveis ao assumir a administração estadual após quase uma década de interventorias. Esses desafios consistiam basicamente na ineficiência da burocracia estadual, sobretudo aquela responsável por coletar impostos, e na estagnação econômica do estado frente ao processo generalizado no sudeste brasileiro de industrialização. Logo em seu primeiro ano de governo foi aprovado na Assembleia o Plano de Recuperação Econômica que, apesar de contemplar diversas ações, conseguiu se destacar basicamente pela: a) criação de Escolas Normais para formação de professores e professoras em diversas regiões do estado; b) criação de escolas técnicas tanto no setor agrícola quanto industrial (as chamadas Escolas Médias e

¹¹² Aliás, sobre isso, a autora brinca com o fato de que em toda sua trajetória de oposição incansável, os deputados udenistas da Banda de Música teriam sido superados numa ocasião pela perspicácia de Getúlio. Sabendo o Presidente que o coro iria soar contra o que quer que ele mandasse ao Congresso como ante-projeto de lei para criação de uma empresa para exploração do petróleo nacional, Getúlio decide enviar um projeto ao Congresso propondo a criação de uma empresa de capital misto. Qual a surpresa geral quando a Banda de Música arvora-se contra o projeto presidencial formulando as mais diversas críticas e defendendo, de modo contrário ao projeto, uma empresa completamente pública, o que acaba sendo de fato aprovado. No corpo frio da lei, a Petrobras é criação udenista, ainda que no calor da memória política, Vargas tenha conseguido figurar como o criador desta que é, ainda hoje, uma das maiores empresas petrolíferas do mundo (ainda que tenha se tornado, posteriormente, para desgosto da Banda de Música, uma empresa de capital misto).

Elementares de Agricultura e as Escolas Vocacionais de Aprendizagem Industrial); c) pela criação do Fundo de Eletrificação que contraiu empréstimo de Cr\$ 150.000.000 para que o governo pudesse organizar e participar de empresas mistas de produção elétrica, a saber a Central Elétrica de Itutinga e Piau, respectivamente em Itumirim e Santos Dumont, e as Hidroelétricas Pai Joaquim e Anil, respectivamente em Sacramento e Oliveira; d) e a possibilidade de concessão de isenções fiscais a indústrias que viessem a se instalar em Minas.

Pode-se concluir que se tratava de um investimento na formação de mão-de-obra e da produção de energia elétrica, condições elementares para o desenvolvimento industrial, sem, todavia, rejeitar o que muitos udenistas consideravam uma “vocação histórica” de Minas, isto é, a agricultura. Tudo isso seria financiado pela arrecadação garantida pelo Decreto-Lei n . 2152 de 12 de julho de 1947 que estipulava uma taxa adicional regressiva entre 1947 e 1953 sobre vendas e consignações que começaria em 0,6% – nos anos de 1947 a 1951 – e decresceria para 0,1% – em 1952 – e finalmente para 0,2% – em 1953.

O Plano de Recuperação Econômica, apesar de não ter sido oficialmente revogado, foi substituído em muitas de suas disposições legais pela Lei n . 760 de 26 de outubro de 1951, aprovada logo no início do governo pessedista de Kubitschek. O investimento na formação e qualificação técnica de mão-de-obra foi praticamente suspenso: enquanto o governo Milton Campos (UDN) instituiu sete escolas normais para formação de professores de ensino básico, dez escolas técnicas agrícolas (de nível elementar e médio) e cinco escolas técnicas industriais, o governo Kubitschek (PSD) instituiu duas escolas normais e duas escolas técnicas industriais. Nenhuma escola técnica agrícola foi inaugurada nesse período contrariando sobremaneira as lideranç as udenistas na Assembleia e nos municípios.

A já referida Lei n . 760 elevava as alíquotas das taxas ordinárias sobre vendas e consignações bem como a taxa adicional estipulada no governo Milton Campos para o Plano de Recuperação Econômica que estava fixada em 0,1% para 1,4% para transações dentro do estado e para 4,8% para transações interestaduais. Esta mesma lei alterava o que dispunha o Decreto-Lei 2126 de 25 de junho de 1947 fazendo subir o imposto sobre cada saca de café (60 quilos) de Cr\$14 para Cr\$50¹¹³.

¹¹³ Em média a Lei estadual n . 760 aumentou as taxas referentes ao Plano de Recuperação Econômica em 3.100% e o imposto sobre a saca de café em 250%. Outras taxas têm sido aumentadas por essa mesma lei, como por exemplo a que incidia sobre os serviç os hospitalares, mas sem sofrerem o mesmo combate por parte da oposição udenista.

As reverberações da parte da oposição udenista na Assembleia de pouco adiantaram diante da maioria absoluta de que dispunha o PSD com seus aliados na Segunda Legislatura que possuía a seguinte configuração:

Tabela 11 - 2ª Legislatura da ALMG (1951-1955)

Partido	N.º de Deputados	Porcentagem	Varição
PSD	22	31%	-7
UDN	21	29%	+5
PTB	10	14%	+4
PR	09	13%	-5
PTN	04	-	0
PDC	02	-	+1
PRP	02	-	+1
PSP	01	-	+1
PST	01	-	+1
TOTAL	72	100%	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Bloco do Governo nesta legislatura contava com aproximadamente 60% dos deputados estaduais apesar do crescimento em cinco cadeiras da bancada udenista muito possivelmente decorrente do controle que o partido tivera da máquina estadual no governo precedente. A candidatura de Juscelino havia sido apoiada por todo o partido na Convenção Estadual, evitando-se qualquer dissidência como ocorrera na eleição anterior, e fora embalada pela candidatura presidencial de Getúlio Vargas.

Em junho de 1952 os efeitos da Lei n.º. 760 alcançaram a esfera popular tendo acontecido uma greve geral de caminhoneiros em Uberlândia sendo seguida por uma onda de depredações a prédios governamentais (como a Coletoria Fiscal) em Uberaba, ambas as cidades situadas no Triângulo Mineiro, região desenvolvida do estado e cuja prosperidade associava-se justamente ao comércio interestadual com São Paulo e Goiás, e que fora objeto direto de aumento significativo de tributos por meio da legislação sob análise. Os acontecimentos tomaram proporções nacionais na medida que o governo estadual – e conseqüentemente seus

representantes na Assembleia de Minas – adotaram como discurso oficial de que tanto a greve quanto os “atos de violência” haviam sido mobilizados por “forças comunistas”. O fato chegou inclusive a ser noticiado pelo jornal norte-americano *The New York Times* que relatou:

RIO DE JANEIRO, 25 de Abril – Tumultos, supostamente direcionados por Comunistas, causaram prejuízo de milhões de dólares ontem na cidade de Uberaba. Foi reportado há pouco que tropas estão sob aviso.

Os tumultuadores, protestando contra novos impostos, queimaram escritórios de arrecadação e outros prédios governamentais causando um prejuízo estimado provisoriamente em \$6,000,000. Foram reportadas prisões e toda a área está sob forte policiamento. (...)

A ocasião imediata da revolta foi um novo imposto sobre veículos e cargas entrando ou saindo do estado. Isso afetou o próspero comércio com São Paulo e, segundo se alega, iria prejudicar todo o lucro obtido. Uma greve de milhares de motoristas de caminhões em Uberlândia, distante cerca de noventa milhas de Uberaba, aconteceu no dia anterior ao tumulto uberabense. (...)

O estado de Minas Gerais é uma das áreas mais turbulentas do Brasil. Graves tumultos ocorreram em Belo Horizonte em fevereiro, começando com um protesto estudantil por conta do aumento nas tarifas de cinema e expandiu para um tumulto generalizado que destruiu muitos restaurantes e causou prejuízos de milhares de dólares. Uma pessoa foi morta nos tumultos em Belo Horizonte, alvejada por um policial. Até o momento nenhuma fatalidade foi reportada em Uberaba.¹¹⁴

Os debates que se sucederam na Assembleia constituem um material precioso para a análise uma vez que são demonstrações precisas da cultura política udenista em todas as suas várias subculturas políticas. Antes propriamente do ocorrido no Triângulo Mineiro, que revigorou as energias da oposição contra a política fiscal adotada pelo governo pessedista, já temos amostras de alguns deputados contrários a Lei nº. 760 e que indicam uma forma de manifestação política habitual e contínua por parte de um coletivo de sujeitos inseridos na cultura política udenista. Em 29 de maio de 1952, passados menos de seis meses da aprovação da lei, o deputado Oscar Côrrea (UDN) assim se pronuncia na tribuna:

(...) grita-se que isso ou aquilo não paga imposto ante a lei nova e quando conduz o chacareiro, para sua casa, os legumes, as verduras e os ovos que colheu, salta-lhe à frente, com o gládio fiscal o aparatosamente juscelínico recebedor e nos impostos lhe tira todas as vitaminas que sonhara. (...) E compreendem então que o Governo de hoje é o Governo do arrocho, do fandango, da festança, e que precisa de novas rendas tributárias para sustentar as centenas ou milhares de extranumerários que contratou,

¹¹⁴ BREWER, Sam Pope. “Reds leads Brazil tax riot spree that causes damage of \$ 6,000,000”. *The New York Times*, Nova York, 25 abr. 1952, p. 5, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1952/04/26/archives/reds-lead-brazil-tax-riot-spreed-that-causes-damage-of-6000000.html>>. Acesso em 24 set. 2016.

as dezenas de diretoras nababescos que elege nas assembleias de cinquenta e um por cento de oficiais, as recepções que prepara no já agora oficialmente Palácio das Mangabeiras, que *antes* nem existia e que *agora* é residência de Pagé (*sic*), que *ontem* era “stand” de tiro e *hoje* “stand” de festa enfim, tudo isso que demonstra, que este Foverno, como diz o dicionarista, propende para a parte do arrocho, a maus vezos se avezou.¹¹⁵

Como afirma Benevides “em termos de liberalismo econômico a UDN se apresentava (...) fiel aos moldes clássicos da livre empresa e economia de mercado, profundamente anti-intervencionista¹¹⁶”. As afirmações genéricas encontradas em alguns manuais sobre o sistema partidário brasileiro durante o período tendem a fazer aproximações entre UDN e PSD como partidos conservadores representantes das forças dominantes, mas ignoram que representaram, tanto em contextos específicos quanto gerais, projetos e práticas políticas diferentes e antagônicas. Se na política econômica, por exemplo, governos pessedistas não encontravam dificuldades em aplicar o intervencionismo estatal como princípio do desenvolvimento industrial, a UDN esteve marcada por reservas, seja na retórica como na ação legislativa, ao que associavam com o modelo varguista contra o qual se opunham e à antítese da herança que remontava aos notáveis liberais do Império e da Primeira República e idealmente ao liberalismo anglo-saxão.

Se é possível identificar uma essência liberal de combate a uma lei que sobrecarregava o que o vocabulário encontrado nas fontes denominava de “classes produtoras”, neste discurso e noutros que o seguiram, não se encontra uma argumentação de oposição feita necessariamente a partir de princípios liberais. Se por um lado pode parecer por conta disso apenas se tratar de oposição pragmática, ou seja, ser contrário a algo que numa situação hipoteticamente invertida poderia razoavelmente ser executada por aquele que se opõe, é razoável supor que este não era o caso. A aprovação do Plano de Recuperação Econômica durante o governo Milton Campos nem de longe enfrentou os obstáculos e impedimentos postos sobre a Lei nº. 760, ainda que num cenário parlamentar relativamente mais desfavorável. O governo udenista de Milton Campos, quando enfrentado pela oposição pessedista, era acusado de “incapaz”, “inapto”, “lento” e mesmo “platônico¹¹⁷”, mas não se comparava nem qualitativa nem quantitativamente às acusações de imoralidade administrativa desferidas contra os pessedistas em realidade

¹¹⁵ MINAS GERAIS. Diários da Assembleia, 29 mai. 1952, n. 3.

¹¹⁶ Ibid, p. 248.

¹¹⁷ Sobre este termo em específico o próprio deputado Fabrício Soares comenta que “os líderes da UDN não tinham a *virtú*, aquela qualidade de que fala Maquiavel – a coragem, a disposição, a força, a flexibilidade, inclusive até a violência, se necessário, para conquistar o poder. Eles eram *platônicos*”. (MINAS GERAIS, 1996, p. 161).

inversa. Em seu estudo, Benevides aponta como hipótese para explicar este fenômeno da “aversão ao poder” de uma parte dos udenistas, sobretudo do grupo dos “bacharéis” ou “liberais históricos” afirmando que esta postura “evidentemente, não é comum a todos os udenistas. Os pragmáticos, os realistas, os lacerdistas, sempre perseguiram o poder. Mas a ‘não vocação para o poder’ integra harmoniosamente a *imagem do partido*, cara aos bacharéis, a ‘pureza dos princípios’. Insista-se, que se trata da *imagem*, de um instrumento ideológico que se combinava com o udenismo tanto pelo lado do moralismo (‘o poder corrompe’) quanto do elitismo (‘a elegância acima das paixões’)”¹¹⁸. E para a autora seria Milton Campos o referencial de “bacharel” e “liberal histórico” dentro do partido, o artífice dessa *imagem*, à qual acrescentamos a mineiridade, desde a publicação do *Manifesto dos Mineiros* e que, exatamente por ser construção, esteve ao longo de todo o período da existência do partido em disputa e reconstrução, encontrando sobretudo nos mineiros a lembrança daquela *primeira imagem* idealizada para o partido.

De forma que o discurso de Oscar Côrrea, implicitamente liberal no *que* se opõe, ainda que revestido do liberalismo aparente de *quem* opõe pela cultura política que o congrega, transfigura-se no ataque à administração estadual na finalidade do aumento de impostos – “precisa de novas rendas tributárias para sustentar as centenas ou milhares de extranumerários que contratou” –, no estabelecimento de um paradigma de moralidade administrativa identificado no governo udenista de Milton Campos relegando à imoralidade o “hoje” e o “agora” a que se refere – “as recepções que prepara no já agora oficialmente Palácio das Mangabeiras, que *antes* nem existia e que *agora* é residência de Pagé (*sic*), que *ontem* era ‘stand’ de tiro e *hoje* ‘stand’ de festa” –, na composição retórica espalhafatosa própria de uma formação bacharelesca – “o gládio fiscal o aparatosamente juscelínico recebedor” –, e finalmente no estabelecimento de uma “vítima ideal”, identificado no pequeno produtor rural – “conduz o chacareiro, para sua casa, os legumes, as verduras e os ovos que colheu”. Como afirmaria Afonso Arinos, afinal de contas, “se tem a União Democrática Nacional a cabeça nas cidades, entre os intelectuais urbanos, seu corpo está, em grande parte, no eleitorado rural¹¹⁹”.

Se o liberalismo de livre mercado e da propriedade privada podem ser identificados como constantes do udenismo, acrescido da concepção clássica do liberalismo dos direitos individuais, e isto passou a compor a *vulgata ideológica* para uma considerável parcela dos

¹¹⁸ Ibid, p. 272.

¹¹⁹ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1974, p. 89.

membros do partido, criando aquela automatização do pensamento e da ação-decisão política da qual se referia Berstein, o bacharelismo e o moralismo conferiam, como pudemos apontar, o instrumental pelo qual este processo se dava.

Na sequência das manifestações populares no Triângulo Mineiro contrárias às novas medidas fiscais estipuladas pelo governo estadual pessedista, aconteceu na Assembleia extenso debate entre as bancadas governista e da oposição que procuravam tanto subestimar quanto superestimar o acontecido de forma que os eventos pudessem poupar ou desgastar o próprio governo estadual. O deputado Paulo Campos (UDN), ao iniciar seu discurso sobre o ocorrido, surpreende ao começar dissertando sobre a teoria do Direito Orçamentário contextualizando-o historicamente na Inglaterra, França e Estados Unidos. O longo discurso, incrementado do tempo de vários deputados udenistas que também estavam inscritos, foi frequentemente aparteado por deputados pessedistas e petebistas, uma vez que o presidente Ribeiro Pena (PSD) interferiu pouquíssimas vezes. O contraste na prática parlamentar se mostra evidente em situações como esta. Diante de um fato que poderia ser capitalizado no sentido de gerar uma crise política para o governo estadual, começou o deputado udenista por lecionar sobre Direito Orçamentário na tribuna da Assembleia, algo improvável de ser visto como expressão repetida e coletiva de deputados pessedistas ou petebistas, por exemplo. As provocações que se seguiram não foram poucas:

Emílio de Vasconcelos (PSD): Todos nós sabemos que v. excia. é candidato a uma cátedra na Escola de Direito. Não precisa demonstrar para nós o seu conhecimento. (...)

Ultimo de Carvalho (PSD): Da França v. excia. vai a Uberlândia? (...)

Mauricio Andrade (PSD): V. excia. é que, nada podendo dizer de positivo, descamba para o campo da dissertação. V. excia., entretanto, que é tão bom conhecedor de política tributária, poderia demonstrar a esta Casa que em Minas se paga mais impostos do que em qualquer outro Estado do Brasil.¹²⁰

Estas provocações trazem à tona o caráter profundamente bacharelesco da retórica udenista generalizada numa bancada composta, segundo Carvalho¹²¹, por 86% de bacharéis em Direito na Assembleia de Minas e 91% no Congresso Nacional, contra a preponderância de 40% de médicos na bancada pessedista estadual e 47% de advogados na bancada federal. Se o

¹²⁰ MINAS GERAIS. Diários da Assembleia, 25 abr. 1952, n. 9-14.

¹²¹ CARVALHO, Orlando de. "A estrutura ocupacional da política mineira". *Sociologia*. São Paulo, Volume XV, nº. 4, outubro de 1953.

predomínio de bacharéis entre os quadros políticos da UDN são um primeiro sinal que indicam o fenômeno do bacharelismo em sua prática e formação política, acrescentando-se a isso aquilo que foi analisado no capítulo antecedente sobre o papel da Faculdade Mineira de Direito como agregadora desses sujeitos políticos de diversas regiões do estado e também o fascínio gerado pela UDN nos estudantes de Direito no momento de sua criação.

Segundo conceitua Medina, o bacharelismo é, em geral, descrito como o “fenômeno social caracterizado pela predominância do bacharel na vida social do país, ocupando ele posição preeminente na atividade política e exercendo funções alheias às suas especialidades ou formação, à falta de profissionais qualificados para exercê-las¹²²”. Ora, o deputado Fabrício Soares (UDN) ao ser questionado sobre o período imediatamente anterior à redemocratização em que trabalhava no escritório de advocacia de Milton Campos e Pedro Aleixo afirma que “o escritório era realmente um foco de política. Chegou uma hora em que a política tornou-se nossa principal ocupação. A advocacia era apenas um meio de subsistência¹²³”. Tratava-se, pois, de uma inversão de funções nos termos colocados por Medina.

As origens desse fenômeno podem ser encontradas ainda no período colonial, com o costume estabelecido pelos senhores de engenho e grandes mineradores de enviar seus filhos a Coimbra para bacharelarem-se em Direito, como sinal de prestígio e pertencimento de uma elite colonial que vivia a mimese da corte europeia. Com o advento do Império, no século XIX, e a consequente criação das Faculdades de Direito em São Paulo e em Recife, se procurou formar nestes espaços, os quadros políticos e burocráticos para a construção do Estado brasileiro. Seria no período imperial que Joaquim Nabuco afirmaria que “as faculdades de Direito eram a antessala da Câmara”. Sobre esse contexto Faoro diz que

O bacharel, o pré-juiz, o pré-promotor, o pré-empregado, a véspera do deputado, senador e ministro não criam a ordem social e política, mas são seu filho legítimo. O sistema prepara escolas para gerar letrados e bacharéis, necessários à burocracia, regulando a educação de acordo com suas exigências sociais. Eles não são flores de estufa de uma vontade extravagante, mas as plantas que a paisagem requer, atestando pelo prestígio que lhes prodigaliza, sua adequação ao tempo¹²⁴.

¹²² MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Do bacharelismo à bacharelise: reflexos desses fenômenos nos cursos jurídicos, ao longo do tempo. In: ENSINO Jurídico: literatura e ética. Brasília: OAB, 2009.

¹²³ Ibid, p. 64.

¹²⁴ FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. vol. 1, 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1977, p. 388.

Em Minas Gerais a Faculdade Livre de Direito foi inaugurada em 10 de dezembro de 1892 em Ouro Preto e transferida para Belo Horizonte em 1898. Convém dizer que “as primeiras escolas de Direito do Brasil também tiveram aspecto político, mas com uma diferença: no Império, o bacharel foi o principal responsável pela própria consolidação da independência e da organização do Estado brasileiro; em Minas, a Faculdade de Direito foi instrumento de consolidação do regime republicano¹²⁵”.

Dando prosseguimento nesta investigação sobre o bacharelismo e de forma objetiva sua incisão sobre o udenismo, Berstein nos aponta que

se o conjunto [de uma determinada cultura política] é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção de sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado (...)¹²⁶.

Pois esta “leitura comum e normativa do passado histórico” efetuada pelos udenistas “históricos” – fundadores do partido e, em sua maior parte radicados em Minas – desde o Manifesto em 1943 e permanentemente presente na (re)produção discursiva e simbólica de seus dirigentes e militantes associava-se a sujeitos históricos como Teófilo Ottoni, Francisco Otaviano, Tavares Bastos, José Bonifácio, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Prudente de Moraes, Cesário Alvim, João Pinheiro, Rui Barbosa, Benjamim Constant, Assis Brasil, Júlio de Castilhos e, de forma cara aos mineiros, Bernardo Vasconcelos e o Marquês de Paraná. Tais personagens, símbolos do liberalismo no Império e na República Velha, eram eles próprios bacharéis e pode-se considerar acertado dizer que “o ideário liberal udenista significava, também, uma clara estratégia de *volta ao passado* – e aí se entende a herança como legado e como identificação¹²⁷”.

Neste sentido, continua sua dissertação o deputado Paulo Campos (UDN) contra o que considerava os abusos ficais do governo Kubitschek:

¹²⁵ NETO, Silveira. Instituições Republicanas Mineiras. Belo Horizonte: Editora Lemi / FDUFGM, 1978, p. 239.

¹²⁶ Ibid, p. 350-351.

¹²⁷ Ibid, p. 249.

(...) nossos melhores historiadores mostram que essa luta foi sustentada principalmente por Minas. E é por isso, justamente, que afirmamos no início do nosso discurso que a luta contra o fisco, contra a suserania, contra os abusos e excessos do poder é uma constante na história de Minas. (...) A reação de Minas foi tão nobre, tão exata, tão pronta, tão definitiva, contra a suserania portuguesa (...) com o levante de Felipe dos Santos e com todos os movimentos de Minas pela sua autonomia (...). Foi quando se chegou ao absurdo de separar na barra de ouro certa porcentagem para presentes e outra para os alfinetes da rainha. Em Minas, hoje, não há alfinetes da rainha, mas há despesas suntuárias: há o Palácio das Mangabeiras; há viagens permanentes de toda a corte governamental! (...) Queremos advertir o Governo de que já há em Minas uma revolução em marcha contra a prepotência, contra os desmandos, contra os gastos suntuários, contra a imoralidade administrativa, contra a construção de obras sem concorrência, contra tudo, afinal, que se implantou, por infelicidade de Minas, em nossos arraiais governamentais.¹²⁸

Este trecho continua dando mostras da insistência da oposição em associar o governo estadual à imoralidade administrativa relativa “às despesas suntuárias”, isto é, para além do aumento de impostos não ser justo do ponto de vista jurídico tributário, segundo o próprio deputado udenista, ele também seria injusto devido a finalidade imoral com a qual o acusavam de estar a serviço. A referência histórica ao mito de Tiradentes e da Inconfidência Mineira é outro aspecto recorrente e que povoa a retórica udenista mineira. O deputado José Grassi (UDN) diz que

diante dos ruinosos efeitos desta política digna dos tempos e das práticas do Conde de Assumar, estabelecendo barreiras para evitar a invasão do quinto ao tempo do reinado de Portugal, em minha zona quase todos os agricultores estão dispostos a produzir exclusivamente para o seu consumo, porque não querem e não podem submeter-se a esta política de fiscalização, inteiramente arbitrária e antieconômica.¹²⁹

Eis que temos a fórmula de um partido surgido no seio de elites políticas – as mais atuantes em Minas – constituídas de uma absoluta maioria de bacharéis no enfrentamento ao Estado Novo, congregadas nas Faculdades de Direito, sobretudo em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, e identificadas historicamente com sujeitos políticos liberais e bacharéis no século precedente. De forma que para além de identificar o udenismo como bacharelesco por sua *origem*, isto é, pelo alto índice de advogados e juristas em seus quadros e da vinculação identitária que este mesmo grupo estabelecia com uma tradição política

¹²⁸ MINAS GERAIS. Diários da Assembleia, 25 abr. 1952, n. 9-14.

¹²⁹ MINAS GERAIS. Diários da Assembleia, 25 abr. 1952, n. 9-14.

precedente formada também por bacharéis, ele se demonstrava igualmente na *ação*: através de uma retórica acadêmica, formal¹³⁰, exagerada e mesmo presunçosa, como já constatado; e, de forma ainda mais objetiva, quando se pronunciavam sobre questões tecnicamente jurídicas, muitas das vezes fazendo parecer o parlamento uma corte. Tomando ainda o debate sobre a Lei nº. 760 como ponto para análise, o deputado Paulo Campos (UDN) dá amostras desse bacharelismo expresso pelo destilar do tecnicismo jurídico:

Todos esses movimentos são ilegais, porque se a lei 760 permite que os Postos arrecadem tributos, a lei 852, lei especial, lei relativa à criação dos Postos de Fiscalização, lei que regula apenas um departamento da administração pública, proíbe a cobrança, quando declara expressamente no seu artigo 1.º que ficam criados tantos Postos Fiscais no Estado, para efeitos de fiscalização. Ora, se a lei 760, é lei geral, se a lei 852, é lei especial, se ela contraria, implicitamente, as disposições da lei 760, se ocupa, no dizer dos tratadistas, toda a superfície da lei 760 nesse particular, é claro, é lógico, que, em virtude da introdução ao Código Civil, no seu artigo 2.º, trata-se de uma lei perempta. (...) O grande Aliomar Baleeiro, em seu livro recente sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar mostra, com clareza meridiana, repisando os argumentos tradicionais de Rui Barbosa e os de Barbalho, que a proibição das barreiras interestaduais é um imperativo do nosso regime federativo e também um princípio político de unidade econômica e de unidade alfandegária.¹³¹

Por isso, valoriza-se ainda mais o controle que o PSD exerceu nas quatro primeiras legislaturas a partir de 1947 sobre as comissões permanentes que davam os pareceres jurídicos para os projetos de lei e resoluções. Em geral, os deputados pessedistas e petebistas, com algumas exceções na Assembleia e de forma um pouco mais generalizada no Congresso, dependiam dos pareceres jurídicos produzidos pelas comissões para possuírem contra-argumentos diante do tecnicismo jurídico de muitos deputados estaduais udenistas ao longo de todo este período¹³². Neste debate específico sobre a Lei nº. 760 nenhum deputado governista

¹³⁰ Formal não apenas no sentido de ser oficioso ou cerimonioso, o que também poderia ser aplicado neste caso, mas formal no sentido platônico, do grego *eídon* (εἶδος), isto é, de se caracterizar como uma retórica que transcende o campo pragmático do sensível e do fato, por estabelecer contato com valores considerados “superiores” como “liberdade” e “democracia” e mesmo pelas inúmeras vinculações históricas presentes nesta retórica udenista. Vale lembrar que o termo “platônico”, como já nos referimos, foi usado tanto pela oposição quanto pelo deputado Fabrício Soares para se referir ao “espírito” udenista.

¹³¹ MINAS GERAIS. Diários da Assembleia, 25 abr. 1952, n. 9-14.

¹³² Vale lembrar que o fim da Terceira República pelo Golpe Civil-Militar de 1964 fez com que muitos deputados estaduais e federais udenistas, em especial os mineiros, ingressassem definitivamente na carreira jurídica ou docente. A UDN reunia em seus quadros advogados de renome como Milton Campos (ex-Presidente da Seccional de Minas Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil), Pedro Aleixo, Valdemar Ferreira (os três foram também professores de direito), Raul Fernandes (ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil), Prado Kelly (também ex-Presidente do Conselho Federal da OAB), Aduato Lúcio Cardoso, Célio Borja (os três último, depois, Ministros do Supremo Tribunal Federal); eminentes professores de direito, como Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro, Oscar Dias Corrêa (também esses três foram Ministros do Supremo); Afonso Arinos de Melo

replicou fazendo análise histórica distinta do Direito Orçamentário ou mesmo trazendo à baila outros juristas que entendiam noutros termos a teoria do Direito daquela apresentada por Paulo Campos. Limitavam-se a fazer provocações, como vimos, e a direcionar a culpa das agitações populares contra a dita política fiscal ao comunismo – termo tão controverso e que trazia consigo, já naquele contexto, todo o imaginário anticomunista.

O ponto central de todo esse debate, portanto, longe de ter sido o histórico do direito orçamentário no ocidente ou a teoria do direito federativo, acabou por ser qual significante prevaleceria sobre os acontecimentos nas cidades de Uberaba e Uberlândia, que, vale recordar, se tratavam da deflagração de uma greve de caminhoneiros e de outras categorias profissionais em Uberlândia e a destruição de prédios do governo estadual em Uberaba como forma de protesto contra o aumento de impostos e, particularmente, a taxação de produtos comercializados com outros estados – conjunto de eventos que ficaram conhecidos como “quebra-quebra”. O significado que prevalecesse sobre tais eventos poderia enfraquecer a posição do governo em sua primeira metade de mandato junto à opinião pública, o que convinha à oposição udenista, ou poderia, ao contrário, apelar ao imaginário anticomunista existente eximindo assim o governo pessedista de Juscelino. Apresentamos um trecho deste debate:

Paulo Campos (UDN): A “Folha de Minas”, a serviço permanente do Governo, contrariando nossas tradições; dá uma notícia inteiramente tendenciosa, explicando o caso de Uberaba e Uberlândia, dando como causa desse acontecimento o comunismo. (...) O que aconteceu ali foi uma genuína, uma pura vitória, não do povo de Uberaba e de Uberlândia, mas do povo mineiro contra as garras fiscais do infeliz Governo de Minas.

França Campos (PSD): Vê v. excia. que é muita ingenuidade acreditar-se que esta depredação, este “quebra-quebra” não tenha caráter comunista, quando v. excia. sabe muito bem que os comunistas possuem métodos e ardis para confundir o povo e a opinião pública nacional. E v. excia. nota que o povo de Uberlândia não pode estar contra o ilustre e honrado sr. Governador Juscelino Kubitschek porque, ainda há pouco tempo, o Governador do Estado concedeu a Uberlândia um empréstimo de 30 milhões de cruzeiros (...).

Paulo Campos (UDN): (...) V. excia. quis macular a honra do povo de Uberlândia, mas este povo não se vende por empréstimos concedidos pela Caixa Econômica Estadual. (*Palmas*)¹³³.

Franco, Aloísio de Carvalho Filho, Alberto Deodato; bacharéis que se destacaram como juristas, a exemplo de Oswaldo Trigueiro (que veio a ser Procurador-Geral da República e Ministro do Supremo) e Odilon Braga.

¹³³ MINAS GERAIS. Diários da Assembleia, 25 abr. 1952, n. 9-14.

Enquanto os udenistas capitaneados por Paulo Campos se esforçavam por demonstrar que o ocorrido no Triângulo Mineiro, primeiro em Uberlândia por meio da deflagração de greve legal pelos caminhoneiros, e depois em Uberaba através da destruição dos prédios governamentais, era fruto de uma política fiscal arbitrária e prejudicial para o desenvolvimento econômico do estado; os deputados governistas, que alternavam-se nos apartes insistiam por afirmar que elementos comunistas infiltrados nos sindicatos de Uberlândia provocaram a greve e, com o deslocamento da força policial do 4º Batalhão de Polícia, sediado em Uberaba, para a cidade vizinha, novamente os comunistas se aproveitaram a lideraram as violências acontecidas ali. O deputado Paulo Campos e outros esforçaram-se por refutar este argumento a partir de relatos de políticos daquela região que mostravam o contrário, como o prefeito pessedista de Uberlândia e o presidente da Câmara Municipal (do PRP), mas tinham contra si o testemunho anticomunista do presidente da Câmara Municipal de Uberaba, ninguém menos que um vereador da própria UDN.

Tomando por objeto de análise as representações produzidas tanto sobre o comunismo quanto sobre o anticomunismo nos últimos anos da década de 1930, Dutra conclui que “a revolução, comunista, é o grande tema mobilizador de desejos, das aspirações, das energias e também dos temores e dos rancores que envolvem as vivências da sociedade brasileira na passagem para a segunda metade dos anos de 1930¹³⁴”. Tomando como amostra diversas produções discursivas ao longo da década de 1930 a autora identifica algumas associações realizadas contra o comunismo e procura estabelecer os principais artifícios e características que compunham o imaginário anticomunista, que será, como se há de perceber sobretudo nos primeiros anos da década de 1960, elemento cada vez mais recorrente na prática político-parlamentar udenista, na medida em que o antigetulismo convertia-se como objeto de denúncia no próprio anticomunismo, tema que será tratado no capítulo seguinte.

Esta queda de braço retórica não se resolveu e a força institucional do governo do estado, sua capacidade de influenciar os meios de comunicação (a ponto de indiretamente fazer chegar a Nova York sua versão dos fatos), benefícios econômicos que foram concedidos para as cidades em questão¹³⁵, seu controle sobre a Assembleia estadual e a euforia criada pelo carisma

¹³⁴ DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil Totalitário*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 40.

¹³⁵ Nos discursos pudemos ver uma citação a um empréstimo ainda sob análise e que viria a ser aprovado pela Caixa Econômica Estadual à cidade de Uberlândia. Em relação a Uberaba, em agosto de 1953 o governo estadual concederia um prédio para o funcionamento de uma Faculdade de Medicina (lei estadual nº. 981) e criava um fundo (lei estadual nº. 1034) de 20 milhões de cruzeiros cujos juros, estimados a 5% ao ano, algo equivalente a 1 milhão de cruzeiros, seria destinado para constituição do patrimônio daquela Faculdade, que logo mais viria a ser

pessoal de Juscelino em relação ao desenvolvimento industrial e energético no estado, catalisados por gastos com propagandas por diversas vezes contestados por deputados udenistas no plenário da Assembleia, fizeram com que toda essa questão arrefecesse no meses seguintes.

Apesar das denúncias desferidas contra a finalidade das receitas advindas das novas taxações instituídas pela política fiscal juscelinista, os recursos foram utilizados para incrementar o Fundo de Eletrificação (4/14 dos recursos serviam a esta finalidade) que possibilitou a publicação do Decreto nº. 3710 de 20 de fevereiro de 1952 pelo qual o governo estadual criou as Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A – CEMIG, uma única empresa de energia que incorporou a seu patrimônio dez hidroelétricas e centrais elétricas em todo o estado e permanece sendo até hoje a fornecedora de eletricidade em Minas.

A produção de energia elétrica, por sua vez, direcionava-se para o desenvolvimento industrial do estado, cuja economia ainda era muito dependente da agricultura. O ponto máximo do que representou as conquistas neste aspecto se situam a poucos mais de quinze dias do suicídio do presidente Vargas. Em 12 de agosto de 1954 foi inaugurada em Belo Horizonte pelo Presidente da República a Usina Mannesmann para fabricação de tubos de aço. Este seria seu último grande evento oficial antes do suicídio. O governo mineiro, que se responsabilizara em garantir o vultoso fornecimento de energia do qual dependia o funcionamento da usina, como também o terreno e a construção de casas populares para os operários, sofreu severas críticas por comprometer-se com as pretensões do governo federal. Para os deputados udenistas, a energia elétrica deveria ser prioritariamente distribuída para os municípios do interior do estado, muitos dos quais assolados por constantes apagões. Na inauguração da usina, Getúlio diz que

Minas Gerais espelha os valores e as virtudes do nosso Povo e representa uma sumula do que pensam, do que fazem e do que almejam os brasileiros. Nesta cerimônia vejo a marca da verdadeira revolução que em 1930 se iniciou em vosso Estado, no plano da produção e do trabalho. Até então vivíeis no culto às tradições gloriosas do passado de fausto, no amor aos velhos hábitos e às velhas técnicas, constituindo uma grei eminentemente conservadora. (...) As reservas materiais e morais de Minas constituem o melhor das esperanças num futuro de ordem, e bem estar e de grandeza para o Brasil¹³⁶.

federalizada e se tornaria uma das primeiras faculdades de Medicina do interior do Brasil, hoje congregada pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

¹³⁶ MINAS GERAIS. Diários da Assembleia, 14 ago. 1954, n. 166.

Nota-se como ele contrapõe os efeitos positivos iniciados a partir da Revolução de 1930 simbolizados na própria Usina Mannesmann ao “culto às tradições gloriosas do passado de fausto” que formariam uma “grei eminentemente conservadora”. Ele, e por extensão o governador Kubitschek, encarnavam todo o ressentimento antigetulista dos udenistas por diversas razões: pelo que consideravam a traição ao movimento revolucionário em 1930, pelo golpe de 1937 que levara ao Estado Novo e pela vitória eleitoral que tivera em 1950 no regime democrático pelo qual os udenistas se creditavam como fundadores e responsáveis. Trata-se, em outros termos, na oposição do próprio udenismo defensor de um projeto liberal-conservador para o país e que possuía seu horizonte no *passado* liberal/oligárquico ao trabalhismo getulista propulsor de um projeto nacional-estatista e que se deslocava para o *futuro* simbolizado no desenvolvimento industrial. Para Arruda “a história de Minas não conviveu apenas com duas temporalidades [o apogeu e o declínio da mineração], mas sobretudo teve o seu momento de maior dinamismo no passado¹³⁷”.

Já uma outra parte dos recursos advindos das taxas acrescidas do Plano de Recuperação Econômica foram usados para a expansão da malha rodoviária. Segundo informações do Departamento de Estradas e Rodagens de Minas (DER-MG) o orçamento do órgão, que entre 1950/1951 havia aumentado em 9,3%, foi acrescido em 282% entre 1951/1952, a fim de possibilitar a viabilização das obras e aquisição dos equipamentos necessários. Iniciaram-se, também, as pesquisas e ensaios técnicos de tipos de pavimentos econômicos, duráveis e resistentes adequados às rodovias de Minas Gerais. O Binômio “Energia e Transporte” que marcou o governo estadual de Juscelino o ajudariam a pavimentar sua vitória nas eleições presidenciais de 1955, favorecida também pela comoção popular gerada pelo suicídio do Presidente Getúlio Vargas em agosto de 1954 (apesar da tentativa de golpe que haveria de sofrer antes da posse).

A questão fiscal foi o tema que mais gerou controvérsias ao longo da Segunda Legislatura que coincidiu com o governo Kubitschek. Em geral, os discursos na Assembleia são monólogos relatando, denunciando ou requerendo algo para os municípios de origem dos vários deputados. O coração da ação parlamentar numa Assembleia Legislativa estadual se refere, indubitavelmente, aos problemas das diversas localidades. Este é o ordinário do expediente parlamentar encontrado nos Diários da Assembleia. Outra situação recorrente que atravessava legislaturas, e repetia-se em governos fossem udenistas ou pessedistas, eram

¹³⁷ Ibid, p. 211.

perseguições a funcionários públicos simpáticos ao partido derrotado no pleito eleitoral, sobretudo professoras e delegados, por meio de demissões e transferências (normalmente para lugares distantes). Em geral eram os próprios prefeitos municipais que o faziam, mas encontravam respaldo ou complacência no governo estadual, fosse ele de qualquer bandeira. Se por um lado essa situação decorria da falta de concursos públicos e mesmo na dificuldade de realiza-los num estado de grandes proporções territoriais, por outro se tem aí uma demonstração clara de uma tradição política autoritária com traços de “coronelismo” que não tinham sido extintos com o advento da democracia formal em 1945. Em seu clássico estudo, Leal diz que

(...) o problema verdadeiro não é o de autonomia, mas o de falta de autonomia, tão constante tem sido, em nossa história, salvo breves reações de caráter municipalista, o amesquinamento das instituições municipais (...) Ao lado da falta de autonomia legal os chefes municipais governistas sempre gozaram de uma ampla autonomia extralegal... que consiste na carta-branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso típico do “coronelismo” (...) Mas com a autonomia legal cerceada por diversas formas, o exercício de uma autonomia extralegal fica dependendo inteiramente das concessões do governo estadual. Já não será um direito da maioria do eleitorado; será uma dádiva do poder¹³⁸.

Benevides prorroga essa reflexão ao dizer que “essas peculiaridades regionais revelam como os grandes partidos UDN e PSD – mais convergentes do que divergentes em termos de interesses econômicos, ordem legal, política salarial – no plano da política nacional [eram] adversários, e, no plano da política local, [eram] muitas vezes inimigos¹³⁹”.

Outro tema recorrente nos anais do poder legislativo mineiro e também na ação dos deputados udenistas era a “caça pelos escândalos” que foi especialmente frequente na década de 1950 tanto no Congresso¹⁴⁰ quanto na Assembleia. Ainda que essas denúncias sejam algo próprio da oposição, podemos identifica-las como inseridas no já discutido moralismo udenista. Destaca-se aqui dois casos ocorridos durante a administração de Juscelino. A primeira, ocorrida no primeiro semestre de 1952, se referia à descoberta de que foram vendidas apólices da dívida estadual a preço irrisório nos últimos dias do governo Milton Campos e vendidas

¹³⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 175.

¹³⁹ *Ibid*, p. 171.

¹⁴⁰ No Congresso Nacional dois casos foram amplamente explorados pela bancada combativa da UDN, popularmente chamada de “Banda de Música” pelo barulho que fazia e pela harmonia de seus membros no ataque ao governo Vargas: o “caso Última Hora” e o inquérito sobre o Banco do Brasil. O primeiro caso chegou a ser investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito porque o governo foi acusado de financiar por meios ilegais o jornal *Última Hora* em troca de favores políticos, enquanto que as denúncias contra o Banco do Brasil se referiam a concessão de créditos e licenciamento para importações.

definitivamente nos primeiros dias após a posse de Juscelino. A suspeita convertida em reverberações acusatórias de que se tratava de um esquema de corrupção para enriquecimento ilícito ecoou do plenário da Assembleia até as capas dos jornais mineiros durante semanas. O deputado Horta Pereira (UDN) assevera:

Ficam assim bem caracterizadas as posições dos governos de *ontem* e de *hoje*. A simples presença do sr. Milton Campos no Palácio da Liberdade impediu, até a última hora, que sequer ocorresse a hipótese do malsinado negócio. Já a certeza de que a administração estadual, no dia seguinte, se encontraria entregue a outro estilo de governo fez desaparecer aquela força moral impeditiva¹⁴¹.

Foram enviados requerimentos e indicações pedindo esclarecimentos ao Banco do Comércio & Indústria Minas Gerais S. A. e para o Governo estadual, mas as informações recebidas foram inconclusivas e o caso não foi adiante.

Outro escândalo de corrupção foi o chamado “Caso Fertisa” que se relacionava à criação, pelo governo Kubitschek, de duas empresas estatais: a Frimisa (Frigoríficos Minas Gerais S. A.) e a Fertisa (Fertilizantes Minas Gerais S. A.), esta última criada posteriormente. Como já se desconfiava que deputados pessedistas, com a complacência do governo, haviam recebido vantagens financeiras da parte do proprietário cujas terras foram desapropriadas para a montagem do frigorífico estadual, se organizou uma comissão de inquérito secreta para fiscalizar as transações e concorrências (termo comum no vocabulário da época hoje relativo às licitações) da instalação da Fertisa enquanto se denunciava e desmoralizava¹⁴² o governo na tribuna da Assembleia. A comissão se desfez na medida que o escândalo perdia força junto à opinião pública sem acarretar em quaisquer consequências formais devido a limitada força institucional da bancada udenista naquela legislatura o que a impediam de realizar pouco mais do que barulho e alvoroço na imprensa.

Em suas memórias Juscelino diz que

Procurava fazer tudo às claras, de forma a responder, por antecipação, aos ataques que seriam articulados, sob qualquer pretexto, pela oposição. E, mesmo assim agindo, não escapei de uma das mais virulentas campanhas já realizadas em Minas contra qualquer governador. Na realidade, par a UDN – vítima de incurável ressentimento por haver

¹⁴¹ MINAS GERAIS. Diários da Assembleia, 6 mai. 1952, n. 95.

¹⁴² Os udenistas diziam que a próxima empresa estatal a ser criada pelo governo estadual seria a “Furtisa” fazendo referência irônica ao verbo *furtar*.

perdido as eleições – tudo era motivo para discursos inflamados na Assembleia ou para artigos irreverentes nos seus jornais¹⁴³.

Procurou-se demonstrar como se manifestou nas práticas dos deputados no parlamento mineiro o que se denominou de cultura política udenista em todas as suas subculturas políticas – entendidas isolada e conjuntamente – acrescidas da análise sobre a mineiridade como produto de uma identidade regional que, confluindo com o udenismo, produziu o que a própria bibliografia sobre a UDN categorizou como sendo o “bacharel” e o “liberal histórico”. Longe de querer circunscrever a Minas esta categoria de fato existente no interior do partido como comprovado por pesquisas anteriores a essa e pelos depoimentos de membros do partido seja posteriormente como naquele mesmo tempo histórico, identificamos seu surgimento em Minas, sinalizado pelo *Manifesto dos Mineiros*, e aí continuado apesar do gradual declínio do grupo na liderança nacional do partido na medida em que se seguiam as derrotas eleitorais e inversamente cresciam novas vertentes como o lacerdismo de Carlos Lacerda, mais pragmático e abertamente golpista por sua constante aproximação com setores militares radicais, e a “Bossa Nova” composta por deputados udenistas mais flexíveis ao diálogo com as pautas da esquerda petebista.

Para Dulci é possível identificar três momentos diferentes no decorrer da existência da UDN em que os diversos grupos que coexistiam no interior do partido e segundo ele compunham a “dialética da UDN” se sucederam, se não no controle institucional partidário, na capacidade de constituir a representação orgânica do que transparecia ser – a *imagem do partido* – e do que almejava a UDN. O primeiro momento, marcado pelo controle dos *bacharéis* e dos *liberais históricos* se estenderia da fundação do partido até 1957:

o controle do partido no nível superior esteve em mãos de líderes que designaremos por “bacharéis” – nesse período ocuparam sucessivamente a presidência nacional da UDN José Américo de Almeida, Padro Kelly, Odilon Braga, Artur Santos e Milton Campos, dirigentes essencialmente afinados com a linha original, “histórica” por assim dizer, do partido – eram profissionais liberais, tipicamente juristas e advogados, relativamente desvinculados de interesses sociais imediatos e independentes de clientelas específicas. Sua atuação era muito mais nacional que local. Os “bacharéis” não eram, em princípio, intransigentes em face de táticas de conciliação, mas atuavam de preferência em termos competitivos, pois defendiam vigorosamente uma identidade partidária própria, definida pelo “*ethos*” e pelo compromisso liberal, que eles mesmos encarnavam¹⁴⁴.

¹⁴³ KUBITSCHKEK, Juscelino. *A escalada política*. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1976, p. 250.

¹⁴⁴ *Ibid*, p. 36.

Em seguida viria um segundo momento entre 1957 e 1961 onde teria prevalecido a linha *realista* que em muitos aspectos seria a antítese da proposta anterior. Teria sido o período em que o partido foi mais pragmático, aceitando alianças que favorecessem seu crescimento rápido e “defendiam o desarmamento da UDN em relação às demais forças”. O fortalecimento deste grupo está relacionado à terceira derrota consecutiva do partido nas eleições presidenciais por candidatos¹⁴⁵ indicados pelos *bacharéis* e pelo crescimento da bancada udenista no Nordeste onde os *realistas* eram mais numerosos¹⁴⁶.

A partir de 1961 até o golpe civil-militar de 1964 o *lacerdismo* teria se tornado o que as crônicas políticas costumam registrar como sendo a última imagem da UDN. Para Dulci “isso se deveu ao aprofundamento das lutas sociais e políticas do final do regime¹⁴⁷”. Muito do que compõem o “civil” na expressão golpe civil-militar advém justamente de udenistas alinhados com o pensamento lacerdista em vigor no interior do partido em seus últimos anos de existência.

Em Minas por outro lado, os *bacharéis* e *liberais históricos* compuseram a imagem do partido no estado e mesmo Magalhães Pinto, último governador udenista antes do golpe, que não foi categorizado neste grupo, contou com secretários em seu governo e deputados que o defendessem na Assembleia identificados historicamente com o Manifesto, com a figura de Milton Campos e do Brigadeiro. Pode-se acreditar que, nesse sentido, confluíu favoravelmente a própria autoimagem incorporada ao político mineiro conferida pela mineiridade.

2.4. Da oposição silenciada às vitórias na década de 1960

Em 1954 o governador Kubitschek, em conformidade com a legislação da época, se descompatibilizou do cargo para que pudesse concorrer no ano seguinte às eleições presidenciais relegando ao vice-governador Clóvis Salgado, seu correligionário do PSD e homem de perfil tecnocrático, seu último ano de governo. As eleições majoritárias de 1955 foram favoráveis ao PSD mineiro, não só por que haviam conseguido evitar uma vez mais a dissensão da heterogênea base partidária na Convenção estadual que decidira repetir o nome de

¹⁴⁵ Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945 e 1950 e General Juarez Távora em 1955.

¹⁴⁶ O baiano Otávio Mangabeira é identificado por Benevides (1981) como uma referência no partido para os *realistas*.

¹⁴⁷ *Ibid*, p. 38.

Bias Fortes para o governo do estado, como também porque a campanha presidencial de Juscelino e sua popularidade no estado alavancaram a vitória de Bias. O Partido Republicano, contínuo fiel da balança nas eleições mineiras, esteve coligado ao PSD indicando para vice-governador Artur Bernardes Filho. A UDN, por sua vez, apresentou o nome do bacharel Bilac Pinto¹⁴⁸, enquanto Gentil Nascimento saiu candidato pelo PTB (que terminada a eleição se aliaria ao PSD na Assembleia). Estes foram os resultados dessa eleição:

Tabela 12 – Eleições Mineiras em 1955

Coligação	Candidato	Porcentagem (votos)
PSD-PR	Bias Fortes	69%
UDN	Bilac Pinto	30%
PTB	Gentil Nascimento	01%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O governo de Bias Fortes ocorreu sem sobressaltos políticos e o bacharelismo/moralismo udenista como instrumentos de oposição foi colocado em segundo plano diante da política de *conciliação* próprias da mineiridade exercidas durante este mandato que exploraram esta capacidade de transigência tanto dos vencidos quanto dos vencedores. O deputado udenista Fabrício Soares assim caracteriza este governo:

Bias Fortes era um governador austero, um governador do velho estilo mineiro. Procurava fazer sempre o melhor, sem nenhuma exibição, sem negócios escusos, o típico político tradicional, honrando a tradição da família. Um governo médio, sem grandes realizações, mas também sem escândalos, sem feitos que chamassem a atenção. Ele tinha um secretariado que foi escolhido em função da política de então, políticos tradicionais, que utilizavam o velho estilo da política mineira, atendendo a correligionários, respeitando os adversários¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Antes da Terceira República havia sido deputado estadual na Constituinte Mineira de 1934 e tendo sido cassado no Golpe de 1937; entre 1951 e 1966 foi deputado federal pela UDN mineira e Secretário de Finanças no governo estadual de Magalhães Pinto (UDN) a partir de 1961; após o Golpe Civil-Militar de 1964 foi Presidente da Câmara dos Deputados em 1965, embaixador do Brasil na França entre 1967 e 1970 e ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1970 e 1978.

¹⁴⁹ Ibid, p. 157.

Após a tempestade representada por Juscelino, um governador externo ao “velho estilo da política mineira” que não vinha de nenhuma das famílias tradicionais da Primeira República e que incomodou pela publicidade e extroversão de seu estilo, chegava a calma através de Bias Fortes.

No legislativo estadual o resultado, por sua vez, foi este:

Tabela 13 - 3ª Legislatura da ALMG (1955-1959)

Partido	N.º de Deputados	Porcentagem	Varição
PSD	25	34%	+3
PR	14	19%	+5
UDN	12	16%	-9
PTB	11	15%	+1
PST	04	-	+3
PSP	03	-	+2
PDC	02	-	0
PRP	01	-	-1
TOTAL	74	100%	+2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para Dulci e Faria “na segunda metade da década de 1950, o clima político na Assembleia foi mais calmo (...) o governo Bias Fortes revalorizou a agricultura, o que contornava uma das críticas da oposição ao seu antecessor”. Para esses autores, e conforme se verificou também em nível nacional, o final da década de 1950 representou um período de progressiva aproximação entre PSD e UDN como um polo conservador diante do crescimento do PTB e da efervescência das pautas sociais. Outro fator que foi decisivo nesta legislatura foi a queda abrupta da bancada udenista em nove cadeiras proporcional ao crescimento dos partidos que compunham a base do governo pessedista de Bias Fortes. Como as eleições para o legislativo estadual não acompanhavam o calendário eleitoral próprio do poder executivo, visto serem aquelas quadrienais e estas quinquenais, a Terceira Legislatura iniciou seu mandato quando era governador Clóvis Salgado, vice de JK, e terminou antes mesmo que Bias tivesse encerrado seu mandato no governo estadual. A Quarta Legislatura, iniciada em seu último ano

à frente do Palácio da Liberdade, consagrou o pior desempenho eleitoral udenista em sua história em Minas Gerais, tendo sido o quarto partido com representação na Assembleia e configurando outro argumento para a falta de enfrentamento que havia sido até então característica preeminente:

Tabela 14 – 4ª Legislatura da ALMG (1959-1963)

Partido	N.º de Deputados	Porcentagem	Varição
PSD	24	32%	-1
PR	17	23%	+3
PTB	13	18%	+2
UDN	11	15%	-1
PSP	05	-	+2
PTN	03	-	+1
PRP	01	-	0
TOTAL	74	100%	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

As eleições ocorridas em dezembro de 1960 foram vencidas pelo candidato udenista Magalhães Pinto numa coligação UDN-PRT-PL impulsionadas pela campanha presidencial arrebatadora de Jânio Quadros, candidato pelo pequeno PDC e que, apesar de contar com o apoio resistente da UDN, foi o suficiente para colaborar com diversas campanhas do partido em vários estados brasileiros e na representação geral para o poder legislativo. Em Minas, os símbolos eleitorais da “vassourinha” e do “pintinho” se tornaram marcas indelévels na memória política do estado. A vitória de Magalhães, como será objeto de dissertação mais à frente, representa também o enfraquecimento dos “bacharéis” e “liberais históricos” no estado, primeiro e último reduto deste grupo que subsistia no partido.

Segundo Oscar Côrrea, que em 1960 foi o chefe da campanha de Magalhães no estado, todavia, as expectativas do partido em relação a vitória naquele pleito eram mínimas. Como foi dito, o que influenciou para esta vitória considerada improvável foi a campanha presidencial de

Jânio e uma dissidência no PSD que lançou Ribeiro Pena¹⁵⁰, que tinha sido presidente da Assembleia nos últimos anos, tendo como vice José Maria Alkmin, secretário de Finanças de JK. Se o primeiro fator favoreceu o candidato udenista, o segundo, certamente, prejudicou Tancredo Neves, candidato indicado pelo PSD. Sobre esses fatos diz Oscar Côrrea:

No momento em que o Jânio começou a crescer e se viu que ele estava eleito, o eleitorado mineiro naturalmente começou a se tocar. (...) A verdade é que o Magalhães ganhou porque, de fato, com a entrada do Ribeiro Pena, este tirou votos do Tancredo. (...) Então passei essa noite [véspera das eleições] telefonando, das oito da noite às cinco da manhã. Disse para a telefonista: “A senhora ligue para todos os municípios de Minas Gerais, onde houver telefone, e chame o presidente da UDN”. Falei a noite toda. “Cuidado com as urnas! Bota gente para tomar conta da polícia!”. “Está bem, doutor. Pode deixar. Nós vamos ganhar”. Aí começaram a aparecer os resultados a favor¹⁵¹.

Seu primeiro um terço de governo contou com a configuração parlamentar da Quarta Legislatura que trazia consigo o pior resultado eleitoral da UDN em Minas. Com novas eleições legislativas em 1962 a UDN tornou-se o partido com maior representação na Assembleia e constituiu maioria absoluta com o apoio do PR-PL-PDC.

Esta última legislatura – ímpar por ter sido a única que conseguiu maioria absoluta –, sua relação com o governo também udenista de Magalhães Pinto e os acontecimentos que levaram ao golpe civil-militar em 1964 se buscará discutir no capítulo seguinte.

¹⁵⁰ Terminadas as eleições o candidato dissidente do PSD, Ribeiro Pena, seria nomeado Secretário de Viação e Obras Públicas do governo eleito de Magalhães Pinto (UDN).

¹⁵¹ MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Oscar Dias Côrrea. Belo Horizonte: 2000. (Coleção Memória Política de Minas vol. 2), p. 475.

3. DESCE DAS MONTANHAS O GOLPE: A RUPTURA DEMOCRÁTICA

(...) a Polícia Militar de Minas Gerais foi a tropa de vanguarda da revolução da Restauração Democrática do Brasil, da Cruzada Cívica que renovou a fé nos seus destinos. Marchou resoluta, sem receios e sem dúvidas, disposta ao supremo heroísmo; e quis Deus, que protegesse os que confiam nele e os que se dispõem a morrer pela sua fé, que os obstáculos se desfizeram ao impacto da ideia cristã que os animava, sempre se tingisse de vermelho do sangue fraterno e sagrado perdão verde e amarelo, que de vermelho espúrio se quis macular pela fraude e pela subversão dos nossos ideais.

(Deputado Federal Oscar Côrrea – UDN-MG, 17 abr. 1964).

3.1. Projeto de classe da burguesia mineira: o IPES-MG e os “Novos Inconfidentes”

A historiografia sobre o golpe de 1964 procurou entender esse fatídico evento da trajetória republicana brasileira através de dois esforços, em geral realizados em simultâneo: a reconstituição dos acontecimentos que conduziram ao golpe por meio de uma narrativa cronológica que pudesse melhor indicar o porquê de sua iminência e também através de análises sociológicas (sobretudo marxista) que buscassem desvelar a partir do contexto sociopolítico e sobretudo econômico o significado detrás destes acontecimentos encadeados. Se o primeiro empenho se relaciona com uma marca intrínseca deixada pelo positivismo sobre as ciências sociais e, em particular sobre a História, isto é, de “retomar todo o passado através de uma série de acontecimentos constituídos por uma reunião de fatos, e remeter a descontinuidade de acontecimentos únicos à cadeia de uma causalidade contínua¹⁵²”, o segundo se relacionaria ao que Nora entende como um novo momento da relação do historiador com o acontecimento histórico, a saber: “A partir desse momento não é o acontecimento, sobre a criação do qual não tem nenhum poder, que interessa ao historiador, mas o duplo sistema que se entrecruza nele,

¹⁵² NORA, Pierre. “O Retorno do Fato” In LEGOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979, p. 180.

sistema formal e sistema de significação; e ele se encontra mais bem colocado do que ninguém para se apropriar desse sistema¹⁵³”.

Será feito um esforço para tornar paralelos os acontecimentos que levaram ao golpe de 1964 já apontados pela historiografia com outros ocorridos no contexto específico de Minas Gerais relacionados àqueles, para daí se poder estabelecer o devido entrecruzamento que permita dar forma e significado a tais acontecimentos.

As eleições parlamentares de outubro de 1962 que renovaram os componentes das Câmaras Municipais, das Assembleias Legislativas e do Congresso Nacional se caracterizaram: a) pela atuação de grupos extrapartidários; b) pela radicalização política; c) e pelo surgimento de frentes parlamentares interpartidárias.

Em seu pedagógico estudo sobre o golpe de 1964 e suas reverberações na historiografia, Carlos Fico¹⁵⁴ indica que a pesquisa de Dreifuss¹⁵⁵ prosseguiu na mesma linha marxista já existente sobre o papel determinante do estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro como motor de saturação da democracia “populista” e do caráter preventivo do golpe frente ao que se consideravam reais ameaças revolucionárias da esquerda. Mas compreende também que suas reflexões apontaram para as fragilidades de uma análise economicista e, acrescido do referencial teórico gramsciano, identifica um processo de organização de classe da burguesia multinacional-associada em torno de uma “elite orgânica” capitaneada no IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Se por um lado sua pesquisa iluminou sobremaneira a participação da burguesia multinacional-associada no processo de desestabilização do governo Goulart através da montagem de uma infraestrutura impressionante bem como por sua capacidade de pautar seus interesses à nova organização política advinda pós-64, Reis Filho¹⁵⁶ alerta para sua superestimação da competência que essas associações teriam de conduzir o processo histórico e da concepção implícita de que as classes médias receberam passivamente o produto da propaganda político-ideológica destas associações.

¹⁵³ Ibid, p. 190.

¹⁵⁴ FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

¹⁵⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

¹⁵⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1990.

A partir de aproximações teórico-metodológicas com Dreifuss, Starling¹⁵⁷ procura entender as determinações da rede encabeçada pelo IPES em Minas Gerais a partir de sua fundação oficial em maio de 1962¹⁵⁸ por empresários mineiros. Para tal a autora vai desvelando a estrutura desse grupo e da rede por ele estabelecida. Com interesses intrínsecos aos do IPES estava o IBAD, organismo criado no Rio de Janeiro por empresários e militares de caráter conservador e anticomunista que recebia contribuições financeiras de empresas estrangeiras e brasileiras e do governo norte-americano através de sua embaixada no Brasil e de seu escritório de inteligência, a CIA (*Central Intelligence Agency*), com o propósito de conduzir aquele processo já indicado por Dreifuss de mobilização conservador-oposicionista de parlamentares, estudantes, associações patronais, Igreja Católica e classes médias. Subordinados ao IBAD e, portanto, indiretamente ao IPES, estavam também a ADEP (Ação Democrática Popular) com a finalidade explícita de dar apoio eleitoral a candidatos conservadores e anticomunistas e a PROMOTION que, por sua vez, se caracterizava por dirigir permanentemente a propaganda político-ideológica objetivando a desestabilização do governo Goulart.

Segundo Starling o objetivo final do IPES seria configurar um sistema político que fosse complacente aos seus interesses de classe, isto é, de caráter liberal, e que freasse os avanços sociais que estavam na ordem do dia e ameaçavam estes interesses. Para isso, estabeleceu uma estratégia gradual que num primeiro momento precisaria “desenvolver um processo de conscientização do empresariado, de seu peso político e da ameaça que representava para esse setor a radicalização do bloco nacional-populista¹⁵⁹”. Em seguida, “tornava-se imprescindível que esse setor participasse ativamente da articulação política global sob a orientação de sua elite dirigente e sob um comando unificado¹⁶⁰”. Essa organização das elites dirigentes foi indispensável para garantir sua capacidade de influir junto as lideranças militares a conspiração para retirar Goulart da presidência e realizar um rearranjo político que lhe fosse conveniente. Para tal, seria necessária outra condição:

(...) um eficiente trabalho de articulações político-ideológicas, que conduziu à montagem de uma gigantesca estrutura operacional de ação política, enraizada no interior da sociedade civil, composta por uma cadeia de unidades operacionais

¹⁵⁷ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

¹⁵⁸ As seções do Ipes no Rio e em São Paulo, as primeiras no país, datam de 1961.

¹⁵⁹ Ibid, p. 63.

¹⁶⁰ Ibid, p. 67.

aparentemente isoladas e desconectadas entre si, mas totalmente preparada para responder às necessidades táticas e estratégicas definidas pelo Ipes¹⁶¹.

Este “eficiente trabalho” consistia na instrumentalização do complexo IBAD-ADEP-PROMOTION no sentido de efetuar o processo de desestabilização do governo Goulart, conforme já discutido, por meio do apoio a candidatos nas eleições de 1962 alinhados com a postura conservador-oposicionista e de significativa estrutura de propaganda (televisão, cinema, rádio, imprensa, palestras e publicações editoriais) que influísse sobre a sociedade civil a aversão ao governo e às Reformas de Base a partir da canalização de três elementos comuns que criavam unidade de pensamento nos grupos conservadores: 1) que o Brasil passava por um crise subdividida em outras três crises: autoridade, moral e administrativa; 2) a crença de uma infiltração comunista generalizada na sociedade (Forças Armadas, sindicatos, partidos, universidades, etc); 3) a convicção de que Goulart pretendia se manter no poder para instalar uma “República Sindicalista”. Para as lideranças do IPES o apoio de uma parcela significativa de políticos e da sociedade civil daria ao movimento contrarrevolucionário a “legitimidade civil-parlamentar” que teria faltado em 1961 quando os militares tentaram impedir a posse do vice-presidente.

Finalmente, para que todo esse conjunto estratégico pudesse ser potencializado, foi indispensável sua setorização regional para além do eixo Rio-São Paulo. E seria Minas Gerais o estado que mais atraía para si as atenções dos dirigentes nacionais do IPES pelo prestígio de suas elites, sua influência histórica na política nacional, pelos muitos cargos ocupados por mineiros no primeiro e segundo escalão do governo federal; pelo potencial econômico do estado, sobretudo após o governo estadual de Kubitschek que ampliara a matriz energética e rodoviária do estado, para além de dar os primeiros passos na indústria pesada, acrescido das relações econômicas historicamente profícuas com outros estados da federação como São Paulo (café-com-leite); e pela centralidade do estado dentro da conspiração militar que se imaginava: sua localização geográfica interligava várias regiões do Brasil, suas montanhas propiciavam excelentes defesas naturais e sua capacidade agrícola conseguiria manter o abastecimento das tropas em caso de um conflito prolongado.

Por outro lado, a instalação de uma seção estadual do IPES em Minas também encontrava o desafio de conseguir congregiar elites tão heterogêneas. Starling identifica, no

¹⁶¹ Ibid, p. 75.

início da década de 1960, em Minas, um empresariado “tradicional” representante de setores da economia existentes no estado desde o século XIX como a indústria têxtil e alimentícia que, apesar de decadente, era responsável por uma receita considerável para o estado; um empresariado “moderno”, que no Rio e em São Paulo constituíam a maioria do grupo, mas em Minas, por conta do atraso de seu desenvolvimento industrial, ainda era insipiente, apesar de crescente, e estariam representados pelo capital externo e pelos empresários das indústrias pesadas; os banqueiros, poderoso grupo na correlação de forças das elites estaduais, responsáveis por considerável parte dos financiamentos da rede IPES-IBAD-ADEP-PROMOTION; e do chamado empresariado “de estado”, isto é, altos funcionários da burocracia estadual naquele momento situados nas empresas estatais criadas no governo Kubitschek, a saber a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) e o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais). Com efeito, não poderia ser alguém externo a este meio o responsável por articular a burguesia mineira, mas, digamos, um *insider*. Foi recrutado para cumprir este objetivo Aluizio Aragão Villar, advogado de várias associações patronais mineiras, o que lhe garantia o trânsito necessário e que, segundo a autora desempenhou com eficiência suas obrigações, a ponto de em pouco tempo, ser o IPES-MG uma peça importante nas conspirações que levariam ao golpe de 1964.

Uma diferença do IPES-MG em relação aos seus congêneres em outros estados foi o fato de não ter constituído um grupo numeroso, ainda que fosse representativo de todos os setores da burguesia mineira, como também de não ter admitido membros que não fossem empresários, ainda que simpatizassem com os ideais anticomunistas e de modernização econômicas do grupo, tais como militares, fazendeiros, jornalistas, professores ou religiosos, como também acontecia no Ipes paulista e fluminense. Algo original acontecido em Minas foi a criação de um grupo intermediário que pudesse reunir todas essas parcelas da sociedade civil: os “Novos Inconfidentes”.

Starling indica os membros dos “Novos Inconfidentes”: militares do Exército, em sua maioria reformados, e policiais militares; profissionais liberais e estudantes universitários; o poderoso setor latifundista representado pelos fazendeiros; e a ala ultramontana da Igreja Católica com os movimentos sociais sensíveis à pregação dessa ala eclesial. Para a autora, a relação do IPES-MG com os “Novos Inconfidentes” era evidente pelo financiamento prestado e pela presença de alguns de seus membros entre estes, que, ainda que não compartilhassem o projeto de classe do IPES, serviriam ao propósito de se converter na tropa de choque que ajudaria a desestabilizar as pretensões do governo federal em Minas e, em último caso, em força

paramilitar caso eclodisse uma guerra civil. “Os ‘Novos Inconfidentes’ não irão espelhar o planejamento da estratégia política. Toda sua organização está dirigida para o desempenho de funções táticas (...) De forma simplificada, poderíamos dizer que, em última análise, o primeiro [Novos Inconfidentes] executa; o segundo [Ipes] planeja¹⁶²”.

Essa potencialidade “executora” dos “Novos Inconfidentes” foi demonstrada no boicote ao comício organizado no dia 25 de fevereiro de 1964 no qual falaria o deputado federal Leonel Brizola (PTB) – ex-governador do Rio Grande do Sul. O grupo conseguiu ter acesso à planta da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte, local onde aconteceu o evento, e boicotou a rede elétrica do edifício, dando sequência a atos de violência contra os participantes que lá se encontravam. Quase que simultaneamente a estes acontecimentos, o governador Magalhães Pinto, acenando favoravelmente ao governo federal (discutiremos adiante esse posicionamento político do governador udenista), permitiu a realização na capital mineira do Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina – CUTAL, decisão que enfrentou diligente reação da parte dos “Novos Inconfidentes” que mobilizaram uma assembleia de repúdio ao governador em 23 de janeiro de 1964 enquanto em 22 de janeiro, Augusto de Lima Júnior, oficial da Polícia Militar mineira, divulgou panfletos entre os oficiais da corporação incitando os militares a não realizarem a segurança do evento e tecendo críticas a Magalhães Pinto, chamado indicativamente de “troca-cor”.

Acrescente-se ao rol de organismos surgidos na sociedade civil em Minas a partir da crescente radicalização política incentivada pelo IPES e pelo próprio presidente Goulart, na medida que optara por adotar a estratégia de mobilizar as massas em favor das Reformas de Base para forçar o Congresso – em estado de paralisia política – a aprovar as reformas como se dizia “na lei ou na marra”, a Liga da Mulher Democrata (LIMDE), o Grupo de Ação Patriótica (GAP), formado por jovens estudantes, e o Movimento por um Mundo Cristão. Se todos eles ajudaram a caracterizar, como dito anteriormente, as eleições parlamentares de 1962 como alvo de todos esses grupos extrapartidários, nenhum deles, todavia, influenciaria mais no processo eleitoral do que a ADEP (Ação Democrática Popular).

A ADEP era financiada por doações de empresas multinacionais e do governo norte-americano¹⁶³ e buscava influenciar nas eleições apoiando candidatos que se comprometessem com uma ação conservador-oposicionista através da assinatura da “Carta de Princípios da Ação

¹⁶² Ibid, pp. 92-93.

¹⁶³ O dinheiro, recolhido na Guanabara para depois ser remetidos às seções estaduais da Adep, era pago com cheques do Royal Bank of Canada, Bank of Boston e First City Bank of New York (cf. STARLING, 1986, p. 284).

Democrática Popular”. Sua organização em Minas se deu em julho de 1962 e foi coordenada por Antônio Silvério Leopoldino de Oliveira que deveria selecionar os candidatos a serem apoiados e criar toda a logística de suporte às candidaturas assistidas. Este apoio consistia no seguinte:

A rigor, o candidato selecionado recebia o que poderia ser designado por “auxílio direto” da ADEP: fornecimento de faixas, cartazes e cédulas eleitorais para campanha, pagamento de pessoal, livretos diversos, veículos – incluindo oficina, revisão e combustível, além do pagamento de aluguel de carros –, transporte de eleitores – como por exemplo aluguel de ônibus para o dia das eleições –, alistamento eleitoral, auxílio financeiro ao candidato em sua região, auxílio aos diretórios no interior do estado e, caso se fizesse necessárias, contribuições em dinheiro para alguns candidatos¹⁶⁴.

A posição para a qual o candidato concorria também influenciava no aporte da assistência da ADEP de forma que um candidato a senador recebia mais ajuda que um candidato a deputado federal, e este mais do que um candidato a deputado estadual. A propaganda eleitoral promovida pela ADEP foi igualmente impressionante pelo alcance e pelo teor: na televisão as duas estações de Minas Gerais, a *TV Itacolomi* e a *TV Alterosa*, apresentavam de duas a três vezes por semana em horário nobre o programa *Assim é a Democracia* e *O Candidato é Você* com inserções que associavam seus candidatos a imagens como a bandeira nacional e o povo, por exemplo. O rádio, importante instrumento de comunicação naquele período, e que, diferente dos demais, alcançava todos os rincões do estado, também foi mobilizado pela ADEP que montou uma rede de transmissão radiofônica que contava com setenta e duas emissoras de rádio em todo o estado, sendo, em Belo Horizonte, a *Rádio Guarani* e a *Rádio Itatiaia* as transmissoras de seus programas eleitorais. A imprensa foi inundada de propaganda eleitoral de seus candidatos afiliados sobretudo o *Estado de Minas* e o *Diário de Minas*. O mais intrigante, todavia, era a propaganda cinematográfica produzida pela PROMOTION que consistia em curtas inserções passadas antes de filmes de grandes estúdios como Herbert Richers e Canal 100 com a propaganda ideológica da ADEP. O “Projeto Volante em Logradouros Públicos” levava projetores para cidades no interior do estado onde transmitiam documentários com informações sobre o currículo, ideologia, realizações e a plataforma política de seus candidatos. A análise que faz Starling desse instrumento de propaganda vale a longa citação:

¹⁶⁴ Ibid, p. 284.

Por intermédio desses recursos, procedia-se à universalização e à transferência de determinados conceitos que, embora articulados a um discurso ideológico classista, eram apresentados como expressão do interesse geral e como “solução” para o conjunto da sociedade. Um exemplo interessante pode ser visto na apresentação do conceito de “Democracia” (...) Insistentemente associada ao “capitalismo” em oposição ao “comunismo”, a “Democracia” surgia nesses filmes como a única solução para uma sociedade “homogeneizada”, onde a ausência de antagonismos de classes cobria a todos com o véu da igualdade básica, resultando as diferenças sociais apenas de maior ou menor esforço individual. Nesse contexto, a filha da “Democracia”, a “iniciativa privada” significava a escada por onde o indivíduo demonstrava sua capacidade de ascender na escala social às custas de seu próprio trabalho. (...) A conclusão final é clara: a iniciativa privada – base do regime democrático – constitui o alicerce sobre o qual se constrói o desenvolvimento do país¹⁶⁵.

Dreifuss cita um depoimento do ex-agente norte-americano Philip Agee que afirmou terem sido remetidos à rede IBAD/ADEP/PROMOTION para as eleições brasileiras de 1962 entre 12 e 20 milhões de dólares, o que, acrescido de doações das empresas multinacionais, fez com que fossem gastos nos cinco meses anteriores às eleições mais de um bilhão de cruzeiros pela ADEP. Este mesmo autor indica o fato de que foram financiados 250 candidatos a deputado federal e 600 a deputado estadual em todo o país. Starling, por sua vez, indica que dos “vinte e poucos” candidatos mineiros à Câmara dos Deputados e dos “cinquenta” à Assembleia Legislativa de Minas, foram eleitos 15 deputados federais e entre 30 a 40 deputados estaduais, configurando quase metade do legislativo mineiro que tinha um total de oitenta e duas cadeiras à rede IBAD-ADEP.

O deputado federal Oscar Côrrea (UDN) que buscava a reeleição e acabaria por ser o candidato udenista mais votado no estado (aproximadamente 40 mil votos) minimiza os efeitos do apoio da ADEP dizendo na entrevista concedida à *Coleção Memória Política de Minas* organizada pela Assembleia de Minas: “Eu tive meia dúzia de faixas. E nem sei se usei, porque nunca fui muito a favor de faixas¹⁶⁶”. A lista parcial¹⁶⁷ que contém a relação de políticos cujas campanhas eleitorais receberam recursos da ADEP, com cinquenta nomes de candidatos representantes de todos os principais partidos, não especifica o teor do auxílio prestado e mesmo indicando os partidos mais beneficiados, sua objetividade é limitada visto que não constam aí o nome de todos os candidatos, mas apenas de uma parte deles (se forem considerados os números indicados por Antônio Silvério Leopoldino de Oliveira, coordenador da ADEP-MG,

¹⁶⁵ Ibid, pp. 293-294.

¹⁶⁶ Ibid, p. 554.

¹⁶⁷ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, pp. 365-366.

em depoimento a Heloísa Starling como sendo indicativos, esta lista representaria em torno da metade do total de candidatos financiados).

Tabela 15 – Proporção Partidária de candidatos beneficiados por recursos da ADEP nas eleições parlamentares (deputados federais e estaduais) de 1962 em Minas

Partido	Candidatos (deputados federais e estaduais)	Eleitos (Assembleia Legislativa)	Eleitos (Câmara dos Deputados)
UDN	15	5	6
PR	15	6	2
PSD	11	1	2
PSP	3	1	-
PRP	2	1	1
PTB	2	-	1
PDC	1	-	-
Não identificado	1	-	-
TOTAL	50	14	12

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Mesmo não sendo inteiramente indicativas, essas informações mostram que uma parcela significativa de candidatos (dos cinquenta nomes da lista, 24 não foram eleitos) que receberam recursos financeiros da ADEP não chegou a ser eleita (ainda que alguns tenham chegado a exercer, na condição de suplentes, o mandato parlamentar por um tempo), o que corrobora a principal fragilidade apontada por Reis Filho a Dreifuss, que conforme já indicado anteriormente, seria a superestimação da capacidade desses organismos extrapartidários, apesar do financiamento extraordinário de que dispunham e de logística eleitoral surpreendente para os padrões da década de 1960, de conduzirem o processo sociopolítico a despeito de outras tantas variáveis. Parece mais apurado apontar que esses organismos extrapartidários constituíram uma parte considerável do processo de desgaste do governo Goulart que levaria ao golpe de 1964 do qual também tomaram parte a incapacidade do parlamento de encontrar uma solução para a crise – formando o estado de paralisia de decisão do qual fala Santos¹⁶⁸

¹⁶⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira, 1959-1966”. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 13, n. 2, abr./jun. 1973 e _____.

(1973) –, as disputas de poder ocorridas no interior das Forças Armadas desde a redemocratização bem como sua relação com a democracia brasileira, a capacidade motriz do imaginário anticomunista no conjunto da sociedade civil, em particular das classes médias, o contexto internacional de tensões crescentes entre Estados Unidos e União Soviética, e certamente outros fatores conjunturais de natureza cultural, política ou econômica que influíram para o fim da experiência democrática iniciada em 1945 e factualmente encerrada pelo golpe de 1964.

Outra característica desse processo eleitoral, profundamente relacionada com a ação dos organismos extrapartidários supracitados e da formação das frentes parlamentares interpartidárias, foi a radicalização política expressa no fortalecimento do PTB e UDN proporcional ao enfraquecimento do PSD¹⁶⁹ (que mesmo assim permaneceria sendo o partido com maior representação parlamentar no país). Na Câmara dos Deputados a UDN cresceu 1,9% e o PTB cresceu 9,6%; proporcionalmente o PSD perdeu 5% de sua bancada em comparação à última legislatura. Na Assembleia Legislativa de Minas, por sua vez, a UDN cresceu 17% tornando-se a primeira força parlamentar, enquanto o PTB e PSD perderam respectivamente 4% e 10% de suas bancadas. Esse crescimento vertiginoso da UDN, em contraste com o que aconteceu no plano federal, explica-se pela ocupação do Palácio da Liberdade desde 1961 por Magalhães Pinto, governador udenista que gozava então de razoável popularidade¹⁷⁰ (em seu primeiro ano de governo conseguira cumprir a promessa de entregar 500 grupos escolares em todo o estado), à atuação organizada e incisiva da rede IPES-IBAD-Novos Inconfidentes no sentido de reforçar por meios amplos e diversos um discurso anticomunista associado ao governo Goulart em geral igualmente encontrado nos candidatos udenistas, beneficiados portanto pelo anticomunismo crescente, e, finalmente, em menor grau, pela atuação da ADEP, que colaborou materialmente com candidatos comprometidos com seus interesses, fator minorado em comparação aos demais pelo fato de também terem recebido este apoio candidatos do PSD, do PR e mesmo em menor proporção, do próprio PTB.

Tabela 16 – 5ª Legislatura da ALMG (1963-1967)

“Coalizões parlamentares e instabilidade governamental: a experiência brasileira – 1961/1964”. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 13, n. 4, out./dez. 1973.

¹⁶⁹. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2008, p. 87

¹⁷⁰ Note-se também que duplicou o número de prefeitos udenistas no estado.

Partido	N.º de Deputados	Porcentagem	Varição
UDN	26	32%	+15
PSD	18	22%	-6
PTB	12	14%	-1
PR	10	12%	-7
PSP	09	-	+4
PL	03	-	+3
PDC	02	-	+2
PRP	02	-	+1
TOTAL	82	100%	+8

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como consequência desse clima de radicalização política, surgiram no Congresso e paulatinamente nas Assembleias Estaduais frentes parlamentares. Sobre isso afirma Dulci que

Nos embates parlamentares, as divisões partidárias davam lugar à confrontação permanente da direita e da esquerda. As clivagens ideológicas, alimentadas pelo tema das reformas, sobrepuseram-se por completo a quaisquer outras linhas de conflito. Dois grandes blocos expressavam a divisão de forças prevaletentes: a Frente Parlamentar Nacionalista e a Ação Democrática Parlamentar, às quais pertenciam congressistas de todos os partidos¹⁷¹.

Tal como no Congresso Nacional, onde a Ação Democrática Parlamentar (ADP) era presidida pelo deputado João Mendes da UDN baiana desde sua criação no começo de 1961, em Minas coube ao deputado estadual Bonifácio Andrada (UDN) articular a ADP na Assembleia a partir de julho de 1962. Para Starling, a criação da ADP mineira no mesmo mês em que foi criada a seção mineira da ADEP, isto é, algo em torno de cinco meses antes das eleições, indica um vínculo evidente entre os organismos – fosse no sentido de facilitar o direcionamento de recursos da ADEP para candidatos que compunham a ADP fosse porque existia um entrecruzamento positivo entre candidatos apoiados pela ADEP com aqueles que compunham a ADP em Brasília e em Belo Horizonte. Esta frente parlamentar conservadora

¹⁷¹ Ibid, p. 187.

arregimentou trinta deputados estaduais na Assembleia de Minas, o equivalente a dois quintos do legislativo mineiro.

Tabela 17 – Relação Partidária dos membros da Ação Democrática Parlamentar (ADP) na Assembleia Legislativa de Minas

Partido	N.º de Deputados	Porcentagem
PR	9	30%
PSD	9	30%
UDN	6	20%
PSP	3	10%
PRP	1	3,3%
PTB	1	3,3%
PDC	1	3,3%
Total	30	100%

Fonte: Starling (1986).

É razoável acreditar que o surgimento da Ação Democrática Parlamentar em 1961 após a crise da sucessão de Jânio Quadros e seu posterior protagonismo a partir das legislaturas iniciadas em 1963 pode ser interpretada antes como uma reação de congressistas contrários ao que representava, naquele momento, o governo Goulart do que propriamente um sintoma do enfraquecimento do sistema partidário ou mesmo da influência externa de organismos como o IPES no jogo parlamentar.

O deputado Oscar Côrrea (UDN) diz que “se aliaram os que não queriam a reforma agrária, os que não queriam a reforma política e os que não queriam a reforma eleitoral. (...) Todos acabam se juntando: ‘Eu voto com você se você votar comigo’¹⁷²”. Os udenistas culturalmente contrários ao getulismo, identificavam em Jango a personificação do trabalhismo varguista, e em suas Reformas de Base uma iniciativa que apelava ao seu anticomunismo turvo; os pessedistas temiam a aprovação das reformas, em particular da reforma agrária, contrárias aos interesses conservadores que representavam; os deputados de partidos menores, como PR e PL, por sua vez, gravitavam em torno dos maiores, aderindo também ao movimento

¹⁷² Ibid, p. 589.

parlamentar que se iniciara. Um sinal da efemeridade com a qual essas frentes estiveram caracterizadas foi sua imediata desmobilização após o golpe de 1964, persistindo, todavia, os vínculos partidários oficialmente até 1966 e, depois do AI-2, subsistindo na forma de culturas políticas cada vez mais tendentes à inércia dentro das sublegendas da Arena e do MDB. Isso não permite minimizar, por outro lado, a importância dessas frentes como instrumentos de pressão política seja à ação – no caso da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) – seja à reação – no caso da Ação Democrática Parlamentar (ADP) – na tentativa de romper a paralisia decisória que caracterizou o Congresso nos anos antecedentes ao golpe.

O deputado Oscar Côrrea (UDN) ilustra bem este ponto:

Eu participava da ADP porque estava de acordo com a orientação contra o Jango. Não eram eles que me davam orientação. Eu é que estava de acordo com eles. (...) Falam da ADP como se fosse um partido, uma organização homogênea, que tivesse união, estatuto, ordem. Não era nada disso. O sujeito participava da ADP apenas para poder dizer que participava. Você votava do jeito que queria, não ouvia ninguém, não tinha contato com ninguém. (...) Considerar que a ADP fosse uma organização homogênea, controlada pelo [deputado] João Mendes ou dominada pelo dinheiro dos Estados Unidos, mandado pelo Lincoln Gordon, é uma idiotice¹⁷³.

3.2. As conspirações para o golpe: Magalhães e IPES-MG

Desde o começo de setembro de 1961 o Brasil adotara a forma parlamentarista de governo como solução para a crise arrolada pela renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto daquele mesmo ano. Caracterizou-se por uma sequência de primeiros-ministros com governos curtos e instáveis, decorrente da fragilidade da qual dispunha o próprio governo trabalhista no Congresso e, de certa forma, do interesse deste em forçar o fracasso desta forma de governo como estratégia para o eventual retorno do presidencialismo. Isto se deu a partir de um plebiscito antecipado para janeiro de 1963 no qual uma maioria considerável¹⁷⁴ do eleitorado optou pelo retorno à tradicional forma de governo em nossa república.

Fortalecido politicamente pela vitória do presidencialismo e conferidos os plenos poderes constitucionais que lhe haviam sido até então negados, João Goulart começou amplo movimento político pela aprovação das Reformas de Base com mais ênfase a partir de 1963.

¹⁷³ Ibid, p. 555 e p. 569.

¹⁷⁴ Foram 9.457.448 votos a favor do presidencialismo e 2.073.582 votos a favor do parlamentarismo.

Essas reformas encampavam a discussão sobre a reforma agrária, universitária, bancária, fiscal, urbana e administrativa. De todas, porém, as que mais foram debatidas e geraram o misto de empolgação e temor, como é próprio num contexto de polarização política, seriam a reforma agrária e a reforma bancária, visto que se tentava regular a remessa de lucros das empresas estrangeiras no país. Isto se explica, em parte, pelo fortalecimento do partido do governo federal, o PTB, no Congresso Nacional, sob o custo do afastamento gradual dos deputados federais pessedistas da consagrada aliança PSD-PTB confrontados em seu conservadorismo pelo progressismo representado pelas Reformas de Base. Um sinal claro deste movimento seria a convergência do PSD para as hostes da Ação Democrática Parlamentar (ADP).

Diante da incapacidade do Congresso de dar vazão ao ímpeto reformista, demonstrado, por exemplo, pela rejeição consecutiva de três projetos de reforma agrária propostos por representantes de projetos políticos distintos¹⁷⁵, o governo Goulart passou a fazer uso da estratégia de, mobilizando as massas em favor das reformas, pressionar os congressistas no sentido de aprova-las. As principais manifestações provocadas com este propósito seriam o comício do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em comemoração ao aniversário de morte de Getúlio Vargas, em 23 de agosto de 1963, e o comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964.

De forma que, a partir de 1963, é possível perceber mais claramente movimentações paralelas inseridas no dualismo da radicalização política que exercia uma espécie de atração centrífuga sobre grupos e movimentos convergentes, criando a impressão de dois grupos homogêneos em disputa (as próprias frentes parlamentares tomam parte dessa ilusão). Pode-se, pois, circunscrever essas movimentações – que eram, em si, parte de um mesmo contexto – no seio das Forças Armadas e na classe político-partidária.

No âmbito das Forças Armadas, com temores justificados de uma intervenção de setores militares mais conservadores como havia acontecido na crise sucessória de Jânio Quadros, o governo Goulart se esforçou por criar o que Gaspari¹⁷⁶ denomina de “aparato militar”, isto é, um dispositivo estratégico que salvaguardasse militarmente a continuidade do governo em caso de uma sublevação. Credita-se ao chefe do Gabinete Militar da Presidência da República,

¹⁷⁵ Os três projetos rejeitados relacionados à reforma agrária foram respectivamente propostos pelo senador Milton Campos (UDN-MG), pelo ministro da Agricultura, Armando Monteiro (PSD), e pela bancada do PTB no Congresso. Especificamente sobre a questão agrária neste período ver Aspásia Camargo. “A questão agrária: crise de poderes e reformas de base (1930-1964)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *Historia Geral da Civilização brasileira: O Brasil republicano*. Tomo 3. São Paulo: Difel, 1981.

¹⁷⁶ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*, volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

general Assis Brasil, a montagem desse “aparato” que, entretanto, não se mostrou eficaz no momento oportuno. Os diversos militares que, ainda em idade ativa, foram “incorporados à reserva” após a vitória do golpe de 1964 e a alcunha dada pela imprensa da época de “generais do povo” aos militares simpáticos ao governo são sinais de que, também no interior das Forças Armadas, havia uma disputa em aberto. Todavia, seria entre os praças e baixos oficiais que o projeto nacional-estatista de Goulart teria mais efeito, mantendo em constante estado de alerta o temor dos militares mais conservadores, sobretudo aqueles vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), sobre a possibilidade de uma quebra generalizada da hierarquia.

Se a hipótese levantada por esses setores da oficialidade de que a quebra da hierarquia se inseria num contexto de infiltração comunista no sentido de garantir a continuidade do presidente Goulart e a instalação de uma “República Sindical” pode parecer exagerada a olhos contemporâneos, os eventos que se sucediam e a profunda inserção do imaginário anticomunista no interior desses setores militares conservadores parece ser o suficiente para entender os motivos que os levaram à ação golpista. Em 12 de maio de 1963, cerca de mil suboficiais, sargentos e cabos pleitearam o direito de serem eleitos, posição contrária àquela determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 12 de setembro deste mesmo ano ocorreu, em Brasília, uma revolta de sargentos da Aeronáutica e da Marinha. Transcorreu no mês de março de 1964, todavia, o auge desse sentimento generalizado de que a rígida hierarquia militar seria rompida: dia 25 ocorreu outra revolta de marinheiros e fuzileiros navais, relacionadas à insubordinação desses a uma ordem conferida pelo ministro da Marinha para que não confraternizassem por ocasião do aniversário de fundação de sua associação, seguindo-se a indulgência do presidente Goulart aos marinheiros, a renúncia do ministro e a sensação de insegurança do oficialato. E, finalmente, no dia 30, a presença do Presidente em festa organizada pelo Clube de Sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro com discursos em defesa das reformas seria a última demonstração tolerada por esta ala conservadora antes do golpe.

Paralelamente a essas movimentações do trabalhismo janguista junto aos praças das Forças Armadas, a conspiração já era semeada entre os setores militares conservadores, sobretudo por aqueles vinculados à Escola Superior de Guerra, com o apoio ideológico e instrumental da rede IPES, como já tratado. Apesar de estrategicamente afastados de cargos centrais na estrutura de comando, um dos conspiradores, general Castelo Branco, tornou-se comandante do Estado-Maior do Exército em quatro de agosto de 1963. Posteriormente, às vésperas do golpe, foi divulgada por sua iniciativa uma circular em 20 de março de 1964

contrária ao que entendiam ser a tentativa do governo Goulart de instrumentalizar as Forças Armadas em favor de suas aspirações políticas:

São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos. (...) Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender os programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e as aplicações da lei. (...) Para submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo¹⁷⁷.

Para Dulci “a circular foi um documento definitivo. Era um sinal de comando: a conspiração adquiria a paternidade ostensiva da mais alta patente militar depois do Ministro da Guerra¹⁷⁸”.

Convém destacar também as preparações militares ocorridas em Minas – local de onde partiu o golpe – diante da possibilidade de o governo federal resistir à intervenção militar. Segundo Starling as conspirações em Minas não se restringiram a um único grupo, sendo possível identificar dois polos importantes de articulação: o primeiro composto pelos empresários mineiros que compunham o IPES no estado com o apoio do general Guedes, comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID-4), sediada em Belo Horizonte. O segundo, por sua vez, consistia no governador mineiro Magalhães Pinto (UDN) e no comandante da 4ª Região Militar, general Mourão Filho, sediado em Juiz de Fora. Para a autora, esses dois polos eram independentes justamente porque tinham interesses diferentes com a derrubada do presidente Goulart. Se o IPES possuía uma agenda política de classe que esperava fazer cumprir no governo que se seguisse, o governador Magalhães Pinto tinha no horizonte a ambição de ser ele próprio presidente, deixando a possibilidade de deflagrar o movimento para depor Goulart como uma eventual “carta na manga” que auxiliasse suas ambições pessoais¹⁷⁹.

O general Guedes, por sua vez, havia sido recrutado pelo IPES em janeiro de 1964 na chamada “Reunião do Acaiaca”, em referência ao nome do edifício onde se reuniam os membros do IPES em Minas. Nesta reunião, segundo Starling, o empresariado mineiro

¹⁷⁷ DINES, Alberto. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

¹⁷⁸ Ibid, p. 205.

¹⁷⁹ Para Starling (1986) “até março de 1964 Magalhães oscilava politicamente, em função de seus interesses pessoais. Dito de forma pitoresca, “Magalhães Pinto, como bom político mineiro, acendia uma vela para Deus, outra para o Diabo e uma mais para cada santo” (p. 135-136).

formalizou seu suporte material em favor do golpe e se chegou ao consenso de que caberia ao general Guedes¹⁸⁰ coordenar a ação militar. Se, eventualmente, o conflito se delongasse mediante resistência do governo que se pretendia depor, fazia parte dos planos do grupo fazer dos “Novos Inconfidentes” uma espécie de regimento paramilitar. O general Mourão Filho, por outro lado, aparentemente alheio às disputas de poder a longo prazo, parecia ser movido sobretudo por sua aversão a Goulart e, relacionado a esta, por seu anticomunismo. Para Starling

De fato, a articulação Magalhães/Mourão era previsível e se apresentava, do ponto de vista político, como uma alternativa viável: para Magalhães, significava dispor de força militar necessária para a manutenção e viabilização de seu projeto político pessoal; para Mourão, o apoio do governador de Minas trazia finalmente a tão esperada legitimidade “civil”, necessária ao prosseguimento de sua aventura golpista. Essa articulação era tanto mais previsível que o IPES–Novos Inconfidentes tentou neutralizá-la, quer através de ação desenvolvida pelo próprio general Guedes, quer por intermédio do envio de emissários que tinham a tarefa de alertar Mourão sobre a intenção de Magalhães. Mas, afirma Mourão, “eu fui fazendo ouvidos moucos àquelas insinuações. Tinha convicção de que Magalhães era um homem valente e estava disposto a derrubar Goulart”¹⁸¹.

Não se encerrava, todavia, no Exército as pretensões desses dois polos conspiradores. Cogitava-se tanto a possibilidade de um longo conflito com as tropas que permanecessem leais ao governo como se apontava a necessidade do incremento do efetivo comprometido com a ação golpista para, por exemplo, se ter condições de defender o estado enquanto uma segunda força descia ao Rio de Janeiro, ou mesmo para se marchar simultaneamente para o Rio e para Brasília. A solução encontrada foi o envolvimento da Polícia Militar mineira com seu efetivo de aproximadamente 18 mil soldados espalhados por todo o estado. Considere-se também sobre a PM mineira o processo de modernização de seus equipamentos e táticas, inicialmente implantados durante o ano de 1957 no governo de Bias Fortes (PSD), através de um convênio firmado com o governo norte-americano denominado Ponto IV que se estendia também a assessoria no setor da educação. O governo seguinte, de Magalhães Pinto, deu prosseguimento ao fortalecimento da instituição como indica o deputado udenista Oscar Côrrea: “A verdade é que a polícia estava muito mais organizada do que nós todos pensávamos. O Magalhães também

¹⁸⁰ O general Carlos Luis Guedes, após ter sido incorporado à reserva do Exército, em 1969, tornou-se vice-presidente de uma empresa de mineração privada em Minas Gerais: a Valeriza. (Cf. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). “Guedes, Carlos Luis”. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

¹⁸¹ Ibid, p. 138.

tinha uma visão muito boa e preparou a Polícia Militar, tanto quanto foi possível, para poder, pelo menos, garantir Minas Gerais¹⁸²”.

O comandante da PM mineira, coronel José Geraldo de Oliveira, era ele próprio membro dos “Novos Inconfidentes” o que não pode significar automaticamente sua eventual deslealdade ao governador mineiro. Parece que os militares à véspera do golpe de 1964, em geral, não possuíam um projeto político definido para o país, tendo aderido e executado o golpe mais em decorrência do que, segundo Soares¹⁸³, gradualmente passaram a associar com o governo Goulart: a quebra de hierarquia, a desordem administrativa, a infiltração comunista. O depoimento de Oscar Côrrea demonstra bem este ponto: “Preparava-se uma reação contra o Jango no momento que ele passasse o limite da legalidade. Essa era a posição dos militares. E nós, líderes, dizíamos a eles que o Jango já estava passando dos limites e iria passá-los, porque ele queria uma república sindicalista e iria fechar o Congresso¹⁸⁴”.

A Convenção Nacional da UDN havia acontecido em abril de 1963 e consagrara o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, como o candidato presidencial do partido nas eleições que aconteceriam em 1965. Isso havia colocado o governador mineiro Magalhães Pinto, que para além de ser udenista também pretendia a indicação do partido para ser candidato à presidência, numa situação política delicada. Magalhães, que tentara estabelecer uma relação amigável com Goulart desde sua posse e por diversas vezes se pronunciara a favor das reformas, assumiu postura conciliatória frente ao cenário de radicalização política em que se vivia, evidentemente revestindo-se da mineiridade para fazê-lo, apesar de motivado principalmente por suas ambições políticas. Sobre essa postura e sua consequência nas fileiras do partido Oscar Côrrea diz: “o Magalhães, nesse momento, começou a caminhar em direção à esquerda (...) começou a falar em reformas de base, reforma agrária, e começou a causar intensa inquietação¹⁸⁵”. Importante demonstração dessa postura do governador mineiro se deu em 29 de fevereiro de 1964 quando divulgou um Manifesto à Nação:

O medo de perder gera a mesma fúria agressiva que a cobiça de ganhar. Em breve, se não houver possibilidade de uma solução equilibrada, o destino da maioria dos brasileiros estará à mercê dos grupos extremistas minoritários, que, por um misto de ambição e medo, se atirem já à ação direta, para a revolução ou para o golpe de Estado. (...) Ao reafirmar, como estou fazendo, a minha formal condenação do comunismo,

¹⁸² Ibid, p. 602.

¹⁸³ SOARES, Gláucio Ary Dillon. “O Golpe de 64” In SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁸⁴ Ibid, p. 592.

¹⁸⁵ Ibid, p. 606.

não me furto, entretanto, a uma denúncia: áreas enormes, sobretudo da classe média brasileira, estão sendo submetidas a um processo de hipnose que arrasta camadas da população a um anticomunismo irracional e fanatizado. Com isto, procura-se impedir a via do desenvolvimento e da evolução progressista imprescindíveis ao futuro do Brasil. E, no final das contas, quem lucrará é o próprio comunismo, artificialmente supervalorizado. (...) Minha inconformidade inspira-se no receio de ver a UDN inserir-se lamentavelmente num dos campos do radicalismo¹⁸⁶.

Como se pode supor, a acolhida deste Manifesto à Nação na Assembleia de Minas foi melhor recebida pelos deputados petebistas do que por aqueles da UDN. Para o deputado Oscar Côrrea, a aceitação por parte dos udenistas mineiros da indicação de Carlos Lacerda à presidência da República se dava por duas razões: sua coerência na oposição anticomunista e antivarguista – ao contrário de Magalhães – e a convicção de que ele possuía maiores chances de vitória no pleito eleitoral do que seu oponente mineiro. De fato, as últimas pesquisas de intenção de voto realizadas antes do golpe militar apontam larga vantagem do governador da Guanabara: 22% das intenções de voto no país contra apenas 2% conferidos a Magalhães. O manifesto referido do governador mineiro suscitou manifestações de quatro deputados estaduais petebistas na Assembleia de Minas, todos elogiosos a Magalhães, destaca-se aqui parte do discurso do deputado Sette de Barros:

Esta candidatura – não é preciso que se diga – é a do Governador do Estado da Guanabara (...) vem se opor frontalmente contra essa candidatura, não por ser ela a do sr. Carlos Lacerda mas pelo espírito que envolve essa candidatura, pelo espírito radicalista da direita e da esquerda e de outros setores contra os quais, o sr. Magalhães Pinto se antepõe porque o momento que atravessa o País é dos mais graves, e não comporta nos meios políticos radicalismo, seja da direita ou da esquerda. (...) o início de uma ditadura que o Governo da Guanabara quer implantar neste País¹⁸⁷.

Acredita-se ser plausível apontar que o governador mineiro julgava que ao tomar postura antagônica à de Lacerda, em tentar conciliar o cenário político ao invés de apostar nos ganhos a partir de sua radicalização, teria mais condições de superá-lo na corrida presidencial. Nesse sentido, Starling cogita a hipótese de que Magalhães, vendo-se derrotado na Convenção do partido e ciente da iminência da ação golpista através dos acertos do núcleo IPES-ESG¹⁸⁸, ficaria numa situação política precária por ter acenado favoravelmente a Goulart, e, em

¹⁸⁶ MINAS GERAIS. Diários do Legislativo, 5 mar. 1964, n. 2-3.

¹⁸⁷ MINAS GERAIS. Diários do Legislativo, 5 mar. 1964, n. 2-3.

¹⁸⁸ Magalhães Pinto já era, desde antes de sua carreira política, um destacado banqueiro em Minas o que leva a autora a crer que seu conhecimento sobre o IPES se estendia às reais intenções do grupo através de possíveis representantes seus no IPES.

decorrência disso, precipitou a deflagração do golpe a partir de Minas Gerais fazendo uso de seu trunfo militar, isto é, o general Mourão Filho. A velocidade com a qual o movimento golpista conseguiu destituir Goulart favoreceu a ambos, que não tendo outros heróis que lhes ameaçassem as glórias, foram consagrados como os líderes civil e militar do “movimento revolucionário”. Como depõe o então deputado federal Oscar Côrrea: “A verdade é que o Magalhães parecia ser o chefe da coluna Jango e, de repente, virou o chefe da coluna da Revolução¹⁸⁹”.

Em 31 de março o general Mourão deu o primeiro passo no sentido de depor Goulart e marchou com suas tropas de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro. Surpreendidos pela antecipação da ação militar, e temendo que sua derrota justificasse a perseguição generalizada pelo governo trabalhista da ala militar conservadora e, em último caso, até mesmo da instalação da república sindicalista que tanto temiam, os militares da ESG, incentivados pelo capital multinacional-associado organizado na rede IPES e com o apoio potencial do governo norte-americano¹⁹⁰, mobilizaram-se em favor da ação iniciada por Mourão e afugentaram Goulart, primeiro do Rio em direção a Brasília, depois de Brasília para Porto Alegre, onde capitulou e de onde se exilou no Uruguai. Nos dizeres de Reis Filho¹⁹¹ travou-se aí uma “guerra de telefonemas” onde tanto os golpistas quanto Jango se esforçaram por convencer militares em posições centrais a aderirem ao seu lado. No âmbito civil, o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade (PSD), declarou vaga a presidência em dois de abril e empossou o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (PSD), como presidente da República. Até aquele momento já haviam acontecido dez¹⁹² “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade” e outras dezenas haveriam de acontecer nos meses seguintes. O golpe, intentado em 1950, 1954, 1955 e 1961¹⁹³, finalmente se concretizara em definitivo e sem condicionamentos em abril de 1964.

¹⁸⁹ Ibid, p. 619.

¹⁹⁰ Em Minas, Starling (1986) destaca a atuação do cônsul Robert Okun e do vice-cônsul Lawrence Laiser em encontros com os “Novos Inconfidentes” e com o governador Magalhães Pinto, que já havia realizado acordos com o governador capixaba para se estabelecer um acesso marítimo que permitisse o potencial suporte material norte-americano. Carlos Fico (2014), por sua vez, indica o vasto conjunto documental que permite afirmar a intenção intervencionista dos Estados Unidos por meio da Operação *Brother Sam* com apoio logístico de um porta-avião, seis contratorpedeiros, um porta-helicópteros e quatro petroleiros (p. 43).

¹⁹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁹² Em São Paulo (19/03), em Araraquara-SP e Assis-SP (21/03), em Bandeirantes-PR (24/03), em Santos-SP (25/03), em Itapetininga (28/03), em Atibaia-SP, Ipaçu-SP e Tatuí-SP (29/03), em São João da Boa Vista-SP (01/04), em Londrina-PR, Rio de Janeiro e São Carlos-SP (02/04).

¹⁹³ Respectivamente na posse de Getúlio (“...não pode ser candidato, se o for, não pode ser eleito, se o for, não pode tomar posse, se tomar, nós o tiramos”), nos acontecimentos que levaram ao seu suicídio, na posse de JK

As semanas seguintes à consecução do golpe civil-militar foram usadas por Magalhães para que se retirasse de seu êxito todo o capital político possível, por meio de eventos comemorativos, encontros com autoridades civis e militares e pronunciamentos amplamente divulgados pela imprensa. A três de abril, por exemplo, o governador mineiro transmitiu uma mensagem ao povo paulista através de uma cadeia de emissoras de rádio em que declarou

Estamos numa hora feliz e ao mesmo tempo dramática para o Brasil. Minas tomou a responsabilidade da iniciativa de um movimento revolucionário, para derrubar um sistema de governo que o povo estava repudiando. (...) Nosso propósito não era apenas o de mudar homens, mas, sim, o de estabelecer, no País, um governo que possa promover o desenvolvimento nacional, trazer a tranquilidade que desapareceu¹⁹⁴.

Seu pronunciamento ao maior colégio eleitoral do país¹⁹⁵ dois dias após o golpe é reproduzido no *Minas Gerais*, informativo do Poder Executivo mineiro, que serve como um condensado das atividades do governador nesse período. Mensagens de agradecimentos e congratulações eram recebidas da parte de membros do clero, deputados federais e estaduais de vários partidos e de vários estados da federação, governadores e prefeitos, e mesmo de cidadãos e cidadãs. A mensagem¹⁹⁶ da gaúcha Sílvia Silva dizia que “Sinto-me orgulhosa de ser brasileira, porque das vinte e duas estrelas que ostenta a nossa Bandeira, a que mais brilha, ao alto, é a de Minas Gerais, seguida pela de São Paulo e do Paraná. Uma gaúcha envergonhada, no momento, do seu amado Rio Grande do Sul”.

Foi organizado um grande evento pelo governo mineiro em seis de abril na cidade de Juiz de Fora, de onde havia partido a “revolução vitoriosa”, com a presença de autoridades civis, militares e religiosas, que exaltou principalmente o protagonismo de Magalhães:

Houve, então, o abraço do comandante civil e do chefe militar – Magalhães Pinto e General Mourão Filho – que se reuniram num *jeep*, juntamente com os demais eminentes comandantes militares. (...) desde logo se dispôs a luta dentro e fora de Minas, ao lado do Comandante da Polícia Militar, lançou-se à luta consciente de que Minas estava representando todo o Brasil. “Minas tomou a iniciativa da luta. Sabíamos que contaríamos com outros apoios, mas sempre certos do êxito do movimento, porque os chefes militares, soldados, e o povo sabíamos o que queríamos,

(impedido pelo general Lott), e após a renúncia de Jânio Quadros (com a intervenção dos ministros militares e a posse de Goulart condicionada à adoção do sistema parlamentarista).

¹⁹⁴ MINAS GERAIS. Diários do Executivo, 4 abr. 1964, n. 11.

¹⁹⁵ As intenções de voto de Magalhães Pinto na cidade de São Paulo, conforme última pesquisa realizada antes do golpe militar eram de apenas 3% (cf. LAVAREDA, 1999, p. 172).

¹⁹⁶ MINAS GERAIS. Diários do Executivo, 4 abr. 1964, n. 11.

pois Minas nunca faltou com a sua palavra e com o seu exemplo”, disse o governador¹⁹⁷.

Também a três de abril, recebeu o governador goiano Mauro Borges (PSD) no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, de cuja visita destaca-se a seguinte notícia divulgada no *Minas Gerais*:

O Governador Mauro Borges, de Goiás, declarou ontem no Palácio da Liberdade, depois de conferenciar com o sr. Magalhães Pinto, que veio a Minas abraçar e cumprimentar o seu Governador pela bravura cívica e pela sua decisão, escrevendo, com o movimento de restauração da legalidade, uma das mais belas páginas da história do Brasil. (...) “É preciso se adotem medidas imediatas para que não se frustrate o sentido da revolução”. Afirmou que o movimento deflagrado por Minas foi a contrarrevolução democrática contra a revolução comunista, que se estava tentando. É preciso agora – frisou – que não se decepcione nem as Forças Armadas, que foram o braço da ação, nem ao povo. Não é possível que se dê sentido reacionário a esse movimento militar, movimento democrático e progressista, que veio salvar o País do comunismo e trazer condições para que a evolução econômica e social do País possa ser feita com a preservação das instituições¹⁹⁸.

O temor do governador goiano, provavelmente compartilhado por Magalhães, de que não “se frustrate o sentido da revolução”, parecia ser indicativo dos acontecimentos que se seguiriam e do processo gradual de centralização política realizado pelos militares. O esforço empreendido por Magalhães Pinto, apesar de tê-lo sedimentado, assim como ao general Mourão Filho, como o artífice visível do movimento golpista na memória política brasileira, não significou, para ambos, a conversão desse “momento de glória” em ganhos políticos consideráveis. As expectativas eleitorais para o ano de 1965 seriam frustradas pelo prolongamento do mandato do general Castelo Branco – presidente escolhido pelo Congresso Nacional e empossado em 15 de abril – e eventualmente pela decretação do Ato Institucional n. 2 que determinava eleições indiretas para a presidência da República. De forma que a precipitação que impusera ao movimento golpista, lhe valeu, ao menos, a continuidade dos direitos políticos, o que poderia ter sido diferente mediante o posicionamento dúbio que mantivera em relação ao governo Goulart anteriormente. Haveria de compor o Ministério do presidente Costa e Silva (1967-1969) como ministro das Relações Exteriores e posteriormente seria senador pela Arena entre 1971 e 1979. O general Mourão Filho, por sua vez, foi indicado

¹⁹⁷ MINAS GERAIS. Diários do Executivo, 7 abr. 1964, n. 12.

¹⁹⁸ MINAS GERAIS. Diários do Executivo, 4 abr. 1964, n. 11.

em setembro de 1964 para ser ministro do Supremo Tribunal Militar (STM) e se aposentaria nesta posição em 1969. Tratava-se, claramente, de uma posição honorífica que lhe retirava, em definitivo, da reorganização político-estatal iniciada após o golpe. O contrário, todavia, aconteceu ao general Guedes, que, apesar de não ter sido aclamado “chefe militar da revolução” recebeu o comando da 2ª Região Militar em São Paulo e posteriormente o comando interino do II Exército em substituição ao general Amauri Kruel.

Como afirma Starling “de modo melancólico e talvez um pouco perplexos, Magalhães e Mourão assistiram, impotentes, à tomada do aparelho de Estado e ao estabelecimento de uma nova relação de forças políticas no poder, conduzida e organizada pelo complexo IPES-IBAD e pelos oficiais da ESG¹⁹⁹”.

3.3. Da passividade forçada ao fim: o Ato Institucional n. 2

A ausência significativa de parlamentares, na narrativa factual – o que Fico chama de “microanálise” – sobre as articulações que levaram ao golpe civil-militar, é contrabalanceada por sua ação direta e indireta sobre o contexto que permitiu sua consecução e, posteriormente, os desdobramentos que conduziram à reorganização estatal no país. Uma parcela dos congressistas, e de seus equivalentes nos estados e municípios, reproduziu e mesmo fomentou o cenário de radicalização política no qual se encontrava a nação – também incitando, como fizera noutras ocasiões ao longo da Terceira República, os militares à ação, apesar de não terem sido incluídos diretamente, por estes, nas conspirações que ocasionaram o encerramento do governo Goulart. O pronunciamento do deputado federal Bilac Pinto (UDN-MG), presidente nacional de seu partido, em 16 de janeiro de 1964 é sintomático disso:

O sr. Presidente João Goulart, que sempre se utilizou – com êxito e sem riscos – do apoio dos comunistas em proveito de sua carreira política, ainda não se deu conta de que presentemente os partidários do sr. Luís Carlos Prestes é que dele se estão aproveitando para imprimir ritmo acelerado à “guerra revolucionária” em curso no Brasil, que visa à tomada do poder para a implantação de um regime comunista. (...) Se o sr. João Goulart desejar sinceramente inteirar-se dos riscos que correm as instituições democráticas e o seu próprio mandato, em face do processo da “guerra revolucionária” em curso, poderá solicitar ao sr. Ministro da Guerra que reúna o Alto Comando do Exército, na sua presença, para o exame sigiloso dessa grave matéria²⁰⁰.

¹⁹⁹ Ibid, p. 140.

²⁰⁰ PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. Guanabara: Companhia Forense, 1964.

Soma-se a esta catálise do enfrentamento político que tinha como crivo a “revolução”, fosse para fazê-la ou para impedi-la, a adesão de parcela importante de congressistas após a concretização do golpe em 1 de abril. Destaque seja dado tanto aos parlamentares pessedistas, partido cujos membros presidiam as duas casas legislativas, quanto aos udenistas no sentido de se conferir o reconhecimento institucional do golpe – a legitimidade parlamentar – e um encaminhamento político que garantisse a continuidade do “processo revolucionário”.

De forma indireta, por sua vez, a paralisia dos meios parlamentares diante do ímpeto progressista pautado pelo governo Goulart levou à mobilização popular da qual se falou nos subcapítulos anteriores, confluindo para a reação dos setores militares-conservadores apoiados pelo capital multinacional-associado.

A classe político-partidária, com especial interesse pelos udenistas, se caracterizou por sua passividade continuada diante do processo político corrente. Se por passividade se pode compreender que de sua incapacidade de conduzir os acontecimentos foi induzida a reagir a eles a partir de sua condição política até então privilegiada, por “continuada” se entende que tal postura se estendeu das articulações que levaram ao golpe civil-militar em finais de março de 1964 continuamente durante os governos ditatoriais que se seguiriam nos quais esta mesma classe política se veria minimizada e subordinada. Como depõe Oscar Côrrea, que ocupava, na bancada federal da UDN, protagonismo destacado por ser líder da bancada udenista entre 1962 e 1963 e, em Minas, por ter disputado a indicação do partido a uma candidatura ao governo do estado: “Mesmo dentro da UDN muito poucos participaram de qualquer articulação [sobre o golpe de 1964]²⁰¹”.

Outra importante liderança udenista, o senador Afonso Arinos de Melo Franco, liberal histórico que já havia sido ministro das Relações Exteriores do curto governo Jânio Quadros, é lembrado por Benevides numa entrevista ao *Estado de São Paulo* em 1978:

Para Afonso Arinos “é injusto dizer que a Revolução de 1964 foi um golpe udenista contra o PTB. A UDN teve uma participação muito pequena na Revolução de 64. Os maiores líderes da UDN, os mais importantes estavam fora da Revolução. Já pensou nisso? Eu estava fora da Revolução, embora a par dela. Estava alheio ao movimento e tinha muito receio com relação a muitas coisas que acabaram acontecendo²⁰²”.

²⁰¹ Ibid, p. 588.

²⁰² *O Estado de São Paulo*, 19 mar. 1978 apud BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 133.

Seria justamente o “estava fora da Revolução, embora a par dela” que caracterizaria, a nosso ver, a passividade da classe política. Tornando essa análise ainda mais particularizada ao tomar como objeto os políticos mineiros, Starling nos provê com uma síntese interessante que também corrobora esta passividade continuada das elites políticas:

Em que pese sua rica atuação conservador-oposicionista, os “políticos mineiros” não foram capazes de galgar os degraus que os levariam ao centro ideológico e estratégico da conspiração em Minas – o IPES-MG. (...) a ADP mineira terminou pagando preço político elevado por isso: o de se encontrar à margem do processo decisório da conspiração político-militar em Minas e, conseqüentemente, ver reduzidas as suas ambições frente à nova relação de forças no poder pós-64²⁰³.

Ainda que se considere razoável apontar, a partir dos primeiros instantes do pós-golpe, as determinações conjunturais e os indícios factuais que levariam à centralização do regime progressivamente a partir de 1964, deve-se considerar que para esta classe política que incitou, aplaudiu e referendou a derrubada de Goulart o cenário ainda se encontrava em aberto. Se a euforia que transborda na análise documental dos anais do poder legislativo mineiro com moções de apoio aos “heróis da pátria”, discursos inflamados em homenagem aos “soldados da revolução” ou requerimentos para que ao general Mourão Filho fosse concedido o título de marechal indicam o comprometimento de uma análise conjuntural da parte de muitos desses sujeitos, por outro lado 1964 pareceu se transvestir, num primeiro momento, como um novo “1945”, isto é, uma nova chance de recomeçar, desta vez expurgados, em definitivo, os fantasmas do getulismo e do comunismo. Havia chegado, enfim, a hora tão esperada pela UDN? O udenismo iria finalmente pautar o desenvolvimento do Brasil nos moldes do liberalismo de Ottoni, Benjamin Constant e Rui Barbosa?

A presença central de alguns notáveis da UDN no ministério formado pelo presidente Castelo Branco, ele próprio um assumido eleitor do partido²⁰⁴, podia indicar algo nesse sentido. O ex-governador mineiro e senador Milton Campos tornou-se ministro da Justiça (1964-1965) e o deputado federal mineiro Pedro Aleixo foi nomeado ministro da Educação (1966) – ambos

²⁰³ Ibid, p. 310.

²⁰⁴ O depoimento de Oscar Côrrea sobre o processo de escolha do vice-presidente da República, que acabou por ser o deputado José Maria Alkimin (PSD-MG), é esclarecedor nesse sentido: “(...) se o presidente da República ia ser da UDN, o vice tinha que ser do PSD. A UDN achou isso razoável, porque o Castelo, de fato, era mais da nossa linha. Então ficou estabelecido que o PSD faria uma votação na bancada para escolher três nomes”. (cf. MINAS GERAIS, 2000, p. 622).

signatários do *Manifesto dos Mineiros e liberais históricos*. Os dois candidatos à presidência da República indicados pela UDN quando da predominância do grupo dos *liberais históricos* na direção do partido também compuseram este gabinete: o brigadeiro Eduardo Gomes foi ministro da Aeronáutica (1965-1967) e o general Juarez Távora foi ministro de Viação e Obras Públicas (1964-1967). Acrescente-se ainda o *realista* Juracy Magalhães da UDN baiana no ministério das Relações Exteriores (1966-1967) e o fato de, pela primeira vez desde sua fundação, o partido ter ocupado a Presidência da Câmara dos Deputados na pessoa de seu presidente nacional, o deputado federal mineiro Bilac Pinto (1965-1966).

Parecia afinal que os ventos da “revolução” haviam sido favoráveis à UDN – fiel vigilante da democracia brasileira – e não seria exagero supor que o partido contava com chances consideráveis de uma vitória nas eleições que se presumia que fossem acontecer em 1965²⁰⁵. Mas logo se pode perceber que a autoridade política do presidente Castelo Branco estaria comprometida pelo general Costa e Silva, que se autoproclamara, em dois de abril, comandante-em-chefe do Exército Nacional e organizara o “Comando Supremo da Revolução” – foi a partir deste comando que se decretou o Ato Institucional, que viria a se tornar conhecido como AI-1 depois que outros atos lhe foram sucedendo, dando margem para as primeiras cassações, exonerações e aposentadorias compulsórias. O arbítrio que caracterizou o regime militar desde sua gênese já colocava sob suspeita as posições de poder aparentemente conquistadas pela UDN, partido, vale lembrar, marcado por seu bacharelismo vigilante. Logo se dariam conta que “1964” não seria um recomeço desta vez meritória de “1945” mas justamente sua repetição na medida em que se viram, em ambos os casos, iludidos com a expectativa do poder. As posições que ocupavam no governo de Castelo Branco provinham de uma autoridade conferida por um movimento “revolucionário” do qual participaram passivamente e que – conforme já o apontava o Ato Institucional n. 1 – independia do Congresso que ocupavam. As relações entre governo militar e Congresso se transformaram gradualmente de euforia em oposição e de oposição em forçada subordinação. Refletindo sobre esse processo de centralização política do governo militar instalado em abril de 1964, o bacharel Oscar Côrrea diz que:

²⁰⁵ A pesquisa de opinião realizada em março de 1964 indicava as seguintes intenções de voto conjugando o eleitorado de oito capitais brasileiras para estas eleições: Juscelino Kubitschek (PSD) – 28%; Carlos Lacerda (UDN) – 22%; Carvalho Pinto (PSD) – 12%; Miguel Arraes (PST) – 8%; Ademar de Barros (PSP) – 8%; Magalhães Pinto (UDN) – 2%; B/N/NS – 17%.

No momento em que se faz o primeiro excesso, não há mais recuo possível. É o tal caso: depois de você cometer a primeira ilegalidade, não há mais limite para a ilegalidade. Você faz a segunda para manter a primeira; faz a terceira para manter a segunda; faz a quarta para manter a terceira; faz a quinta para manter as quatro anteriores. A essa hora, o pessoal da UDN já estava procurando seu caminho. (p. 692)

Em 27 de outubro de 1965 o presidente Castelo Branco publicou o *Ato Institucional n. 2* que, dentre outras arbitrariedades, em seu artigo 18, declarou que “ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros”. O ministro da Justiça, o udenista Milton Campos, apresentara sua demissão onze dias antes, em 16 de outubro, de forma que não constasse sua assinatura no ato que poria fim ao partido que ajudara a fundar a partir dos embates com o Estado Novo. Dos três momentos que mais despertou a autocrítica dos *liberais históricos* da UDN, certamente o AI-2 foi o primeiro deles, sendo seguido pelo AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e pelo impedimento por uma Junta Militar da posse do vice-presidente Pedro Aleixo com o afastamento e morte do presidente Costa e Silva no final de 1969. Sobre os efeitos que esses acontecimentos tiveram sobre os *liberais históricos* da UDN, diz Benevides:

Dos liberais históricos nenhuma permaneceria longo tempo no poder (nenhum além do Ato 5): Milton Campos, que enquanto esteve no Senado alertava, insistentemente, “que a Revolução precisava corrigir seus erros a fim de não desvirtuar e perder o sentido democrático”; Adauto Lúcio Cardoso, que renunciou à presidência da Câmara (nov. de 66) por se opor à extinção dos mandados dos parlamentares cassados; Afonso Arinos, que abandonou a carreira parlamentar; Pedro Aleixo, que passou a articular um novo partido, o Partido Democrático Republicano; Aliomar Baleeiro, que apesar de ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, dirigiu, até a morte, violentos ataques contra “o mostrengo” do Ato 5, entre outros²⁰⁶.

Questionado pelos entrevistadores da *Coleção Memória Política de Minas* sobre o AI-2, o então deputado federal Oscar Côrrea que havia sido eleito secretário-geral do partido em sua última convenção nacional realizada em novembro de 1964 na cidade de São Paulo responde que:

A sensação que tive foi exatamente esta: traição. Afinal, a UDN ajudou a fazer a Revolução e se sacrificou por ela. (...) Para aqueles deputados, aqueles políticos que tinham uma posição como a do José Monteiro, por exemplo, o problema era menos grave. Ele ia pouco à tribuna. Tinha um bom relacionamento com o PSD, conversava com o Benedito, o Israel, o Carlos Luz, o Ovídio, o Capanema... e também com o

²⁰⁶ Ibid, p. 134.

Pedro, o Milton, o Gabriel, o Odilon, o Oscar Côrrea... Para mim, que era marcadamente contra Benedito, Israel, Ovídio, esse pessoal todo, ficou insustentável a vida pública. Passei a não ter espaço. (...) A Revolução me expulsou da vida pública.

Eu tinha nojo de Arena e MDB (...) O bipartidarismo foi absolutamente artificial. A princípio, ele não conseguiu vencer as legendas existentes, tanto que tínhamos Arena 1, Arena 2, Arena 3, que correspondiam à UDN, ao PSD, ao PR, ao PTB. (...) Na minha opinião, o ato menos defensável da Revolução foi acabar com os partidos²⁰⁷.

Alguns elementos nos chamam a atenção nesta resposta: a autoavaliação de sua atuação parlamentar propositiva lhe pareceu incompatível com a adesão a um partido “artificial” na medida em que aquela reorganização partidária o colocaria nas mesmas fileiras com antigos opositores, segundo sua fala, sobretudo aqueles do PSD. Se por um lado isso parece reforçar o argumento precedente de que a Ação Democrática Parlamentar (ADP) – frente surgida no Congresso em 1961 e bastante atuante a partir de 1963 – foi uma reação da classe política conservadora aos avanços do trabalhismo e um produto (que também passou a produzir) do contexto de radicalização política estabelecido, visto que assim podemos entender a confluência de deputados dos dois principais partidos conservadores – UDN e PSD – em tal frente e a impositiva incompatibilidade encontrada sobretudo pelos *liberais históricos* da UDN de confluírem num só partido – Arena – após o AI-2.

Outros elementos interessantes desse depoimento seriam: a “sensação de traição”²⁰⁸, a qualificação inferior de um grupo dentro do partido, isto é, os *realistas*, personalizado no deputado José Monteiro (UDN-MG) e finalmente sua indicação de que diante da artificialidade do sistema bipartidário surgido a partir do AI-2, surgiram sublegendas dentro da Arena que corresponderiam aos principais partidos da Terceira República.

Sobre a sensação de traição, Benevides apresenta que aos *liberais históricos* restaram duas opções diante desta “sensação de traição” lamentada por Oscar Côrrea: a autocrítica, expressada através da imprensa e de publicações, com especial destaque aos livros de memórias; e de uma atuação política nos conhecidos moldes saudosistas entendido pela autora a partir de um interessante paralelo entre a Revolução de 1930 e a “Revolução” de 1964.

Já em 1945 os liberais udenistas – os novos agitadores do lenço branco de Teófilo Ottoni – reclamavam-se os autênticos herdeiros da Campanha Civilista e da Reação

²⁰⁷ Ibid, p. 679 e p. 688.

²⁰⁸ Após o Ato 2, em sinal de protesto, Pedro Aleixo, Adauto Lúcio Cardoso e Milton Campos recusam cadeiras no Supremo Tribunal Federal, aceitas, no entanto, por Aliomar Baleeiro, Prado Kelly e Oswaldo Trigueiro (cf. BENEVIDES, 1981, p. 132).

Republicana. Pregavam os ideais dos tenentes e os “verdadeiros objetivos” da Revolução de 30 (“traída” por Getúlio), assim como inspiração liberal-democrática da Carta de 1934. Sentindo-se novamente “traídos” com os rumos do regime pós 64, ainda uma vez o ponto de referência básico será a volta ao passado. Diante de Getúlio e do Estado Novo em 1945, assim como diante da ditadura militar pós Ato 5, os liberais udenistas – em parte responsáveis pelo 29 de outubro e pelo 31 de março – reagiram como se fosse possível voltar a 1930, voltar a 1964, e... tudo recomeçar, num processo de *restauração política e moral*. As características do liberalismo da UDN começam a ser vislumbradas em seus traços ambíguos: é progressista, enquanto inimiga ditadura do Estado Novo e do AI 5; é reacionária enquanto seduzida no saudosismo histórico, sem uma proposta real e concreta para o futuro²⁰⁹.

Este saudosismo, espinha dorsal do *Manifesto dos Mineiros* como analisado na primeira parte dessa investigação, e recorrente na produção discursiva assinalada pelo bacharelismo udenista, conforme notado a partir da análise documental dos deputados estaduais udenistas na Assembleia de Minas, incide também na autocrítica realizada pelos *liberais históricos*, que fieis àquela primeira *imagem* do partido personalizariam o tipo ideal do udenismo entrecortado pela mineiridade. Em publicação de 1978, o ex-senador udenista Afonso Arinos, conjura bem este misto de autocrítica e saudosismo:

A legalidade democrática é inseparável do estado de direito (...) Circunstâncias conjunturais de caráter vário, (...) tem obstado a que esse objetivo básico da Revolução seja alcançado. Não é possível negar, no entanto, que, sem ele, os ideais de 1964 terão sido afastados assim como frustrada historicamente a ação conjugada das Forças Armadas com as Forças Democráticas. O patriotismo e a visão dos chefes militares – cuja presença na atual conjuntura é tão inevitável quanto necessária – se ajustarão às reivindicações das lideranças civis, para que retorne o Brasil ao fastígio dos seus grandes dias e dos seus grandes homens, do Império e da República. Aos seus dias gloriosos de ordem, progresso e liberdade²¹⁰.

A constatação de que até o momento de sua publicação, ou seja, quatorze anos após o golpe, ainda não se tinham configurado no país a legalidade democrática e o estado de direito, e o reconhecimento de que isso teria frustrado a ação conjugada de setores militares e civis em 1964 denotam, para além da “sensação de traição”, uma crítica sutil e escusada à ditadura militar. O saudosismo que espera remeter o país ao “fastígio dos seus grandes dias e dos seus grandes homens”, por sua vez, indica que “a permanência dos dias passados no imaginário

²⁰⁹ Ibid, p. 135.

²¹⁰ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. A Câmara dos Deputados, Síntese Histórica. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, pp. 121-122.

demonstra a incapacidade da teia social de gerar novos projetos²¹¹, limite sempre presente no liberalismo udenista.

Convém também destacar a ruptura definitiva colocada pelo AI-2 sobre as várias UDNs. A prorrogação do mandato de Castelo Branco frustrando as eleições de 1965 e a crescente oposição de Carlos Lacerda ao cenário político pós-1964 ao ponto de ter participado, em 1966, junto dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, da criação da Frente Ampla, dispersou definitivamente os *lacerdistas*. Fato era que os chamados *lacerdistas* não tinham quaisquer fundamentações ideológicas que não seu anticomunismo exacerbado e as pretensões desse grupo de galgar, às custas de Lacerda, posições centrais diante da possibilidade plausível de sua vitória presidencial. Todavia, sufocada a radicalização política que evidenciava o brilhantismo de sua retórica anticomunista e praticamente impedido de concretizar sua ambição presidencial por ocasião das eleições indiretas e a supressão das bases partidárias, a atração política exercida por Lacerda nestes amplos setores parlamentares e civis como que ficou anulada. A Frente Ampla seria, por assim dizer, uma última tentativa, como se sabe também de proporções limitadas, de influir no processo político nacional.

Os *realistas* foram os que mais se adaptaram ao cenário de subordinação política vivenciado durante a ditadura militar entre 1964 e 1985. Este grupo, considerado o mais pragmático dentro da UDN, disposto a realizar alianças incomuns para chegar ao poder, menos intransigente na defesa dos valores históricos representados pelo partido, como a luta contra a ditadura do Estado Novo e os princípios liberais, e encontrado sobretudo nas gerações mais jovens das fileiras partidárias e em políticos da região nordeste, como confirma Benevides, permaneceu ocupando posições parlamentares – eclipsadas pelo inflado Executivo –, ministeriais e nas empresas e autarquias estatais – relativizadas pela tecnocracia estatal –, estaduais e municipais – cada vez mais dependentes da União. O grupo mais à esquerda dentro da UDN, a chamada *Bossa Nova*, que é tido como uma vertente dos *realistas*, parece-nos ser o fenômeno oposto inserido na radicalização política prévia ao golpe que também evidenciou Carlos Lacerda, por seu anticomunismo. O governador mineiro Magalhães Pinto, geralmente associado a este grupo por ter acenado favoravelmente às Reformas de Base, não parece, todavia, um adequado representante do que convencionalmente se entende por esquerda, tendo se inclinado pontualmente a pautas da esquerda buscando, conforme visto, concretizar suas próprias ambições pessoais (diametralmente opostas às de Carlos Lacerda). De forma que

²¹¹ARRUDA, Maria Armínia do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 198.

também os membros da *Bossa Nova* constam entre aqueles que aderiram à Arena e ao MDB e deram seguimento às suas carreiras políticas. Os *realistas* – ainda que inseridos na cultura política udenista e nela influenciado – dela tomaram parte em menor proporção relativa se comparados ao anticomunismo *lacerdista* e o liberalismo/bacharelismo dos *liberais históricos*. O jornalista Dario de Almeida Magalhães, em entrevista ao *Estado de São Paulo*, indica bem a acomodação deste setor no regime pós-1964:

Já se disse, com perfídia em parte justificável, que o regime instaurado a partir de 1964 é o Estado Novo da UDN. Mas os remanescentes do partido do Brigadeiro, que aí estão, flutuando como cortiça na crista das ondas, sem deter efetivamente o poder, pertencem, na sua quase totalidade, a outra geração, menos idealista e brilhante. São apenas realistas, para usar um eufemismo benigno²¹².

Finalmente resta os *liberais históricos* ou *bacharéis*. Encontrando o germe de sua organização no *Manifesto dos Mineiros* e produtos dos principais centros de formação jurídicos do país, concentraram-se sobretudo em Minas, de onde trouxeram consigo a mineiridade, o que “corresponde à construção de um mundo imaginário descolado do mundo real, de onde a sociedade mineira extrai os símbolos capazes de explicar sua origem e de definir sua identidade²¹³”. Caracterizaram o *tipo ideal* do político udenista: a) a vocação parlamentar, anterior ao governo executivo; b) o bacharelismo na origem, a predominância de bacharéis em seus quadros, e na ação, a erudição nos discursos, a retórica romântica, o apego legal e a vigilância da ordem jurídica; c) o moralismo que denotava um elitismo indisfarçável e a caça pelos escândalos de corrupção; d) o liberalismo restrito, isto é, adepto do livre mercado mas resistente à crescente participação popular; e) e o antigetulismo advindo do combate ao Estado Novo e do antagonismo eleitoral-partidário no decorrer da Terceira República. A essa imagem acrescenta-se outra, a UDN anticomunista e golpista, da qual também tomaram parte os *liberais históricos*, ainda que sobre ela recaísse mais a influência do *lacerdismo*.

²¹² *O Estado de São Paulo*, 30 jul. 1978 apud BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 133.

²¹³ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 148.

Alguns dos principais expoentes desse grupo foram Milton Campos²¹⁴, Virgílio de Melo Franco²¹⁵, Afonso Arinos²¹⁶, Pedro Aleixo²¹⁷, Bilac Pinto²¹⁸, Oscar Côrrea²¹⁹, Odilon Braga²²⁰, Adauto Lúcio Cardoso²²¹ – todos esses mineiros –, mas também Aliomar Baleeiro²²², e os paulistas em geral, dentre os quais destacamos Abreu Sodré e Herbert Levy²²³.

O gradual abandono da vida parlamentar-partidária pelos *liberais históricos* teve como marcos o Ato Institucional n. 2 (1965), o Ato Institucional n. 5 (1968) e o impedimento da posse de Pedro Aleixo em decorrência do impedimento por saúde do presidente Costa e Silva em 1969.

A destituição de Pedro Aleixo causou perplexidade e indignação. Milton Campos, em 7 de novembro de 1969, feriu de morte a violência institucional, proclamando: “Por que se lançou mão de um processo inédito, quando a Constituição, nesse particular, bem fundada na tradição republicana e na natureza das coisas, previa o processo certo e prudente? (...) A naturalidade é boa conselheira para as soluções políticas. (...) A Revolução há de ser permanente como ideia e inspiração. (...) O processo revolucionário há de ser transitório e breve, por que a sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o Direito, intranquiliza o cidadão e paralisa a evolução do meio social. (...) Nada há a objetar contra a renovação. Mas é perigoso promovê-la, de cima para baixo, porque então dela não participa o povo e a inspiração democrática fica esquecida, transformando a elite política, que todas as nações civilizadas procuram aprimorar, em burocracia politicamente irresponsável”²²⁴.

Finalmente, parecia restar, aos *liberais históricos*, últimos repositórios do udenismo, apenas o discurso que lhes havia conferido, durante os anos de existência do partido, a identidade e a forma para a ação. Mas a indicação de Starling sobre as apropriações do mesmo efeito catalisador e legitimador que tivera a mineiridade e de suas representações históricas para

²¹⁴ Governador de Minas Gerais (1947-1951), deputado federal (1954-1958), presidente nacional do partido (1955-1957) e senador (1958-1965).

²¹⁵ Deputado federal constituinte (1945-1948) e articulador do Manifesto dos Mineiros.

²¹⁶ Deputado federal (1947-1958) e senador (1958-1967).

²¹⁷ Deputado estadual (1947-1951), deputado federal (1958-1966), vice-presidente da República (1967-1969).

²¹⁸ Deputado federal (1951-1966), presidente nacional do partido (1963-1965) e presidente da Câmara dos Deputados (1965).

²¹⁹ Deputado estadual e federal (1947-1965) e secretário-geral do partido (1964-1965).

²²⁰ Deputado federal (1954-1958) e presidente nacional do partido (1950-1952).

²²¹ Deputado federal (1954-1966) e presidente da Câmara dos Deputados (1966).

²²² Deputado federal (1945-1958 e de 1962-1965).

²²³ O primeiro foi fundador do partido e deputado estadual de seu estado, do qual também seria governador pela Arena entre 1967 e 1971. O segundo foi deputado federal por São Paulo entre 1947 e 1987 e compôs, ao lado dos deputados mineiros, a famosa “Banda de Música” durante os governos Vargas e Kubitschek, foi também presidente nacional do partido (1961-1963). Sobre a UDN paulista valerá um estudo pormenorizado.

²²⁴ *Pedro Aleixo – Perfis Parlamentares*. Câmara dos Deputados, Brasília, 1985, p. 508.

os signatários do *Manifesto dos Mineiros*, pelos setores que se tornariam hegemônicos após o golpe de 1964 – a saber o capital multinacional-associado e os militares:

É exatamente na Inconfidência Mineira que a “elite tradicional”, reunida no “Comando Revolucionário”, vai buscar sua fonte de legitimação. Para tanto, procedeu a uma apropriação do ideário político-ideológico da sedição de 1789, apresentando-se publicamente, após a vitória militar de 1964, como a legítima herdeira – e em especial, como a continuadora – dos “ideais revolucionários” que motivaram a Inconfidência Mineira²²⁵.

Novamente a apropriação dos “ideais da Inconfidência” vêm à tona, como vieram pelo *Manifesto dos Mineiros* no processo de redemocratização em 1945 e como ocasionalmente apareciam nas linguagens das elites políticas mineiras ao longo do período republicano que essa mesma tradição buscava legitimar o fim em 1964. Para desgosto dos *liberais históricos* da UDN, todavia, o incrível apelo exercido pela conquista do poder político, capaz de ressignificar tanto a percepção pública quanto a legitimidade de determinado grupo usufruir e tornar-se herdeiro do ideário político-ideológico representado pela mineiridade em seu ponto máximo, isto é, a Inconfidência, não foi por eles confirmado, visto que não dispuseram, conforme sua expectativa desde o processo de redemocratização, da conquista do poder pela via democrática-eleitoral. Após 1964 cada vez mais o poder político passaria a ser exercido pelos militares em harmonia com os interesses estruturais de organização socioeconômicos do capital multinacional-associado em ascensão.

Apesar de terem participado das conspirações para a derrubada do governo de Jango em convergência com esta heterogênea burguesia nacional (ainda mais diversificada em Minas), com as Forças Armadas e com a complacência de setores civis, os grupos parlamentares dentre os quais destacamos os udenistas *liberais históricos*, progressivamente se veriam incapazes de articular um projeto político ou econômico para o Brasil como buscaram fazer ao longo da Terceira República visto que, do ponto de vista político, seriam gradualmente eclipsados pelo autoritarismo militar, e economicamente, isso caberia ao capital multinacional-associado cada vez mais organizado e ciente de seus interesses de classe.

Em última instância não restaria, aos velhos signatários do *Manifesto dos Mineiros*, nem o reconhecimento da herança dos próceres liberais do Império e da República e do espírito da

²²⁵ Ibid, p. 84.

Inconfidência, por terem sido ou esquecidos ou ressignificado por outros grupos hegemônicos. Se a parte *realista* da UDN conseguiu subsistir em posições subordinadas de poder conforme nos mostra a história, os *liberais históricos*, acusados tantas vezes por opositoristas e reconhecidos assim até entre os seus como “platônicos”, estariam como que *deformados*, restando-lhes tão somente a *matéria*, com a qual, pouco fizeram daí em diante.

CONCLUSÃO

A dimensão assumida pelo objeto não seria possível sem que fosse compreendido como uma cultura política, o que permitiu expandir o olhar teórico-metodológico para aspectos que de outra forma seriam colocados em segunda ordem ou mesmo despercebidos. Neste sentido, causou provocação desde o princípio a relativa rapidez com a qual o *udenismo* teria se estabelecido como uma cultura política, visto que esta categoria conceitual se manifesta sobretudo na média e na longa duração. Por mais que se considerassem os vetores materiais de que dispôs para seu estabelecimento, como a imprensa, que lhe era amplamente favorável ou os militares, com os quais manteve estreitos laços de proximidade, seria preciso ir além na compreensão acerca desses vetores de forma a não admitir a hipótese que não parecia verossímil de que não seria o *udenismo* uma cultura política. Isto porque já se podia perceber nos primeiros anos após a redemocratização uma certa homogeneidade de um grupo inicialmente congregado no partido União Democrática Nacional, por si mesmo o mais eficiente vetor dessa cultura política, que apesar de fragmentando-se por ter surgido como uma ampla frente contra o Estado Novo logo nos seus primeiros anos de fundação e permanentemente fragmentado em grupos internos, transbordava para consideráveis setores da população – já então tornados eleitores – seu *antigetulismo* latente, seu *liberalismo* que, apesar de restrito, identificava na própria capacidade empreendedora de setores da sociedade civil o caminho para o desenvolvimento econômico ou seu *moralismo* intransigente no ataque aos escândalos de corrupção e aos privilégios da classe política.

Os efeitos que cada uma dessas subculturas políticas que compunham o *udenismo* tinham sobre o eleitor e, em última instância, sobre o indivíduo, evidentemente que aconteciam distintamente, sendo possível deduzir um cidadão que, inconformado com a reforma suntuosa do Palácio das Mangabeiras pelo governador Juscelino Kubitschek, assumisse o *moralismo* udenista tanto quanto um deputado estadual do partido que produzia acusações intermitentes contra o governador ou mesmo um empresário que ciente das limitações de investimento que lhe impunham a carga tributária se aproximava de um deputado federal da UDN que defendia a diminuição de impostos ou a abertura para o investimento estrangeiro. Tais aproximações se davam no âmbito da cultura política. O fato que parece importante destacar seria que, uma vez atingido pelo *udenismo* em maior ou menor grau nalguma de suas subculturas políticas, parcelas consideráveis da população culturalmente assumiriam o *udenismo* em seu imaginário político. Ainda que isso não signifique reduzir à insignificância a relação de interesses de classe com a

preferência político-partidário das massas, produziu-se uma formulação convincente para explicar por que, figurativamente, alguns empresários do setor privado votassem no PTB e alguns operários votassem na UDN ainda que nenhum desses partidos representassem diretamente seus interesses de classe.

Nesse sentido, a percepção inicial da preeminência de políticos mineiros no processo de fundação e organização da UDN e gradativamente na construção de sua *imagem* e de suas práticas políticas – entendidas como parte significativa do *udenismo* – atentou para a hipótese que julga-se terem sido demonstradas de suas relações com a *mineiridade* como expressão de uma cultura regional que tomada em seu aspecto político teria sido marcadamente criada pelas elites e para as elites, conforme demonstrou bem a pesquisa de Arruda. Pode-se encontrar o primeiro sinal dessa relação a partir do *Manifesto dos Mineiros* em 1943, importante documento para a compreensão das representações históricas – os liberais do Império e da República – formuladas por aqueles que seriam, em sua maioria, membros fundadores da UDN.

A análise da legislação eleitoral – e da Constituição de 1946 –, da estrutura administrativa da Assembleia de Minas, das raízes do sistema partidário mineiro, do trâmite parlamentar através da Mesa Diretora e das comissões permanentes permitiu fundamentar o alicerce sobre o qual se demonstrou o processo político-partidário ao longo da Terceira República em Minas Gerais, por meio das sucessivas eleições e governos ora da UDN e ora do PSD que se seguiram. A partir desse contexto pudemos apresentar o *udenismo* através dos deputados estaduais da UDN mineira – potencializados em sua ação quando na oposição – e, também pelo contraste com representantes de outras bancadas, pudemos apresentar aspectos de seu *liberalismo, bacharelismo, moralismo e antigetulismo/anticomunismo*.

Sobre os acontecimentos que levaram ao golpe civil-militar de 1964, introduziu-se a participação do empresariado mineiro organizado na rede IPES-IBAD-ADEP e o grupo, existente somente em Minas e subordinado aos interesses daquela rede, denominado “Novos Inconfidentes”. Com o auxílio de Starling foi possível concluir o protagonismo do capital multinacional-associado no processo de desestabilização e derrubada do governo do presidente João Goulart. A classe político-partidária, confinada pelo contexto de radicalização política em frentes parlamentares – a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) – teria colaborado para o golpe na medida em que não conseguia encontrar soluções dentro do universo institucional para o impasse colocado pela proposição das Reformas de Base, e especificamente os parlamentares conservadores, sobretudo os udenistas, na medida em que catalisavam a radicalização política por seu *anticomunismo* eufórico.

A série de eventos que culminou com a deflagração do golpe em Minas, a partir da mobilização das tropas em Juiz de Fora pelo general Mourão Filho, por sua vez autorizado pelo governador Magalhães Pinto, foi uma antecipação estrategicamente afinada com as ambições pessoais do governador mineiro, ciente de que também a burguesia através da rede IPES organizava-se com setores das Forças Armadas com esse propósito. Todavia, conclui-se que, apesar de ter sido conclamado “chefe civil da Revolução” sua participação, como o de toda classe político-partidária em geral, no processo de reordenamento do estado nacional após o golpe de 1964 teria sido de uma passividade contínua, isto é, ainda que reagindo positiva ou negativamente aos excessos autoritários que se seguiram, estariam como que subordinados à autoridade militar tornada hegemônica e afinada com os interesses de classe do capital multinacional-associado.

Sobre o destino da UDN diante deste cenário, onde fora levada da euforia da vitória à decepção de não conseguir, mais uma vez, governar por si mesma, analisou-se como se comportou cada um dos grupos internos do partido, com a conclusão de que os *realistas* foram incorporados aos quadros políticos da Ditadura Militar – ainda que em posição subalterna –, enquanto os *liberais históricos*, por sua vez, teriam progressivamente abandonado suas carreiras políticas diante das críticas, sobretudo no campo formal e jurídico, e da incompatibilidade advinda do bipartidarismo do Ato Institucional n. 2. Os *liberais históricos*, sentinelas da UDN – para as quais o preço da liberdade seria a eterna vigília – encerraram forçosamente suas vigílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Manifesto dos Mineiros. Belo Horizonte: 1943.

MINAS GERAIS. Diários do Legislativo, 25 mai. 1947 a 27 out. 1965.

MINAS GERAIS. Diários do Executivo, 01 jun. 1952 a 07 abr. 1964.

The New York Times, Nova York, 25 abr. 1952.

BIBLIOGRAFIA

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

AMADO, Gilberto. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.

ARRUDA, Maria Armínia do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BARROS, Orlando de. “O Manifesto dos Mineiros”. In: PENNA, Lincoln de Abreu (org.). *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux; Jean-François Sirinelli (org.). *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. “Culturas Políticas e Historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília et. alli, (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. “Manifesto dos Mineiros”. In: ABREU, Alzira Alves De, e outros (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1984.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Coordenação de tradução de João Ferreira. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946*, vol. 1. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano, vol.2: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, Orlando de. “A estrutura ocupacional da política mineira”. *Sociologia*. São Paulo, Volume XV, nº. 4, outubro de 1953.

CARVALHO, Eder Aparecido. *PSD, UDN e PTB, Os Três Grandes Partidos da Terceira República*. CSOnline, Revista Eletrônica de Ciências Sociais: Ano I, Edição 01, fevereiro de 2007.

CASTILLO, P. & CRESPO, I. (org.). *Cultura Política - enfoques teóricos y análisis empíricos*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1997.

CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto, 2015.

CAVALCANTI, Orlando. *Os Insurretos de 1943*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo Neves: a Trajetória de um Liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano, vol. 3*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

DINES, Alberto. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DULCI, Otávio Soares; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005.

DULCI, Otavio Soares. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia”. In: *Ciências Sociais Hoje (1984)*. São Paulo: Cortez, 1984.

DULCI, Otavio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

DULCI, Otavio Soares. “O Manifesto dos Mineiros”. In: *Revista Nossa História*. Ano 3, n. 30, abril 2006, Ed. Vera Cruz.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil Totalitário*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*, vol. 1, 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FARIA, Maria Auxiliadora; DULCI, Otávio Soares. *Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: ALMG, 2005.

FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. 10*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERREIRA, Jorge (org.). *Populismo e sua História*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano, vol.3: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FREITAS, Lucas de. “O Bacharelismo no Brasil e o atual fenômeno da Bacharelise: uma análise sócio histórica”. *Revista Quaestio*, Sorocaba, SP, v.12, p. 81-91, nov. 2010.

FUKS, Mario. *Mudança institucional e opinião pública: estimando os efeitos da cobertura da ALMG realizada pelo Jornal Estado de Minas (1987-1994 e 1999-2002)*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, Brasília, julho-dezembro 2010.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*, volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- GRAMSCI, Antônio. “Caderno 12: Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” In: *Cadernos do Cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *A escalada política*. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1976.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. Rio de Janeiro, 1945.
- MACEDO, Michelle Reis de. “Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros, o movimento queremista e a transição democrática de 1945”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- MANIFESTO DOS MINEIROS. *Transcrição do depoimento de seus signatários*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC-História Oral, 1981.
- MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. “Do bacharelismo à bacharelise: reflexos desses fenômenos nos cursos jurídicos, ao longo do tempo”. In: ENSINO Jurídico: literatura e ética. Brasília: OAB, 2009.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A Alma do Tempo* (memórias). Rio: José Olympio, 1961.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A Escalada* (memórias). Rio: José Olympio, 1965.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A Evolução da Crise Brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. “*As ideias políticas no Brasil*”, curso de extensão universitária, Porto Alegre, PUC, 1970.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Coleção Documentos Brasileiros, vol. 154, Milton Campos: Testemunhos e Ensinamentos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Problemas Políticos Brasileiros*. Rio: José Olympio, 1975.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A Câmara dos Deputados, Síntese Histórica*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

MENDONÇA, Sônia Regina. “As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente: da industrialização restringida à internacionalização”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Coleção Memória Política de Minas, vol. 2: Fabrício Soares da Silva. Belo Horizonte: 1996.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Coleção Memória Política de Minas, vol. 2: Oscar Dias Côrrea. Belo Horizonte: 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

NETO, Silveira. *Instituições Republicanas Mineiras*. Belo Horizonte: Editora Lemi / FDUFG, 1978.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NORA, Pierre. “O Retorno do Fato” In LEGOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

PAULO FILHO, Pedro. *O Bacharelismo Brasileiro*. Campinas: Bookseller, 1997.

PICALUGA, Isabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

QUADROS, Jânio; ARINSO, Afonso (org.). *História do Povo Brasileiro vol. 6*. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais S. A., 1968.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REIS, Liana Maria. “Mineiridade: identidade regional e ideologia”. In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte: v. 9, n. 11, p. 89-97, 1º sem. 2007.

RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SALLES, José Bento Teixeira de. *Milton Campos, uma vocação liberal*. Belo Horizonte: Ed. Veja, 1975.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira, 1959-1966”. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 13, n. 2, abr./jun. 1973.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Coalizões parlamentares e instabilidade governamental: a experiência brasileira – 1961/1964”. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 13, n. 4, out./dez. 1973.

SCHWARTZMAN, Simon. *Veinte Años de Democracia Representativa no Brasil, 1945-1964*”, *Revista Latinoamericana de Ciência Política*, vol. II, nº. 1, (abril, 1971).

SILVEIRA, Fernando Luis Battistini. *Estado da Arte: Manifesto dos Mineiros*.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. “O Golpe de 64” In SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1990.

SOUZA, Mayara Paiva de. *A Constituinte de 1946: A Bancada Udenista e a Reinterpretação do Tempo*. Revista de História e Estudos Sociais, 2008.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VIVALDI, Moreira. *Milton Campos: política e letras*. Brasília: Senado Federal, 1972.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.